

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**GABRIEL GUEDES VIEIRA SILVA**

**NÃO SEPARAR, MAS VER:**  
**O MÉTODO DE RUSSELL E O MÉTODO DO TRACTATUS**

Dissertação

**BELO HORIZONTE**

**2023**

**GABRIEL GUEDES VIEIRA SILVA**

**NÃO SEPARAR, MAS VER:**

**O MÉTODO DE RUSSELL E O MÉTODO DO TRACTATUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia

Linha de Pesquisa: Lógica, Ciência, Mente e Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Engelmann

**BELO HORIZONTE**

**2023**

Autorizo a reprodução e divulgação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

100	Silva, Gabriel Guedes Vieira.
M586n	Não separar, mas ver [manuscrito] : o método de Russell
2021	e o método do Tractatus / Gabriel Guedes Vieira Silva. - 2021. 122 f. Orientador: Mauro Luiz Engelmann.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1.Filosofia – Teses. 2. Wittgenstein, Ludwig, 1889- 1951.Tractatus lógico- philosophicus. 3. Russell, Bertrand, 1872-1970. 4. Lógica – Teses. I. Engelmann, Mauro Luiz . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

### FOLHA DE APROVAÇÃO

**NÃO SEPARAR, MAS VER: O MÉTODO DE RUSSELL E O MÉTODO DO TRACTATUS**

**GABRIEL GUEDES VIEIRA SILVA**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em FILOSOFIA, área de concentração FILOSOFIA, linha de pesquisa Lógica, Ciência, Mente e Linguagem.

Aprovada em 01 de dezembro de 2023, pela banca constituída pelos membros:

Prof. Mauro Luiz Engelmann - Orientador (UFMG)

Prof. Antônio Mariano Nogueira Coelho (UFMG)

Prof. Marcelo Silva de Carvalho (UNIFESP)

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Luiz Engelmann, Professor do Magistério Superior**, em 07/12/2023, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Mariano Nogueira Coelho, Professor do Magistério Superior**, em 08/12/2023, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Silva de Carvalho, Usuário Externo**, em 19/12/2023, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2846136** e o código CRC **570931E2**.

*À minha irmã, Laura Guedes, cuja grandeza é e continuará sendo imensamente maior que qualquer título que eu venha a receber.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu pai, Celso, pelo investimento em minha educação. À minha mãe, Josiane, pelo investimento em mim. À minha irmã, Laura, por me inspirar a fazer jus ao que me foi investido. À Maria Fernanda Martinez, pela revisão e, especialmente, pela companhia e incentivo nos momentos finais. Ao Mauro Engelmann, pela exigência e paciência que resultaram em uma exímia orientação. À banca, composta pelos professores Antônio Coelho e Marcelo Carvalho, pelo interesse e disposição em ler este trabalho. A todos que se interessaram por algo que tenho a falar. A todos com quem compartilhei uma risada. Aos que foram compreensivos com meus deslizes. À CAPES, pela bolsa que permitiu maior dedicação à pesquisa. À UFMG, suas dependências e seus trabalhadores. Aos que contribuem para o livre acesso ao conhecimento, sem o qual minha bibliografia seria severamente reduzida.

*“I thought that small talk was too small, I thought big talk was too pretentious, I thought music was noise, and I thought art was bullshit.”*

Maurice Aarons, personagem interpretado por John Cassavetes em *Opening Night*, 1977, filme de John Cassavetes.

## RESUMO

Meu objetivo é determinar o método de Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus* com a ajuda dos *Notebooks 1914-1916*, onde, junto a uma crítica ao método de Russell, Wittgenstein diz que seu método é de *ver a firmeza do mole*, e não de *separar o firme do mole*. Primeiramente, discuto o método de Russell em *Scientific Method in Philosophy* e em *Our Knowledge of The External World* e então mostro que o principal alvo da crítica de Wittgenstein é o *construcionismo russelliano*, i.e., a ideia de que se deve construir nosso conhecimento sobre o mundo exterior a partir do caráter indubitável “*hard data*” dos *sense-data* e das verdades da lógica. Argumento que tal construção é, para Russell, uma estratégia contra o ceticismo universal que é derivado de um uso particular da “Navalha de Occam”. Entretanto, de acordo com Wittgenstein, o ceticismo não é uma posição filosófica legítima que precisa de uma resposta, mas uma visão contrassensual a ser eliminada (aqui temos o uso correto da navalha de Occam, de acordo com Wittgenstein). Isso é o que o método do “estudo da linguagem de sinais” de Wittgenstein mostra quando ele nos permite a ver como o simbolismo lógico expressa a *firmeza* de nossa linguagem (o *mole*).

**Palavras-chave:** *Tractatus; Notebooks; método; construcionismo; lógica; linguagem.*



## ABSTRACT

My aim is to determine Wittgenstein's method in the *Tractatus Logico-philosophicus* with the help of the *Notebooks* 1914-1916, where, along with a critique of Russell's method, Wittgenstein says that his method is to *see the hardness of the soft*, and not to *separate the hard from of the soft*. First, I discuss Russell's method in *Scientific Method in Philosophy* and in *Our Knowledge of The External World* and then show that the major target of Wittgenstein's critique is *Russellian constructivism*, i.e., the idea that one must build our knowledge of the external world grounded in the indubitable "hard data" character of sense-data and truths of logic. I argue that such a construction is, for Russell, a strategy against universal skepticism that is derived from a particular use of "Occam's razor". However, according to Wittgenstein, skepticism is not a legitimate philosophical position that needs an answer, but a nonsensical view to be eliminated (here we have the correct use of Occam's razor, according to Wittgenstein). This is what Wittgenstein's method of the "study of sign languages" shows when it enables us to see how logical symbolism expresses the *hardness* of our language (the *soft*).

**Key-words:** *Tractatus; Notebooks; method; constructionalism; logic; language.*

## Lista de abreviações

### **Obras de Bertrand Russell:**

AR: *Analytical Realism*

OKEW: *Our Knowledge of The External World*

OM: *On Matter*

ONC: *On The Notion of Cause*

PLA: *The Philosophy of Logical Atomism*

POP: *Problems of Philosophy*

DPM: *The Regressive Method of Discovering the Premises of Mathematics*

RSDP: *The Relation of Sense-data to Physics*

SMP: *On Scientific Method In Philosophy*

TOK: *Theory of Knowledge*

### **Obras de Wittgenstein:**

LD: *Wittgenstein in Cambridge: Letters and Documents 1911-1951*

NBs: *Notebooks 1914-1916*

NL: *Notes On Logic*

TLP: *Tractatus Logico-Philosophicus*

SRLF: *Some Remarks on Logical Form*

PR: *Philosophical Remarks*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I: O MÉTODO DE RUSSELL .....	26
1.1 O que Wittgenstein teria lido? .....	26
1.2 Método, métodos e <i>submétodos</i> .....	34
1.3 A apresentação do método em <i>O Método Científico na Filosofia</i> .....	40
CAPÍTULO II: O ALVO DA CRÍTICA, <i>NOSSO CONHECIMENTO DO MUNDO</i> <i>EXTERIOR</i> .....	49
2.1 O caráter programático de OKEW .....	50
2.2 O uso da palavra <i>Lógico</i> .....	54
2.3 O valor de uma teoria científica .....	66
2.4 A Aplicação do Método em OKEW .....	71
2.5 O que é, portanto, o método científico de se filosofar? .....	79
CAPÍTULO III: O MÉTODO DE WITTGENSTEIN A PARTIR DE SUAS REAÇÕES ANTAGÔNICAS .....	85
3.1 <i>a</i> : O estatuto das leis lógicas e a disputa sobre o caráter da generalidade .....	88
3.2 <i>b</i> e <i>c</i> : O nonsense da dúvida cética e o que pode ser dito .....	96
3.3 <i>d</i> : Filosofia que deve desaparecer.....	100
3.4 <i>e</i> : A diferença entre os métodos .....	102
3.5 <i>f</i> : Questões que não dizem respeito ao filósofo .....	107
3.6 <i>g</i> : O método de Russell e o método da física.....	108
3.7 A determinação do método de Wittgenstein a partir do método de Russell .....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	116

## INTRODUÇÃO

A determinação correta do método que Wittgenstein utiliza no *Tractatus Logico-Philosophicus* pode auxiliar na resolução de diversos paradoxos interpretativos que são atribuídos à obra. Não é raro que leituras do TLP que se vangloriam de uma capacidade de solucionar um determinado paradoxo acabam por vezes se emaranhando em um paradoxo ainda maior. Junto a isso, também não é unânime quais são de fato os paradoxos que devem ser resolvidos e quais seriam somente aparentes paradoxos. Janik e Toulmin, por exemplo, indicam que o surgimento do paradoxo central do TLP se dá a partir de TLP 6.4, momento em que o livro, que era majoritariamente sobre “lógica, teoria da linguagem, filosofia da matemática ou das ciências naturais”, passa a fornecer teses sobre “solipsismo, morte e ‘o sentido do mundo’ que ‘deve estar fora do mundo’” (Janik e Toulmin, 1973, p. 23, tradução minha). O paradoxo que surge seria, portanto, “como conciliar o Wittgenstein ‘ético’ e o Wittgenstein ‘lógico’” (Ibid., p. 26). A solução de Engelmann (2021), por exemplo, é simples o suficiente de modo a tirar o caráter paradoxal e a centralidade da questão de Janik e Toulmin: toma-se o Wittgenstein lógico e o ético como o mesmo.

Outro paradoxo surge da interpretação de Hacker, um dos nomes centrais da interpretação tradicional. Em sua leitura, “mantemos algumas verdades inefáveis sobre a realidade após jogar fora a escada” (Hacker, 2000, p. 357, tradução minha), de modo que, como coloca Kuusela (2011), a jornada pelo livro fornece ao leitor uma compreensão do que “não pode ser dito, mas que se manifesta no que pode ser dito” (Hacker, 2000, p. 365, apud Kuusela, 2011, p. 123, tradução minha). Assim, a doutrina do TLP, ao falar sobre as características necessárias da linguagem e do mundo através de uma série de contrassensos, seria capaz de demonstrar como doutrinas filosóficas caem em contrassensos quando tentam falar sobre tais características necessárias da linguagem e do mundo. Daí o paradoxo: “se a doutrina é um contrassenso, ela não demonstra nada; para demonstrar algo não se pode ser um contrassenso” (Kuusela, 2011, p. 124).

Por outro lado, os leitores resolutos, principais opositores da interpretação tradicional, não possuem ressalvas em admitir que o TLP não transmite e nem demonstra nenhuma verdade sobre o mundo. Porém, ao buscar levar a sério o descarte da escada que Wittgenstein diz que

será executado por aqueles que o compreende (TLP 6.54), os resolutos se deparam com outro paradoxo: é somente através das próprias sentenças da obra que se obtêm uma justificativa para descartá-la. Como Engelmann (2021, p. 17, tradução minha) coloca: “O nosso aparente paradoxo autodestrutivo não é ‘se a doutrina do *Tractatus* é verdadeira, as suas sentenças são contrassensos’, mas ‘se as suas frases são verdadeiras ou elucidações corretas, então as suas sentenças são contrassensos’. Não existe uma doutrina do TLP que ao mesmo tempo justifique o descarte da escada e seja independente das proposições que compõem o livro.

A correta determinação do método do TLP pode auxiliar na resolução de tal paradoxo, visto que, se suas sentenças são contrassensos e contrassensos não dizem nada e não são capazes de expressar verdade alguma, então (i) o conteúdo do TLP é essencialmente similar a qualquer obra filosófica tradicional. Por outro lado, (ii) diferentemente de uma obra filosófica tradicional, as sentenças do TLP elucidam (TLP 4.112 e 6.54). Por razão de (i) deve haver algo que justifique (ii) que não dependa do que Wittgenstein está falando no TLP. Deve haver, portanto, algo de distinto no que Wittgenstein está fazendo, i.e., no método que Wittgenstein utiliza no *Tractatus*, para que ele seja capaz de descartar toda filosofia, incluindo a si mesmo, e ao mesmo tempo sustentar tal descarte.

Quando se voltam para o método, as leituras tradicionais (também chamadas de realistas, ou metafísicas) do TLP, notoriamente defendidas por Hacker (1986; 2000), Pears (1997), Malcom (1986), tendem a associar o projeto tractariano ao atomismo lógico de Russell. Em geral, tomam as afirmações de que “os objetos constituem a essência do mundo” (TLP 2.021) e de que “a forma do objeto é a possibilidade de seu aparecimento em um estado de coisas” (TLP 2.0141) para atribuir à linguagem a função de espelhar a forma lógica do mundo. A necessidade da relação entre sintaxe do mundo e sintaxe da linguagem seria justificada pelo fato de (i) que “os nomes substituem, na proposição, os objetos” (TLP 3.22) (porém, tal substituição, de acordo com leitura tradicional, ocorreria através de um método independente do uso dos nomes em proposições); e (ii) de “que a essência do sinal proposicional fica clara quando o concebemos composto de objetos espaciais, não de sinais escritos” (TLP 3.1431). As proposições do TLP, mesmo sendo contrassensos, seriam contrassensos capazes de comunicar algo sobre a relação metafísica entre a linguagem e o mundo.

Hacker, por exemplo, atribui a Wittgenstein o que Diamond (1996, p. 194) chama de “realismo de possibilidade”, isto é, a doutrina em que cada coisa tem internamente fixadas suas

possibilidades de ocorrência em tipos de fatos. A linguagem espelharia tais características lógicas das coisas através de variáveis. O TLP tentaria transmitir isso, ao mesmo tempo em que qualquer tentativa de afirmar isso enquanto doutrina falhará. Como Engelmann (2021, p.7) coloca, Hacker aparenta desejar atribuir uma teoria de *acquaintance* ao TLP, mas termina atribuindo uma teoria de *acquaintance* transcendental como substituta. Parece-me crível supor que disso Hacker atribuiria também o método do atomismo lógico russelliano ao método do TLP. Pode-se argumentar que não seria o mesmo, por incluir a comunicação de verdades inefáveis através de contrassensos iluminadores – porém, tal argumento deve mostrar o que estaria impedindo que o método de Russell também comunicasse verdades através de seus contrassensos. O método do TLP resultaria em uma derivação do método russelliano com diferenças sutis.

Hacker, porém, também se ancora na distinção entre dizer e mostrar (Milkov, 2003, p. 239); uma distinção que Wittgenstein teria tomado de Frege (Cf. Geach, 1976). Wittgenstein transmitiria sua doutrina inefável através de contrassensos iluminadores (Hacker, 2000, p. 365) e os contrassensos iluminadores seriam distintos dos meros contrassensos por mostrar o que não pode ser dito (Ibid., p. 368). A leitura de Hacker, portanto, estaria atribuindo a Wittgenstein uma teoria russelliana que seria transmitida através de métodos fregeanos. O TLP seria uma tentativa de, através de insights inefáveis sobre a linguagem, fornecer uma fundação para atividade filosófica de análise lógica (Kuusela, 2011, p.124). Hacker (1986, p. 12) de fato afirma que para compreender as observações sobre filosofia presentes no TLP é necessário ver que a filosofia que Wittgenstein pratica, e a que ele teoriza sobre<sup>1</sup>, são diferentes. A filosofia que Wittgenstein pratica no TLP seria similar a que é apresentada em NL e estaria mais em acordo com a filosofia russelliana: ela seria puramente descritiva e seu domínio seria a doutrina das formas lógicas das proposições científicas (Hacker, 1986, p. 12-3). A filosofia advogada no TLP, porém, deixaria de concordar com a visão de Russell de que a função da filosofia é a descrição das formas lógicas (Cf. Capítulo II, Seção 2.2). Ainda assim, o programa que Wittgenstein cumpre no TLP é de mostrar que “a explicação correta das proposições lógicas deve dar a elas uma posição única em relação às outras proposições” (Hacker, 1986, p. 14, tradução minha). Ao que tudo indica, o único modo que Hacker vê Wittgenstein sendo capaz

---

<sup>1</sup> Hacker nomeia a filosofia que Wittgenstein utiliza “filosofia *de facto*”, e a filosofia que Wittgenstein estaria advogando de “filosofia *de jure*”.

de realizar esse programa, sem advogar por uma filosofia que dê a descrição de formas lógicas, seria através de contrassensos iluminadores.

Malcom (1986) também vê dois tipos de análise lógica com que o TLP estaria envolvido. Há uma análise lógica que equivale a um processo contínuo e inconsciente de análise, esse seria raramente posto em palavras, ocorreria implicitamente na compreensão da linguagem ordinária; e outra análise que é a atividade dos filósofos e dos lógicos (Malcom, 1986, p. 104-5). Enquanto as descrições definidas e a notação lógica exemplificariam o segundo tipo, o primeiro tipo equivale a significar algo através de um símbolo — essa análise é o processo de significação e compreensão, dirá Malcom. (Ibid., p. 106). Desse modo, haveria uma conexão entre a concepção de que “significado e compreensão requer um processo interno de análise lógica” com a asserção de Wittgenstein de que “toda sentença com significado é uma figuração” (Ibid., p. 107). Para Malcom, o pensamento seria tão essencial para a relação projetiva ao ponto de o fazer afirmar que “a teoria da figuração é uma teoria sobre pensamentos e sobre sentenças físicas que daria prioridade aos pensamentos” (Ibid., p. 67).

Seguindo esse raciocínio, Malcom chega à ideia de que “uma articulação completa de um pensamento é ao mesmo tempo uma articulação da situação descrita”, de modo que, a análise completa resulta em “uma correlação exata entre símbolos simples e objetos simples” (Ibid, p. 112). Contra Malcom, se esse fosse o caso, não teríamos tamanha dificuldade em citar objetos simples (NB 21.6.15). O problema de Malcom parte de atribuir uma filosofia acerca de objetos simples que não é consistente com o TLP, visto que, segundo ele, Wittgenstein, ao falar de objetos, estaria falando dos elementos que compõem uma situação pensada (Malcom, 1986, p. 68). Me dedico mais sobre a atribuição de uma teoria sobre objetos simples ao TLP no Capítulo III, mas adianto que nisso Malcom me parece ainda mais direto em atribuir uma variação da teoria russelliana a Wittgenstein. Uma variação em que o pensamento toma o papel do *acquaintance*, fazendo com “que palavras e sentenças sejam sem vida [sem significado e sentido], até que significado e sentido são injetados, ou projetados, nelas através de eventos, atos e processos mentais” (Malcom, 1986, p. 74, tradução minha, intervenção minha).

Nos últimos anos a leitura *New Wittgenstein*, popularizada também como *leitura resoluto*, tornou-se uma alternativa às ditas leituras tradicionais. A leitura resoluto se apresenta com a intenção de se contrapor a leituras que ela nomeia como “leitura positivista” e “leitura da inefabilidade” (essa corresponde a leitura tradicional), indicando que ambas falham ao

assumir uma noção substancial de contrassenso, i.e, contrassensos que possuiriam elementos inteligíveis, enquanto Wittgenstein assumiria de fato uma noção austera de contrassenso, em que contrassensos são meros contrassensos. Frege já utilizaria tal noção, mas no modo em que está presente na sua obra ela se encontra em tensão com a noção substancial, que também estaria presente ali (Cf. Conant, 2001, 386-92). Colocando as proposições do TLP como meros contrassensos e nada além Wittgenstein estaria resolvendo tal tensão presente na obra de Frege (Conant, 2001, p. 381). A consequência última de TLP ser composto por meros contrassensos é de que o valor do livro passa a ser somente terapêutico.

Os resolutos marcam um recorte importante dentro da trajetória de interpretações<sup>2</sup> do *Tractatus* ao, primeiramente, trazê-lo para longe de Russell; de modo que ele deixa de ser lido como uma mera continuidade do projeto do atomismo lógico russelliano. Mas, além disso, os resolutos são especialmente importantes ao colocar como central a questão acerca do método do TLP. Kuusela (2008, p. 25), que por vezes se considera um resolutivo (Cf. Engelmann, 2021, p. 18, n. 23), chega a dizer, por exemplo, que a afirmação de Wittgenstein de que teria resolvido, em essência, todos os problemas da filosofia pode ser compreendida como a afirmação de que ele encontrou um método de lidar com tais problemas de modo que os torna solucionáveis. A principal consequência disso seria que o TLP corresponderia, essencialmente, à apresentação de um programa. Cito Kuusela:

The problem of correct method is central in the sense that its solution is thought to be the key to the solution of all other philosophical problems. When the method is established, all other problems are in principle already solved, and only the details remains to be worked out. What is left of philosophy after Wittgenstein's accomplishment is a method of philosophy as critique of language. Everything else, including all philosophical doctrines, dissolves. (Kuusela, 2008, p. 26)

Porém, se o TLP for uma apresentação de um programa, é uma apresentação defeituosa, visto o quão pouco compreensível são as demandas de seu programa. Para Conant (1993) a dificuldade que alguém teria para compreender as demandas do programa advogado pelo TLP não seria por acaso, já que Wittgenstein estaria fazendo uso de uma ironia inspirada em Kierkegaard. De modo que não é possível um entendimento das proposições do livro, é possível somente a ilusão de entendê-las (Conant, 1993, p. 217). Engelmann (2021, p. 13-5) aponta a inconsistência de tal posição em relação às evidências factuais: não há indícios de que

---

<sup>2</sup> Para um histórico mais completo das interpretações do TLP, Cf. Engelmann, 2021, p. 1-19 e Kuusela, 2011



Wittgenstein tinha conhecimento da estratégia de Kierkegaard durante o período de elaboração do TLP; e quando passa a haver indícios, através de um manuscrito de 1931, Wittgenstein afirma que:

The idea that someone uses a trick to get me to do something is unpleasant. It is certain that it takes great courage (to use this trick) & that I would notf-not remotely-have this courage; but it's a question whether if I had it, it would be rightg to use it. I think that aside from courage it would also take a lack of love of one's fellow human being. (Wittgenstein, *Public and Private Occasions*, 2003, p. 131)

Tendo isso em mente, me parece pouco provável que um livro cujo ponto seria ético<sup>3</sup> se utilizasse de um truque que o próprio Wittgenstein considera uma “falta de amor pelo próximo” como um requerimento para o empregar.

Como mencionado, Conant (2001) também aponta a herança fregeana das noções de contrassenso e de elucidação como a principal chave para entender o que Wittgenstein estaria dizendo sobre o seu método em TLP 6.53 e 6.54, de modo que o *Tractatus* seria lido como resolução das tensões já presentes na obra de Frege entre uma noção substancial e uma noção austera de contrassenso. Wittgenstein estaria gerando um curto-circuito dentro da visão fregeana, “juntando essas duas metades do pensamento de Frege em proximidade imediata uma com a outra” (Conant, 2001, p. 381). O objetivo das elucidações do TLP seria de revelar, utilizando somente meros contrassensos, que o que parece ser uma noção substancial de contrassenso é somente um mero contrassenso (Ibid., p. 421).

De acordo com Conant (2014, p. 630), para um leitor resoluto, a culpa de um contrassenso está sempre no caráter da relação entre o falante e o símbolo proposicional, e não no próprio símbolo proposicional (Cf. Kuusela, 2008, p. 21; 2014, p. 601). Conant crê na possibilidade de encontrar um método de simbolizar; de tornar um não símbolo um símbolo (Diamond também defenderá esse ponto, e mostro como ele pode ser problemático em 3.1). Seguindo Conant (2014, p. 629-30), um resoluto não pode se ancorar uma teoria do sentido, e logo, o método que Wittgenstein utiliza para conduzir o leitor até o descarte da escada deve ser

---

<sup>3</sup> Wittgenstein diz em carta a Ficker: “*The book's point is an ethical one. [...] My work consists of two parts: the one presented here plus all that I have not written. And it is precisely this second part that is the important one. My book draws limits to the sphere of the ethical from the inside as it were, and I am convinced that this is the ONLY rigorous way of drawing those limits*” (Wittgenstein apud Engelmann, 1967, p. 143)

*piecemeal*<sup>4</sup>. O leitor passaria por uma transição em que, em um primeiro momento imaginava ter descoberto algo, e depois, descobre que ele não descobriu nada que possa significar através das palavras de Wittgenstein (Conant, 2001, p. 423). Desse modo, Wittgenstein não estaria exigindo do leitor a compreensão de suas proposições, mas sim uma compreensão do autor<sup>5</sup> e do tipo de atividade que ele está executando - uma elucidação (Ibid., p. 424).

Diamond (2000) também aponta a necessidade de entender não as proposições do TLP, mas seu *autor*. Para isso, Wittgenstein demandaria do leitor o que Diamond chama de uma atividade imaginativa, que seria primeiramente denotada pelo *frame* do TLP. Esse *frame* seria composto pelo prefácio e pelas proposições finais do TLP<sup>6</sup>. Através do *frame* Wittgenstein estaria oferecendo instruções de leitura ao leitor. Essas instruções fariam o papel de nos introduzir ao uso das noções do que não pode ser dito e de contrassenso (Diamond, 2000a, p. 151). Diamond (Ibid., p. 154) prossegue dizendo que para ver como Wittgenstein concebe seu próprio método é preciso somar TLP 6.53 com TLP 6.54, e ver a descrição explícita do que Wittgenstein demanda de seu leitor. Parte dessa demanda seria abrir mão de buscar compreender as proposições do TLP, e buscar entender o autor de tais proposições; já que para haver a possibilidade de entender as palavras de Wittgenstein, elas primeiramente deveriam ser entendíveis, e logo, não seriam contrassensos. Reconhecê-las como contrassensos significa desistir da ideia de compreendê-las e assumir, no máximo, que há a ilusão de entendê-las (Diamond, 2000a, p. 150). O TLP estaria, portanto, nos convidando a entender Wittgenstein, aquele quem fala contrassensos (Ibid., p. 157).

---

<sup>4</sup> Conant (2014) distingue entre dois sentidos de *piecemeal* – um acerca da aplicação do método; outro acerca da possibilidade de um ou mais métodos. O método TLP seria *piecemeal* apenas no primeiro sentido, isto é, o TLP estaria advogando a aplicação caso a caso de um só método.

<sup>5</sup> Compreender o autor, porém, pode ter significados diferentes em função de propostas diferentes. Janik e Toulmin, assim como Conant, tomam como necessário entender o autor para entender seus argumentos, porém, eles abertamente não buscam uma investigação do método lógico – sob o argumento de que o paradoxo com o qual estão envolvidos não necessitaria de tal investigação. Por tal razão, eles buscam a compreensão do autor de modo distinto: visam uma compreensão do estilo, das ações e influências do autor do livro (Janik e Toulmin, 1973, p. 29). Similarmente ao que diz Conant (1993), a concepção de filosofia de Wittgenstein seria irônica, porém aqui, uma ironia krausiana (Janik e Toulmin, 1973, p. 196), em que os aforismos do livro nunca são estritamente verdadeiros.

<sup>6</sup> Para Conant (2001, p. 457), porém, o *frame* seria mais extenso, composto pelo prefácio, e por TLP 3.32–3.326, 4–4.003, 4.111–2 e 6.53–6.54. Aparentemente, esse ajuste visa evitar a crítica que Hacker (2000, p. 368-9) faz. Isso indica um caráter *ad hoc* da noção de *frame*. Exponho a crítica de Hacker mais adiante.

Através disso, Diamond chega à conclusão que para compreender o método filosófico de Wittgenstein é necessário buscar compreender o que é o exercício de entender uma pessoa que profere contrassensos. É importante para ela, porém, manter que todos os contrassensos são internamente os mesmos, caso contrário ela cairia no que chama de *chicken-out*<sup>7</sup> (Diamond, 1991a, p. 181). Não há modo algum de tomar uma sentença contrassensual e dizer que ela é uma elucidação filosófica e não um contrassenso metafísico (Diamond, 2000a, p. 159). Não há separação que possa ser feita entre sentenças contrassensuais boas e ruins, úteis ou inúteis. Só será possível diferenciá-las através das circunstâncias externas de elocução (Ibid., p. 161).

Essa diferenciação seria feita através de um esforço imaginativo de tomar o contrassenso que está sendo dito como uma expressão com sentido<sup>8</sup>. Diamond dá detalhes do que constitui tal esforço dizendo que aquele que pretende entender o proferidor de contrassensos deve “se considerar falando uma linguagem na qual as coisas que a outra pessoa diz não receberam nenhum sentido determinado, embora pudessem receber sentido — *qualquer construção de frase pode ter*” (Diamond, 2000a, p. 158, tradução minha, *ênfase minha*). Julgo que Diamond se baseia em TLP 5.4733 para dizer que qualquer construção sentencial pode receber sentido. Porém, o fato de não termos atribuído significado a alguma parte constituinte de uma sentença, não significa que essa atribuição é livremente permitida assim que nos apercebemos desse fato. Como Engelmann (2021, p. 45) aponta, as regras arbitrárias da linguagem são arbitrárias porque poderiam ser diferentes, porém, isso não implica que podemos livremente estabelecer novas regras. Estamos comprometidos às regras arbitrariamente determinadas, pois elas fixam nosso uso da linguagem ordinária (Engelmann, Ibid.).

Vê-se que a investigação acerca do método que Wittgenstein emprega no TLP ainda se mantém no centro da disputa da leitura resolvida, defendida notoriamente por Conant e Diamond. Dessa disputa, uma série de problemas está em aberto, e.g, se as menções ao método em 4.1121

---

<sup>7</sup> Seria bem traduzido como “amarelado”, mas manterei usando *chicken-out*. Amarelar seria, segundo Diamond, manter atribuindo a Wittgenstein a visão de que há características da realidade que não podem ser postas em palavras, mas que se mostram. O contrário de amarelar seria de fato jogar a escada fora, i.e., ao final do livro abrir mão de qualquer tentativa de levar a sério qualquer conversa sobre ‘características da realidade’ (Diamond, 1991, p. 181).

<sup>8</sup> Conant (2014, p. 638, n. 15) dá indícios de que o exercício imaginativo de Diamond (2000) coincide na aplicação *piecemeal* do método. De fato, a ideia de exercício imaginativo ajuda a esclarecer os dizeres de Conant (2001, p. 424) de que: “The assumption underlying the Tractarian elucidation is that the only way to free oneself from such illusions is to fully enter into them and explore them from the inside”.

e 6.54 se referem ao mesmo método; se o método é algo fundamental ou não no próprio *Tractatus*, ou como aponta Milkov (2003), se as considerações que Conant e Diamond tomam como metodológicas são na verdade estilísticas.

Em especial, também é pouco claro se o método que o TLP advoga como correto é o mesmo que é empregado por Wittgenstein na escrita do livro. Kuusela (2008, p. 102) diz que não, que o TLP não oferece nenhuma análise que segue os termos do método que ele articula, deixando a aplicação do método para os outros. O TLP “estaria ocupado com a questão acerca da linguagem do método e Wittgenstein dedica-se às questões acerca das fundações da análise lógica ou filosófica” (Kuusela, 2008, p. 102, tradução minha). Contudo, Kuusela (2014, p. 601) diz que o método que Wittgenstein advoga é 6.53. Ao mesmo tempo em que usa 6.53 como evidência de que Wittgenstein não usa o método que advoga, Kuusela também diz que a análise lógica feita através do uso de uma conceitografia exemplificaria o método estritamente correto (Idem). TLP 4.1121, onde Wittgenstein diz que seu método é o estudo da linguagem de sinais, não coincide com TLP 6.53. Desse modo, Kuusela parece se envolver em ambiguidades sobre se o método usado é igual ao advogado e sobre qual é o método estritamente correto.

Conant, tomando o método estritamente correto como TLP 6.53, também não vê Wittgenstein o utilizando no TLP. Ambos os métodos, tanto o empregado por Wittgenstein, quanto o estritamente correto, e logo advogado por Wittgenstein, buscam o mesmo objetivo de elucidação (Conant, 2014, p. 456, n. 131). O método empregado, porém, não pode contar com a presença de interlocutores, e logo, seria somente um substituto para o método correto, “em que o texto convida o leitor a adotar alternativamente os papéis de cada uma das partes do diálogo em que o método correto seria aplicado” (Conant, 2014, p. 456, n. 131, tradução minha). Tal concepção porém é muito pouco fiel à forma em que Wittgenstein escreve, visto que não há indícios que nos permite estabelecer quais proposições do TLP estariam no roteiro daquele que fala contrassensos e quais proposições estariam no roteiro de quem busca elucidar o primeiro; a distribuição dos papéis seria completamente *ad hoc*. Além disso, tomar o TLP como uma espécie de diálogo esmaecido pouco faz juz a analogia que Wittgenstein faz entre suas proposições e uma escada (TLP 6.54).

Diamond, mesmo não sendo completamente explícita quanto a isso, quando propõe uma leitura do método baseada na noção de *frame* (Diamond, 2000a) está claramente dizendo sobre o método que é aplicado por Wittgenstein no TLP e não sobre o que ele advoga, visto que, de

acordo com ela, esse seria dado em TLP 6.53 (Diamond, 2000a, p. 155). A primeira impressão seria de que, dentro da leitura resolvida de Conant e Diamond, a ideia de *frame* é o método utilizado no TLP, isto é, o método que Wittgenstein usa para ser entendido (disso surge a possibilidade de que as proposições do TLP que compõem o *frame* sejam somente observações estilísticas e não metodológicas (Cf. Milkov, 2003; 2017)<sup>9</sup>); enquanto a prática *piecemeal* é método que o TLP advoga a aplicação (Cf. Conant, 2014, p. 632).

Porém, quando Diamond passa a tratar do ponto ético do TLP, a leitura que ela faz do método que é empregado no livro e do método que ele advoga passam a se confundir. Ela diz que, seguindo a correta leitura do TLP, a conclusão do livro será distinta em relação a dois tipos de proferidores de contrassensos: a atratividade das sentenças filosóficas irá desaparecer, porém das sentenças éticas não. Porém, ainda assim, teremos uma posição distinta em relação às sentenças éticas:

But if we understand ourselves, ourselves the utterers of ethical nonsense, we shall not come out with ethical sentences under the illusion that we are talking sense. We may show this by framing our sentences; for example, someone might say “I am inclined to say ‘The goodness of life does not depend on things going this way or that’”. (Diamond, 2000a, p. 161)

Desse modo, também cairia sobre nós a tarefa de colocar nossas sentenças sobre ética sob *frames*, assim como Wittgenstein estaria fazendo no TLP. E esse, mesmo não sendo o método estritamente correto, seria um método que o TLP estaria advogando a prática.

A confusão entre distinguir qual é o método utilizado pelo TLP e qual ele advoga (que os resolutos tendem a chamar de “*the only strict correct method*”, fazendo alusão a 6.53) deriva-se de uma das falhas mais graves<sup>10</sup> que a leitura resolvida tem: descartar a maior parte das críticas presentes no TLP que visam os erros de Frege e Russell acerca da natureza da lógica (Hacker, 2000, p. 368-9; Kuusela, 2011, p. 127). Kuusela (2014, p. 602) aponta como uma controvérsia se Wittgenstein introduz no TLP uma conceitografia ou está meramente apontando a importância significativa que uma conceitografia teria para a dissolução de problemas

---

<sup>9</sup> Milkov, entretanto, não esclarece o que marca a diferença entre uma observação estilística e uma observação metodológica. Mesmo que intuitivamente tomamos método e estilo como coisas distintas, não me parece tão evidente se são completamente independentes um do outro.

<sup>10</sup> Além disso, há também a dificuldade em apelar para as observações metodológicas presentes em TLP 4.11-4.116 (Hacker, 2000, p. 369).

filosóficos. A meu ver, isso não pode ser alvo de tamanha controvérsia: Wittgenstein está, no mínimo, introduzindo demandas do que deve haver ou não em uma notação, e muitas dessas demandas são introduzidas em críticas direcionadas as notações de Frege e de Russell (Cf. TLP 5.4n; 5.521; 5.5302, 5.535, 6.1233).

A leitura resoluta tem passado por diversas reformulações e críticas, indicando que a discussão sobre o método do TLP está longe de ser resolvida. É notável nos últimos anos um esforço de fornecer respostas não metafísicas para as questões levantadas pelos resolutos. Essas respostas, em geral, partem de indicar que o TLP tem *insights* lógicos positivos que seriam mostrados não através de proposições, mas através da notação do TLP, e que tal indicação não implica em um *chickening-out*.

Em vista de me posicionar diante a essa questão e indicar um caminho que pode fornecer novos resultados que contribuem a seu esclarecimento, busco determinar o método de filosofar empregado no TLP a partir de uma investigação da crítica que Wittgenstein faz nos *Notebooks 1914-1916* (NB) ao método de Russell. Em tal crítica, Wittgenstein (NB 1.5.15) diz que tal método seria somente um regresso do método da física. Junto a tal crítica ao método russelliano, encontram-se as seguintes anotações, com uma menção mais direta de Wittgenstein ao próprio método do que as que estão presentes no TLP (apresento NB 1.5.15 atribuindo um índice, (*a, b, c, ...*) a cada comentário a título de mais praticidade adiante<sup>11</sup>):

NB 1.5.15

- a.* The fact that  $p \sim p$  is a contradiction shews that  $\sim p$  contradicts  $p$ . [Cf. 6.1201]
- b.* Scepticism is *not* irrefutable, but *obvious nonsense* if it tries to doubt what where no question can be asked. [See 6.51]
- c.* For doubt can only exist where a question exists; a question can only exist where an answer exists, and this can only exist where something *can* be said. [See 6.51]
- d.* All theories that say: "This is how it must be, otherwise we could not philosophize" or "otherwise we surely could not live", etc. etc., must of course disappear.
- e.* My method is not to sunder the hard from the soft, but to see the hardness of the soft.

---

<sup>11</sup> Assim, de agora em diante, quando ocorrer alguma citação de Russell que se assemelha, por exemplo, com o que Wittgenstein está dizendo sobre o ceticismo em 1.5.15, usarei NB 1.5.15*b* para chamar atenção a tal semelhança.

f. It is one of the chief skills of the philosopher not to occupy himself with questions which do not concern him.

g. Russell's method in his "Scientific method in philosophy" is simply a retrogression from the method of physics.

É com essas observações em mente que busco determinar o método do TLP, dando ênfase ao contraste que Wittgenstein faz entre seu método e o de Russell: ao indicar que o seu método não é de separar o *hard* do *soft*<sup>12</sup> (o método que faz essa separação, mesmo que Wittgenstein não deixe aqui explícito, seria o de Russell, como mostrarei no Capítulo III), mas de ver a *hardness* do *soft*. Adiante, por facilidade, buscarei me referir ao primeiro, aquele de Russell, como o método que *separa*; e ao segundo como o método que *vê*.

É preciso também ter claro qual é o método de Russell em seu '*Método científico na filosofia*' e é sobre este que me debruçarei no Capítulo I. Como pretendo demonstrar, essa questão é menos evidente do que aparenta; primeiramente porque há intérpretes que defendem que Russell possuiu somente um método em todos seus empreendimentos filosóficos, dentre estes, os que defendem uma aplicação de alternados métodos auxiliares, e, por outro lado, há aqueles que defendem uma ruptura metodológica entre os distintos empreendimentos filosóficos de Russell. Pretendo indicar que, dentre os interesses de minha investigação, a discussão pode ser resolvida tanto através da estipulação de métodos auxiliares, ou submétodos, quanto através da assunção de uma ruptura entre os métodos russellianos. Em segundo lugar, porque não é plenamente claro o que Wittgenstein teria ou não lido; de modo que, ao falar "do método de Russell em seu *Scientific Method in Philosophy*", Wittgenstein poderia estar se referindo tanto ao artigo *Scientific Method in Philosophy* (SMP), quanto ao livro *Our Knowledge of The External World* (OKEW).

Adianto que o método ao qual Wittgenstein está reagindo e criticando é aquele nomeado por Russell "o método científico de se filosofar" — que por vezes coincide com o método de seu atomismo lógico (mas não necessariamente corresponde a ele em todos os momentos da filosofia russelliana) — mas que, em geral, equivale ao *construcionismo russelliano*. Não é tão

---

<sup>12</sup> Provavelmente a melhor tradução para *hard* seria 'firme', que faz alusão ao modo como Descartes (Cf. *Discourse on the Method*, 2006 e *Meditações Metafísicas*, 2015) diz aplicar o seu método de dúvida, tendo em mente que é bastante provável que a divisão russelliana entre o *hard data* e o *soft data* faça alusão ao método cartesiano (Cf. POP, p. 7; PLA, p. 6). Para a tradução *soft* me apareceu como opção 'frouxo', mas abandonei essa opção por ser carregada de uma conotação moral. Por fim, me pareceu melhor manter tais termos no original, de modo que menos desvirtua suas conotações ou adiciona outras.

simples rastrear a partir de quando Russell começa a utilizar o método construcionista. Se tomarmos como central para o construcionismo o interesse de Russell por questões acerca do conhecimento, em especial aquelas acerca do conhecimento do mundo físico, podemos rastreá-lo a partir de POP (Cf. Hylton, 1990, p. 361) ou de OM (Cf. Miah, 1987). Porém, se buscarmos rastreá-lo através da aplicação de suas ferramentas, podemos apontar o uso de tal desde o início do projeto logicista nos *Principia* (Cf. Wrinch, 1917, p. 451 e Hylton, 1990, p. 385) ou desde *On Denoting* (Cf. Linsky, 2013, p. 408). Independentemente de onde começa o construcionismo russelliano, tomo SMP, RSDP e OKEW como seus textos centrais. Sendo SMP a apresentação do programa, RSDP e OKEW exemplos da aplicação do método. OKEW, como pretendo evidenciar, é a obra definitiva do construcionismo russelliano.

Além disso, OKEW, como será apresentado no Capítulo II, está repleta de fortes evidências textuais que indicam que é de tal obra que Wittgenstein está falando em NB 1.5.15. Baker e Hacker (2005, p. 304, n. 23) também fazem tal sugestão. Diamond (2014, p. 149) sugere que, além de NB 1.5.15, outras anotações presentes nos NB também possuem em mente OKEW. Ela cita, por exemplo, os comentários de Wittgenstein sobre a navalha de Occam em NB 23.4.15, os comentários sobre a causalidade em NB 29.3.15 e sobre o livre arbítrio em NB 27.4.15. Levine (2018, p. 330, n. 1) também aponta as fortes semelhanças entre anotações dos NB e diversas passagens de OKEW, de modo a concordar com Diamond. Hacker (1986, p. 14) diz que até mesmo proposições do TLP, como 4.1122, são direcionadas a OKEW. Há aparentemente um consenso acerca dessa questão, Wittgenstein teria recebido OKEW de Keynes (entrarei em mais detalhes sobre isso em 1.1) e lido durante 1915. Entretanto, em geral, somente notas de rodapé foram dedicadas à relação entre diversas anotações presentes nos *Notebooks* e OKEW (o mais próximo de uma abordagem que busca explicar, além de somente apontar essas semelhanças, foi feita por Diamond (2014), com a qual terei diversos pontos de discordância, como mostrarei no Capítulo III). Em certa medida, os capítulos II e III deste trabalho buscam dar conta dessa lacuna.

OKEW é assumidamente apresentado por Russell no prefácio como uma tentativa de, através de exemplos, mostrar a natureza, a capacidade e as limitações do método lógico-analítico na filosofia. Russell também indica que as breves discussões em lógica pura que aparecerão nas palestras de OKEW provêm de contribuições de descobertas ainda não publicadas de seu amigo Wittgenstein. Como resultado do primeiro e do segundo capítulo,



espero mostrar que, apesar de que as apresentações do método em SMP e OKEW sejam feitas de formas distintas, sendo a primeira majoritariamente programática, e a última buscando destacar o valor do método aplicando-o a uma questão central da filosofia — em ambas, a introdução do método científico na filosofia fará com que as suas proposições serão, ou terão como ponto de partida, verdades gerais da lógica, que são apriorísticas e de máxima generalidade — o método científico de se filosofar irá se inspirar na ciência, mais especificamente, na física, para mimetizar na filosofia a capacidade que a ciência tem de obter um progresso passo a passo. Desse modo, ambos os textos de Russell, SMP e OKEW, revelam a sua posição em relação ao valor de uma obra científica — posição esta que será um ponto central de discordância entre Russell e Wittgenstein (Cf. LD 36, p. 67-8), e tal discordância surtirá efeito em como cada um concebe o método da filosofia.

Assim, passo a investigar e indicar as razões que justificam Wittgenstein apontar tal método como o método que separa, e dizer também que ele é uma simples regressão do método da física (NB 1.5.15g). Desse modo, se minhas pretensões forem bem-sucedidas, será traçado um fio condutor que vai de um método que é utilizado dentro de um período específico da filosofia de Russell (que o próprio nomeia como atomismo lógico), ocasionalmente chamado de “o método da filosofia científica”, ou “o método científico de se filosofar”; até o método utilizado por Wittgenstein no TLP, o qual pretendo alcançar uma indicação no Capítulo **III**.

Portanto, no terceiro capítulo retomo as anotações de NB 1.5.15, porém, tendo estabelecido o método da filosofia russelliana no plano de fundo, passo a esclarecer tais anotações dos NBs uma a uma. Esse esclarecimento tem assumidamente o propósito de mostrar, assim como fez Engelmann (2021), que muito da filosofia tractariana, incluindo o método, parte de uma reação adversativa às ideias de Russell. Com isso, dou início ao segundo capítulo apresentando um quadro comparativo entre as anotações de NB 1.5.15 e trechos de OKEW. Esse quadro consequentemente indica também que OKEW é a obra que Wittgenstein está criticando em boa parte de suas anotações nos NB.

Assim, ao mesmo tempo em que minha leitura destoa das leituras tradicionais as quais traçam uma espécie de continuidade desde o método do atomismo lógico russelliano ao método do TLP, sigo também uma via distinta à leitura de Conant (2001), que aponta a herança fregeana das noções de contrassenso e de elucidação como a principal chave para entender as considerações metodológicas de Wittgenstein, e, portanto, me distancio também dos

resolutos<sup>13</sup>, que, como mencionei, usualmente propõem que o método do TLP é um resultado de como Wittgenstein lida com tais questões presentes em Frege.

Ao final do terceiro capítulo, pretendo determinar o método do TLP de modo que satisfaça os dizeres de Wittgenstein: *My method is not to sunder the hard from the soft, but to see the hardness of the soft* (NB 1.5.15e) e que seja capaz de projetar tais dizeres presentes nos NBs no TLP. Essa determinação ocorrerá, adiantado, seguindo Engelmann (2018b, p. 606) ao dizer que a verdadeira indicação no TLP que Wittgenstein faz de seu método está junto da única ocorrência de “meu método” em TLP 4.1121 (*grifo meu*):

4.1121 A psicologia não é mais aparentada com a filosofia que qualquer outra ciência natural.

A teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia.

Meu estudo da linguagem por sinais não corresponderia ao estudo dos processos do pensar, estudo que os filósofos sustentaram ser tão essencial para a filosofia da lógica? No mais das vezes eles só se emaranharam em investigações psicológicas irrelevantes, e um perigo análogo existe também no caso do *meu método*.

Seguindo o que Kuusela (2011) põe como necessário para uma leitura não metafísica, minha argumentação do método não se baseará em uma distinção entre contrassensos. Porém não sigo a condição que Conant (2014, p. 629-30) coloca para ser um resolutivo, e aponto que há um critério de sentido no TLP. Argumento, porém, que um critério de sentido não implica em uma teoria do sentido (Cf. Seção 3.1). Desse modo me incluo dentro do grupo que busca dar respostas não metafísicas aos resolutivos. Há um limiar bem fino entre ser um amarelão <*to chicken out*> e entre jogar fora o bebê junto da escada (Cf. White, 2011). Busco me manter dentro desse limiar. A coragem para jogar fora a escada será destruída pelo excesso e pela falta, mas preservada pela mediania.

---

<sup>13</sup> Me aproximo a Ricketts (1996), por exemplo, que toma a ideia wittgensteiniana de proposições como figurações como uma reação aos problemas que Russell se depara ao propor a teoria do juízo múltiplo. A argumentação de Ricketts parte de uma análise da *velha lógica* — em como essa é fundada sob uma concepção universalista da lógica — e em como Wittgenstein a rejeita, mas mantém princípios guias dela: (1) a lógica estrutura todo o pensamento e (2) que é possível dar uma expressão clara e não ambígua dos conteúdos julgados verdadeiros ou falso. É de se questionar, porém, se a argumentação de Ricketts dá conta de uma determinação do método de Wittgenstein.

## CAPÍTULO I: O MÉTODO DE RUSSELL

Para fornecer uma interpretação à crítica<sup>14</sup> que Wittgenstein faz a Russell, preciso, evidentemente, ter claro qual é o alvo de tal crítica. Não é imediatamente evidente qual é o ‘*Scientific method in philosophy*’ de Russell sobre o qual Wittgenstein está falando, mas há dois candidatos principais que disputam esse cargo dentro das interpretações: o ensaio de caráter programático *On Scientific method in philosophy*<sup>15</sup> (SMP), e o livro *Our Knowledge of The External World* (OKEW), ambos de 1914, ano anterior às anotações dos NB onde se encontra a crítica de Wittgenstein.

Com isso em mente, divido este capítulo em três seções. Em **1.1** discuto, utilizando de cartas como a principal evidência textual, quais obras de Russell Wittgenstein teria possivelmente tido contato ao escrever NB 1.5.15, para assim determinar mais objetivamente o escopo da crítica de Wittgenstein. Um objetor poderia dizer que tal investigação, que visa descobrir qual método de Russell Wittgenstein está criticando, é desnecessária, apontando que Russell teria se utilizado somente de um método em sua filosofia. Em **1.2** busco considerar tal objeção e, adianto que, por mais que seja defensável que Russell possua somente um método, ou uma constante metodológica, deve-se admitir o uso de submétodos ou métodos auxiliares, e dentre tais, o *construcionismo russelliano*. Em **1.3**, por fim, parto para uma análise do artigo em que, ao meu ver, Russell busca apresentar o programa construcionista, SMP.

### 1.1 O que Wittgenstein teria lido?

Baker e Hacker (2005, p. 304, n. 23) sugerem que o comentário de Wittgenstein sobre o método de Russell (NB 1.5.15g) faz referência, em especial, à terceira palestra de OKEW

---

<sup>14</sup> Ressalto que *a crítica* que me refiro aqui e no título do capítulo não é unicamente 1.5.15g, mas sim todo o conjunto NB 1.5.15, visto que tomo todas as anotações desse dia como direcionadas a Russell. Uma leitura específica de NB 1.5.15g será feita em **2.8**

<sup>15</sup> Fruto da conferência Herbert Spencer, 18 de novembro de 1914.

(assim como os comentários que o acompanham; destacando o que faz referência ao ceticismo e o comentário sobre separar o *hard* do *soft*). Diamond (2014, p. 149, n. 9), por outro lado, trata a questão com suspensão maior, dedicando atenção tanto a SMP (ainda que a própria admite não possuir nenhuma evidência externa para acreditar que Wittgenstein tenha recebido o ensaio), quanto a OKEW; ela (Ibid., p. 150) vincula as críticas de Wittgenstein, em especial a que diz respeito a como Russell trata o ceticismo, à uma suposta rejeição completa de Wittgenstein à concepção de Russell do método filosófico, essa vinculação soa um tanto quanto apressada, principalmente quando levamos em consideração que Wittgenstein reconhece como mérito de Russell ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma lógica real (TLP, 4.0031). Além disso, a própria Diamond (1991) admite que Wittgenstein teria visto na teoria das descrições russelliana um método de análise:

But how do you make clear what kind of function it is? You provide a *method* of analysis of sentences, a way of rewriting them. [...] What Wittgenstein saw in the theory of descriptions, then, was a *method* of analysis of sentences, a way of rewriting them, which made their kind of functionality clear. (Diamond, 1991, p. 187, *grifo* meu)

Parece claro que, mesmo não havendo em *On Denoting* uma evidente apresentação de um método como nos exemplos que serão apresentados, a apresentação de Russell da teoria das descrições definidas é um exemplo, e em certo sentido, uma propaganda da capacidade da análise lógica, quando feita corretamente, como método de resolver problemas filosóficos<sup>16</sup>. Wittgenstein aceita o que é mais substancial do que está sendo apresentado ali: Em TLP 4.0031 ele diz que o mérito de Russell é de ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser a sua forma real. Desse modo, se o método de Wittgenstein é diferente do de Russell, essa diferença não estaria na análise de descrições definidas, por exemplo. Cito Engelmann:

Of course, it is Russell's analysis of definite descriptions that allow us to see how forms are projected into names by means of definitions and, thus, the "real logical form" of a sentence (TLP: 4.0031). It is Russell who provides a clue about what is implicitly given in a sentence and must be made explicit (Engelmann, 2018a, p. 32)

Wittgenstein é ainda mais claro quanto a isso em uma carta enviada a Russell ainda em 1913 (LD 30, p. 59, tradução minha): "Só gostaria de adicionar que sua Teoria das 'Descrições'

---

<sup>16</sup> Chegando mesmo a alcançar uma posição paradigmática, como celebrenemente apontou Ramsey (1990, p. 1, n. 1)

é indubitavelmente correta, mesmo que os símbolos individuais primitivos não sejam os que você acredita”. Logo, se Diamond pretende mesmo sustentar que Wittgenstein rejeita *toda* a concepção russelliana de método filosófico, ela precisa tornar essa rejeição conciliável com o reconhecimento que Wittgenstein (e ela também) faz do mérito russelliano em 4.0031 — e para isso, ela terá que assumir estranhas posições, por exemplo, que i) “mostrar que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma real” é um mérito de Russell, mas que não faz parte de seu método filosófico, e portanto pode ser adotada como parte do método wittgensteiniano ao mesmo tempo que este rejeita *todo* o método de Russell, ou que ii) o mérito de Russell também faz parte de seu método filosófico, mas não faz parte do método de Wittgenstein, i.e., que o método tractariano não busca mostrar a forma lógica real da proposição<sup>17</sup>.

Além disso, Diamond (2014, p. 151) aponta que a crítica de Wittgenstein em NB 1.5.15g pode ser interpretada como sendo direcionada à má concepção que Russell têm do que seria o método da física. Tal interpretação da crítica é pertinente visto que, de fato, Wittgenstein assume uma clara discordância em relação à concepção russelliana de como atua a física e suas leis. Entretanto, essa interpretação parece mais uma saída conveniente do que realmente fiel ao comentário de Wittgenstein, de modo que ela se baseia mais em uma discordância bem estabelecida, e mais fácil de rastrear, do que em um exercício interpretativo das próprias palavras de Wittgenstein como aparecem nos NBs. Pretendo entrar em detalhes em como fornecer uma leitura adequada de NB 1.5.15g na Seção 3.6. Por hora, relembro que neste primeiro capítulo minha intenção é somente de delimitar o alvo das críticas.

Um tratamento cuidadoso dessa questão pede por tal esforço interpretativo do que está escrito nos NB, mas não somente: é preciso também que tal esforço seja aliado às evidências disponíveis. Por essa razão, além dos *Notebooks*, faço um apelo as cartas (LD; McGuinness (ed.), 2008) trocadas por Wittgenstein e Russell durante esse período, que nos dão pistas mais claras do que está sendo criticado por Wittgenstein e por qual razão está sendo. 1914 foi um ano especialmente turbulento para a relação que era cultivada entre eles. Em mais de uma carta

---

<sup>17</sup> Acredito que, de fato, nenhum dos métodos que Diamond, seja o *frame* (Cf. Diamond, 2000) ou método *piecemeal* (Cf. Conant e Diamond, 2004), atribui a Wittgenstein cairia em grandes problemas ao admitir que o método não tenha como objetivo mostrar a forma lógica real da proposição. Discuto isso com mais detalhes em 3.7. Isso, porém, não deixa de ser uma estranha posição.

Wittgenstein admite com relutância que o melhor para ambos seria que rompessem contato. Uma destas cartas de rompimento me chama atenção em especial. Em fevereiro de 1914, Wittgenstein envia a Russell o seguinte:

Our latest quarrel, too, was certainly not simply a result of your sensitiveness or my inconsiderateness. It came from deeper — from the fact that my letter must have shown you how totally different our ideas are, e.g. of the value of a scientific work. (LD 36, p. 68)

O exemplo que Wittgenstein oferece para mostrar o quão diferentes são suas ideias das de Russell, i.e., o que consideram o valor de uma teoria científica, se mostra muito pouco trivial se colocado no contexto de outras trocas entre os dois. Russell publicou RSDP em 16 de julho de 1914 (Carey, 2009, p. xx), e no dia 28 de julho o envia a Wittgenstein, que confirma o recebimento somente no Natal do mesmo ano (LD 44, p. 76). Em agosto de 1914 Russell publica OKEW (Carey, 2009, p. xx), que foi apresentado em Harvard como as conferências Lowell, em março e abril do mesmo ano (Cf. Willis, 1989). Em novembro de 1914 Russell apresentou a conferência Herbert Spencer, ‘*On Scientific Method in Philosophy*’ (Carey, 2009, p. xi).

Porém, anos antes de tais publicações, Russell já estaria se dedicando ao problema da matéria, enquanto escrevia *On Matter* e compartilhava suas ideias com Wittgenstein. Russell revela isso em carta para Lady Ottoline Morrell, datada de 23 de abril de 1912:

Wittgenstein brought me the most lovely roses today. He is a treasure. I have got a number of new technical ideas from him, which I think are quite sound and important.... I argued about Matter with him. He thinks it a trivial problem. He admits that if there is no Matter then no one exists but himself, but he says that doesn't hurt, since physics and astronomy, and all the other sciences could still be interpreted so as to be true. (Russell, apud Collected Papers, vol 6, p. 77)

O desejo de usar o tópico acerca da matéria para mostrar um exemplo de análise, como faz em OKEW, também já estava presente:

[...] I expect my paper on matter will be a model of cold passionless analysis, setting forth the most painful conclusions with utter disregard of human feelings. I haven't had enough courage hitherto about matter, I haven't been sceptical enough. I want to write a paper which my enemies will call "the bankruptcy of realism". [...] (Russell, apud Collected Papers, vol 6, p. 77)

Wittgenstein aparenta ter opiniões inconstantes sobre *On Matter*. Em 26 de maio de 1912 Russell envia a Lady Ottoline: "Wittgenstein doesn't like the rest of my 'Matter' paper, but only I think because of disagreement, not because of its being badly done" (Russell, apud Collected Papers, vol 6, p. 78). Em 27 de outubro, porém, Russell envia a ela:

As soon as I have time, I want to go on with Matter. The subject is so fruitful that it might easily develop into a book. Just before I came to Lausanne, I got a central idea out of which a lot ought to come-I am pleased to find that Wittgenstein thinks just as well of that idea as I do. His health seems all right again, and he is full of good ideas. (Russell, apud Collected Papers, vol 6, p. 79)

*On Matter*, é o primeiro momento em que Russell menciona a possibilidade da construção da matéria a partir dos dados sensoriais<sup>18</sup> (Miah, 1987). É certo que Wittgenstein leu e opinou sobre *On Matter*. Wittgenstein também, certamente, leu *Theory of Knowledge*, onde, no que seria o segundo capítulo, Russell buscaria tratar do problema da matéria (Cf. Landini, 2019, p. 243).

Não é tão certo se Wittgenstein leu OKEW quanto é em relação a OM, porém, chamo atenção especial para os seguintes eventos: Em 10 de Janeiro de 1915 Keynes, em carta (LD 46, p. 78), comenta com Wittgenstein que Russell teria publicado um novo livro por volta do início da guerra. Em 25 de Janeiro Wittgenstein responde Keynes pedindo que o envie o livro publicado (LD 47, p. 79). Em primeiro de maio Wittgenstein escreve nos NB (1.5.1915) a já mencionada crítica ao método de Russell, junto ao comentário sobre seu próprio método. E, em 22 de maio de 1915, Wittgenstein, voltando a se corresponder com Russell, diz que “os problemas estão se tornando mais e mais lapidários e gerais, e o *método mudou drasticamente*” (LD 50, p. 83, tradução minha, *grifo meu*).

A mudança drástica que o método de Wittgenstein teria sofrido, mencionada em LD 50, seria, possivelmente, a mudança de um método que separa o *hard* do *soft* para um método que vê a *hardness* do *soft*<sup>19</sup>, como descrita em NB 1.5.15. Perceba que no mesmo mês Wittgenstein critica o método Russell, contrasta esse ao seu, e avisa Russell que seu método mudou. Dito isso, não é trivial que a menção que Wittgenstein faz do próprio método nos NB apareça junto de uma crítica ao método de Russell, ou melhor, junto de uma crítica ao método de Russell como apresentado em um artigo sobre o método científico em filosofia: A mudança drástica do método de Wittgenstein estaria de algum modo relacionada ao valor totalmente diferente que

---

<sup>18</sup> Apesar de que em AR, de 1911, Russell já menciona que: “The objects with which physicists are concerned cannot be taken as examples: they represent highly elaborate constructions. Their permanence is a scientific hypothesis which is more or less verified in experience. It is not sensible knowledge in its pure form” (AR, p. 145). Porém, não há nenhuma evidência que indique que Russell já acreditava na possibilidade de realizar a construção de tais objetos.

<sup>19</sup> Essa conjectura também me impõe a tarefa de investigar se em algum momento o método de Wittgenstein tenha sido um método que separa. Isso, porém, me colocaria em uma investigação extensa demais para o presente trabalho. Ainda assim, me delongo um pouco mais acerca de tal investigação nas Considerações Finais.

ele e Russell atribuem a uma teoria científica. Pretendo mostrar em 3.6, com o auxílio do que apresento em 2.3, que conseguimos ver com mais clareza essa diferença ao olharmos para o distinto modo em que Russell e Wittgenstein tomam a navalha de Occam.

Além disso, as cartas e os eventos mencionados também contribuem para esclarecer a questão a qual texto russelliano se refere o ‘*Scientific Method in Philosophy*’ de Russell que Wittgenstein está criticando. A troca de cartas com Keynes dá fortes indícios, mesmo que não conclusivos, que Wittgenstein esteja falando de OKEW (obra cujo nome completo é *Our Knowledge of the External World as a field for Scientific Method in Philosophy*). Adiante, no Capítulo II, pretendo mostrar evidências textuais em OKEW que sugerem de forma ainda mais evidente de que é desta obra que Wittgenstein está falando — como antes mencionado, tais evidências foram antes percebidas, mas pouco trabalhadas, por Hacker (1986, p. 13, n. 23), Baker e Hacker (2005, p. 304, n. 23), Diamond (2014, p. 149), e Levine (2018, p. 330, n. 1). De todo modo, parece bem claro, pelo recorte temporal, e pela ênfase que Wittgenstein dá a como ele e Russell atribuem um valor totalmente diferente a uma teoria científica, que ao mencionar o método de Russell em seu ‘*Scientific Method in Philosophy*’ Wittgenstein está falando de alguma dentre essas obras de Russell: RSDP<sup>20</sup>, SMP e OKEW. As três obras carregam fortes similaridades, e em todas as três Russell assumidamente busca apresentar um novo método de se filosofar, mais especificamente, busca transpor de alguma maneira o método científico para a filosofia. Portanto, passarei a analisar tais apresentações que Russell faz, e com isso pretendo evidenciar que há nelas um método específico em comum e indicar as características particulares desse método, destacando as que o permite a ser descrito por Wittgenstein como um método que separa, e também a ser criticado pelo mesmo por “ser somente um passo atrás do método da física” (NB 1.5.15g).

É digno de nota também que PLA, junto de SMP e OKEW, é uma das quatro<sup>21</sup> ocorrências em que Russell menciona a própria filosofia como uma *filosofia do atomismo lógico* — e assim, é de se esperar que haja similaridades recorrentes em como Russell toma o

---

<sup>20</sup> Não creio que Wittgenstein esteja falando de RSDP em NB 1.5.15g. Todavia, como mencionado, em carta (LD 44, p. 77), Wittgenstein agradece Russell por ter lhe enviado seu artigo sobre *sense-data*, que, ao que tudo indica, se trata de RSDP. Portanto, me é claro que Wittgenstein tem RSDP em mente quando escreve NB 1.5.15g.

<sup>21</sup> Além destas três, o artigo de 1911, *Analytic Realism* (Cf. Russell, 1992a), sendo esse o primeiro em que ocorre tal menção.



método da filosofia nelas. Além disso, em PLA, de 1918, mesmo sendo momento em que Russell já não mantinha mais contato com Wittgenstein, logo no prefácio (PLA, p. 1) é admitido que o que está sendo apresentado ali tem fortes influências das ideias de seu aluno e amigo—desse modo, uma análise de PLA ajudará a delimitar se o dito método científico de se filosofar coincide com o do atomismo lógico ou somente com um período específico deste, ou, de outro modo, ajudará a responder a pergunta “O método científico de se filosofar é o método do atomismo lógico?” e junto disso, se a crítica de Wittgenstein pode ser estendida a todo o método do atomismo lógico russelliano.

Ademais, Landini (2019, p. 237) propõe uma demarcação de dois períodos da filosofia russelliana: as obras de 1910 a 1916 formariam um trabalho unificado, nomeado por Landini como a era do *Principia*, pois os livros e artigos desse período incorporam ideias do *Principia Mathematica* de Russell e Whitehead; um segundo período seria a era do monismo neutro, formada pelos livros de Russell da década de 20, caracterizada pelo abandono de noções centrais como a de *acquaintance*, e aproximação com o behaviorismo. PLA, de 1918, seria, dentro dessa demarcação, uma transição entre essas duas eras, quando a epistemologia de base do atomismo lógico passa a ser trocada (Landini, 2019, p. 240). Há uma ambiguidade nessa demarcação visto que, anteriormente, Landini (2007), defendia que não devemos definir o atomismo lógico como se ele “estivesse casado com qualquer uma das construções teóricas formuladas dentro dele” (Landini, 2007, p. 40, tradução minha) — seja qual for essa construção. Desse modo, trocar a epistemologia de base do atomismo lógico não resultaria em um trabalho distinto — Landini (Idem.) mostrava ter ciência disso: “Nós não devemos manter o atomismo lógico de Russell refém das teses que ele desenvolveu ao elaborar essa ou aquela teoria epistêmica”. Ou seja, Landini defendia que o atomismo lógico é um programa de pesquisa que não era alterado por qualquer mudança radical feita por Russell em sua epistemologia de base. Esse programa de pesquisa seria definido pelo foco de Russell na análise lógica e na rejeição de especulações metafísicas inspiradas por concepções religiosas, morais, ou de orientações egoístas, do que seria o mundo (Idem). A demarcação de Landini (2019) é incompatível com isso, já que não se pretende uma demarcação dentro do que seria um mesmo programa de pesquisa russelliano. Landini (2019) será enfático quanto a isso em mais de um momento:

These works [que compõem a era do Principia] all hold that a *fundamental* relation of acquaintance that a subject can have to a universal is the *foundation* of our

understanding logic and our knowledge of its synthetic a priori truths. (Landini, 2019, p. 237, *grifo meu*)

We noted that Russell’s logical atomism was originally articulated in his 1911 paper “Analytic Realism” and reached its zenith in the thesis of *Our Knowledge that Logic* (i.e., cp-logic) is the essence of philosophy. It belongs to the *Principia* era. (Ibid., p. 241)

Me parece que o erro de Landini (2007) seria de associar as palestras do atomismo lógico de 1918, PLA, com todo o programa russelliano — e desse modo, unificá-lo. Essa associação teria ocorrido justamente porque PLA, como corrigiu Landini (2019, p. 241), não pertence a nenhuma das eras, nem a do *Principia*, nem a do monismo neutro, é onde Russell pretende efetivar uma transição que “deixaria tudo certo”. Portanto, se Landini (2019) está correto em fazer a demarcação mencionada e em atribuir um papel transicional a PLA, podemos contar que haja sim diferenças em como Russell apresenta seu método entre as ocorrências de 1914-1915 e em como ele apresenta em 1918. E, indo além, parece cabível trabalhar com a hipótese de que tais diferenças possam ser vinculadas a uma reação de Russell às ideias e críticas que partiram de Wittgenstein, tendo em mente que o próprio apresenta as palestras de PLA como um fruto de tais ideias (e.g, em PLA Russell não advoga mais por uma filosofia científica da forma como fazia antes — isso parece mais um indicativo de que as críticas presentes nos NB sejam direcionadas especificamente à filosofia científica de Russell<sup>22</sup>). Porém, é provável que tais hipóteses fiquem um tanto quanto em suspenso por hora. Uma investigação sobre qual é o escopo da filosofia do atomismo lógico não pode se findar em PLA. Por essa razão, quanto a isso me limitarei a indicar mudanças de aspectos pontuais de posições russellianas entre 1914/1915 (RSDP, SMP e OKEW) e em 1918 (PLA).

Desse modo, tendo em mente também que a compreensão do método de Russell que me proponho está em função de como Wittgenstein a recebe, dou atenção, em especial, a dois momentos, ainda que faça referência a outros, em que Russell faz uma apresentação seu

---

<sup>22</sup> Russell, afirma no prefácio de PLA (p. 1) que não têm contato com Wittgenstein desde 1914, desse modo ele não teria acesso às críticas dos NB, e logo, não teria como reagir à elas – porém, me parece muito pouco custoso supor que tais críticas já estavam em desenvolvimento quando Russell ainda mantinha contato com Wittgenstein. Além disso, mesmo poucas, há cartas, algumas já mencionadas aqui, que mostram contato entre os dois em 1915, ano em que Wittgenstein escreve as críticas dos NB.

método: o ensaio SMP e o livro OKEW<sup>23</sup>. Como já exposto, esses são, dentro das interpretações, tomados como os possíveis alvos diretos da crítica de Wittgenstein. Como já mencionado, pretendo indicar que neles, junto de RSDP (que pretendo dar menor atenção), há uma forte insistência de Russell em advogar o método científico de se filosofar.

## 1.2 Método, métodos e *submétodos*

Antes de dar início ao processo de evidenciar os aspectos metodológicos em comum que aparecem em RSDP, SMP e OKEW, tenho também que justificar a legitimidade do meu esforço de analisar tais distintas apresentações do método russelliano, tendo em mente que Hager (2003), por exemplo, poderia apontar que muito desse esforço será em vão, e que tal discussão sobre a qual texto de Russell cabe a crítica de Wittgenstein pode se tornar um mero pormenor, já que, segundo ele, Russell teria um *único* método em todos seus empreendimentos filosóficos<sup>24</sup>. Hager, ao defender que Russell teria somente um método, seria forçado a concordar com estranhas interpretações de NB 1.5.15g: O comentário de Wittgenstein, que é direcionado a um método russelliano em específico, se correto, poderia ter sua extensão ampliada ao método que Russell utiliza em toda sua filosofia, já que esse seria só um. Paralelamente, Wittgenstein poderia meramente ter dito que “o método de Russell é um passo atrás do método da física”, sem indicar que está falando do método como exposto em seu *Método Científico na Filosofia*.

Hager, no primeiro momento, defende seu ponto através de comentários que Russell faz sobre a própria filosofia. Hager faz alusão, por exemplo, ao comentário de Russell em *My*

---

<sup>23</sup> Landini (2009, p. 243-5) busca defender que OKEW é uma sequência de POP e uma alternativa a TOK depois que este fora abandonado por Russell. Acredito que Landini tem razão quanto a isso e pretendo indicar algumas evidências ao decorrer do texto. Além disso, como Engelmann (2021, p. 54) indica, o próprio título de POP sugere que este esteja sendo parafraseado quando Wittgenstein diz, no prefácio do TLP, ter resolvido em essencial todos os *problemas da filosofia*. Desse modo, me parece não só conveniente, mas um tanto quanto obrigatório, que ocorram menções a POP.

<sup>24</sup> Similarmente ao que Kuusela (2008, p. 26) diz de Wittgenstein; Wieger (1951, p. 260) diz que a questão do método é o problema nuclear da filosofia para Russell. A filosofia de Russell, porém, não requer um estudo de seu método para resolver tensões internas como no caso de Wittgenstein, especialmente se levarmos em conta seus paradoxos interpretativos (Cf. Janik e Toulmin, 1973, p. 26; Kuusela, 2011, p. 124; Engelmann, 2021, pp. 1, 17).

*Philosophical Development* (1975, p. 98, tradução minha): “Meu método invariavelmente é de começar de algo vago, mas enigmático, algo que parece indubitável, mas que eu não consigo expressar com nenhuma precisão”. Tal comentário, um tanto quanto vago, é insuficiente para findar a discussão se Russell utiliza um ou mais métodos em seus empreendimentos filosóficos. Russell faz comentários similares a este que Hager faz alusão, de *My Philosophical Development*, em diversos períodos de sua filosofia, isso pode parecer reforçar o ponto de Hager, mas é preciso ver com mais cuidado. Em PLA, por exemplo, Russell diz:

The process of sound philosophizing, to my mind, consists mainly in passing from those obvious, vague, ambiguous things, that we feel quite sure of, to something precise, clear, definite, which by reflection and analysis we find is involved in the vague thing that we start from, and is, so to speak, the real truth of which that vague thing is a sort of shadow. I should like, if time were longer and if I knew more than I do, to spend a whole lecture on the conception of vagueness. I think vagueness is very much more important in the theory of knowledge than you would judge it to be from the writings of most people. Everything is vague to a degree you do not realize till you have tried to make it precise, and everything precise is so remote from everything that we normally think that you cannot for a moment suppose that is what we really mean when we say what we think. (PLA, p. 4)

Levine (2018), que tem um tratamento mais cuidadoso dos comentários que Russell faz sobre a própria filosofia, percebe que o mais importante dessa passagem é o pequeno trecho de uma teoria do significado que Russell apresenta ao final: “tudo preciso é tão distante de todas as coisas que normalmente pensamos, que você não pode nem por um momento supor que isso é o que nós realmente queremos dizer quando dizemos o que pensamos”. Isto é, o processo de análise aqui irá atribuir significados precisos às sentenças vagas, de modo a permitir a atribuição correta dos valores de verdade à tais sentenças (Levine, 2018, p. 313). Esse é um processo de análise distinto do que é executado quando Russell toma como fixo o significado de uma palavra. Se o significado de uma palavra é fixo, não pode ser função da análise atribuir significado, ela deve se limitar a dar os objetos com os quais temos *acquaintance*. Por outro lado, como mencionado, se o significado de uma palavra não é fixo, a análise irá atribuir significado às palavras. Isso já pode fornecer evidência<sup>25</sup> para dizer que há pelo menos dois métodos distintos de *análise russelliana*.

---

<sup>25</sup> Contra isso, vejo duas saídas, e ambas me parecem pouco consistentes: Pode-se argumentar que Russell anteriormente estaria somente interpretando mal o que faz seu método de análise. Ou atribuir uma dupla função a um mesmo método de análise; ela é capaz tanto de revelar um significado fixo de uma palavra, quanto de atribuir a ela um significado.

Mesmo com isso, ainda poderia ser argumentado que a existência de métodos distintos de *análise* não implica que haja métodos distintos do filosofar russelliano. Porém, Hager (2003), além de fazer alusão a comentários de Russell sobre o próprio método, examina em detalhes uma obra mais tardia de Russell (1948), *Human Knowledge*, com o intuito de mostrar tal obra como um exemplo da análise filosófica russelliana e, desse modo, defender que toda obra de Russell mostra uma forte continuidade. Hager (2005, p. 318), então, para manter tal ideia de que há só um método em Russell e defender que há somente uma *análise russelliana* em toda a obra de Russell, aponta uma ambiguidade em como é utilizado o termo ‘análise’. Hager indica que esse uso se divide entre em a interpretação *estrita* de análise, e a interpretação *ampla*, e as caracteriza:

It has been pointed out already that, on one understanding of the term, *analysis* refers only to the first, and more philosophical, stage of Russell’s method. The second, more mathematical or logical, stage is, of course, synthesis. However, on the other understanding, analysis is the name of Russell’s entire philosophical method. Let me call the former understanding the *narrow* interpretation of analysis, and the later the *broad* interpretation. (Hager, 2005, p. 318)

Entretanto, tanto o processo de análise que toma como fixo o significado de uma palavra, i.e., o processo de análise que deve se limitar a dar os objetos com os quais tenho familiaridade, quanto o processo de análise que atribui significados precisos a sentenças vagas, se enquadram no que Hager chama de interpretação *estrita* de análise. Assim, mesmo sendo processos distintos, ambos seriam parte do primeiro e mais filosófico estágio do método de Russell, de modo que a classificação proposta por Hager não dá conta de lidar com as diferenças entre os dois métodos.

Hager aparentemente falha em perceber um aspecto central da análise filosófica que Hylton (2005) percebe<sup>26</sup>. Hylton aponta que a ideia de análise filosófica (que ele caracteriza como o processo de tentar encontrar a estrutura da proposição que subjaz uma dada sentença) é vazia até que certas restrições sejam impostas a ela, isto é, não há uma noção neutra de

---

<sup>26</sup> Além disso, se análise no sentido amplo, como proposto por Hager, é o nome de todo o método filosófico de Russell, inclusive o estágio mais matemático e, segundo o próprio Hager, claramente sintético, do método, se faz necessário para dar prosseguimento à discussão adentrar ao papel dos juízos sintéticos dentro da filosofia russelliana, levando em consideração especial todo o projeto logicista e seus objetivos. Adiante, nas apresentações de um método que apresentarei, a função sintética aparece por vezes pouco explícita, ou até mesmo contrariada (Cf. SMP, p. 90; OKEW, p. 5). Portanto, para manter, como faz Hager, que o método de Russell é um só, é necessário que ele encontre um modo de conciliar as discordantes posições de Russell a respeito da posição que o caráter sintético ocupa em seu método.

análise<sup>27</sup>. O primeiro argumento de Hylton é que não é claro o que é uma *proposição* — nem mesmo é claro para Russell, que se depara com distintos problemas ao lidar com a ideia de proposições. Primeiramente em relação ao isomorfismo entre proposições e sentenças: se nada impede que uma proposição seja expressa por mais de uma sentença, como manter a ideia de que a estrutura de uma proposição é similar, de alguma forma, à estrutura da sentença que a expressa? (Hylton, 2005, p. 33). Um segundo problema será em relação ao contexto de expressão de uma proposição, ou melhor, a ausência de um contexto. Cito Hylton (2005, p. 33):

A sentence which expresses a given proposition is spoken or written in a given context, and may express the proposition that it expresses only because of that context; but nothing analogous can be said of propositions themselves [...] Very few of the sentences that we actually utter say what they say, and have the truth-values that they have, independent of the contexts in which they are uttered.

Como será indicado por Hylton, Russell adotará diversas medidas para contornar tais problemas, tais medidas serão logicamente anteriores à análise filosófica. Cito:

The methods that one might suppose could be employed to decide such questions, such as Russell's method of philosophical analysis, turn out to have philosophical presuppositions, and internal difficulties, which makes them far from neutral. It thus seems to me an evident truth that sound philosophy cannot hope to *begin* with an analysis of propositions. (Hylton, 2005, p. 48)

Em *On Denoting*, por exemplo, Hylton identifica duas restrições que são postas a análise: (1) que a análise final de uma sentença deve nos permitir a assimilar seu comportamento em inferências para procedimentos estabelecidos de lógica, e (2) que a análise deve mostrar que uma dada proposição é composta somente de constituintes com os quais temos *acquaintance* (Hylton, 2005). Não há aqui mais isomorfismo entre as sentenças e as proposições, i.e., a estrutura da sentença não é mais tomada como um guia para a estrutura da proposição. Há uma pressuposição na ideia de análise que é revelada disso, de que as proposições não somente são articuladas e que possuem uma estrutura, mas que essa estrutura pode ser refletida, mais ou menos acuradamente, pelas sentenças que expressam tal proposição. Uma sentença com uma expressão definida, portanto, terá uma estrutura que será melhor expressa pela versão reescrita. É importante ressaltar que Russell está adicionando restrições epistêmicas para dar conteúdo à análise — adianto que isso será um problema aos olhos de Wittgenstein (Cf. TLP 4.1121). Portanto, em concordância com o *insight* que Hylton têm sobre a análise, poderemos rastrear

---

<sup>27</sup> Levine (2018), apontando que há duas análises russelianas que serão distinguidas pela assunção de Russell de distintas teorias do significado, aparenta também dar conta do que Hylton percebe.

uma mudança ou não de um método de Russell para outro através das mudanças de restrições que serão impostas sobre a análise de proposições<sup>28</sup> (Nisso, Landini fez bem ao recuar da posição de que a mudança de uma epistemologia de base não afetava o atomismo lógico enquanto projeto de pesquisa).

Weitz (1957, p. 57) também defende que Russell tem um método único em sua obra, e sua defesa também parte de apontar que o elemento fundamental na filosofia de Russell é o método de análise. Entretanto, Weitz é cuidadoso ao afirmar que “esse método foi exemplificado por Russell em quatro maneiras distintas: na ontologia, cosmologia abstrata, lógica matemática e no exame do simbolismo da ciência e da vida ordinária” (Weitz, 1957, p. 57, tradução minha)<sup>29</sup>. Apesar dessas quatro distintas aplicações do método de análise, Weitz indica que “uma vez que a primazia da análise é compreendida, se torna evidente que há uma unidade básica em sua obra [de Russell] e que essa unidade revolve sobre seu método” (Ibid, p. 58, tradução minha).

Para a manutenção de tal unidade, Weitz permite que as aplicações de Russell do método de análise sejam associadas a uma determinada maneira de exemplificação de modo ambíguo; isto é, permitindo que em um mesmo período de sua filosofia, Russell se comprometa com distintas maneiras de aplicar a análise. Por exemplo, primeiramente (Weitz, 1957, p. 67) Weitz indica que as palestras III e IV de OKEW fazem parte dos últimos escritos que pertencem ao conjunto de textos de Russell que tratam de (do que Weitz chama de) análise ontológica (pretendo dar devida atenção às palestras de OKEW mais adiante, e logo, retomar tal divisão proposta). Weitz (Ibid., p. 65) também indica RSDP como um dos textos importantes que tratam de análise ontológica. Em RSDP Russell também está preocupado em construir as noções da física através dos *sense-data*, e em advogar por uma filosofia científica guiada pela máxima suprema: “Sempre que possível, as entidades inferidas devem ser substituídas por construções lógicas” (RSDP, p. 125, tradução minha). Porém, Weitz também indica OKEW e RSDP como

---

<sup>28</sup> Esse seria um modo em que Diamond (2014) poderia manter que Wittgenstein vê na teoria das descrições um método de análise ao mesmo tempo em que ele recusa todo o método filosófico russelliano: As restrições que Wittgenstein aplica sobre a análise são distintas das que Russell aplica, o que seria suficiente para dizer que seus métodos são distintos.

<sup>29</sup> Me parece cabível também assumir que para que Hager, mesmo concordando com Weitz ao dizer que Russell têm somente um método, faria questão de adicionar que toda análise russelliana é primeiramente uma análise de proposições, e só depois pode vir a ser uma análise ontológica, lógica matemática, científica, ou “qualquer outro exemplo paradigmático de análise russelliana” (Hager, 2003, p. 329-30, tradução minha).

exemplos da aplicação da análise no exame do simbolismo e da vida ordinária. De modo que as palestras de OKEW já estariam mais preocupadas com o problema da construção das noções da física através dos *data* da experiência sensível do que que estariam preocupadas com ontologia.

Adianto que, se tomarmos como correta a divisão de Weitz das quatro maneiras que Russell exemplifica a análise (na ontologia, cosmologia abstrata, lógica matemática e no exame do simbolismo da ciência e da vida ordinária), a crítica de Wittgenstein nos NB seria às aplicações desse método que dizem respeito ao exame do simbolismo da ciência e da vida ordinária, em especial as que se preocupam com a construção das noções físicas e com a defesa da aplicação de um método científico na filosofia. Utilizo “*construccionismo*” para me referir a tais aplicações. O construccionismo é a resolução de símbolos incompletos (Weitz, 1957, p. 92). Hylton (1990, p. 328) também reconhece o desenvolvimento em Russell do que ele chama de *constructionalism*; ao mesmo tempo que fornece indícios de que não vê a análise como algo unificador dos empreendimentos filosóficos de Russell (Cf. Hylton, 2005).

Desse modo, tomo os apontamentos de Weitz como um indicativo de que a discussão sobre se há um só método na filosofia russelliana não é um problema central e intrespessável, sua resolução final pode muito bem ser adiada. Pode-se admitir a recorrência do uso de métodos secundários, “submétodos”<sup>30</sup>, por Russell. Russell também admite, por exemplo, o valor do método cartesiano (Cf. POP, p. 7; PLA, p. 28), e da navalha de Occam (Cf. OKEW, p. 85; PLA, p. 111-112) como um preceito metodológico, e os utiliza recorrentemente.

Optando por esse caminho, a questão central a ser resolvida é qual método auxiliar utilizado por Russell (ou como Weitz coloca, qual modo de exemplificar a análise) Wittgenstein está criticando. O palpite mais evidente, e que, adiante, será bem sustentado por evidências textuais, é o que método que Russell recorrentemente chama de ‘método científico de se filosofar’, ou de ‘filosofia científica’, coincide integralmente com o construccionismo. Hager (2005, p. 344) diz que esse método se confunde com o método de análise filosófica russelliana, primeiro, porque Russell comumente se refere ao método de análise como o ‘método científico

---

<sup>30</sup> Porém, me parece que a ideia de submétodos se chocaria com as restrições em análise que Hylton (2005) menciona. Tais restrições, que se encontrariam na metafísica e na epistemologia de base, se aplicariam em todos os aspectos do método de análise. Logo, se são elas que ditam o método, também serão elas que ditam os submétodos.



de se filosofar’, e segundo, porque ele vê as fronteiras entre ciência e filosofia um tanto quanto pouco estabelecidas. De fato, tal confusão ocorre, mas não por toda filosofia russelliana. Esse método (ou submétodo, se preferir) aparece localizado especificamente na era do atomismo lógico de Russell, e é apresentado de modo a ter características suficientes que o permitem ser taxado como o método *separatista* mencionado nos NB.

### 1.3 A apresentação do método em *O Método Científico na Filosofia*

Como já mencionado, SMP carrega um notável caráter programático. A minha apresentação visa destacar esse caráter, e evidenciar as principais características do programa que Russell está advogando. Adianto que, devido ao caráter programático, ele omite problemas e impasses com os quais ele e Wittgenstein estavam envolvidos no período, pretendo também dar destaque a tais problemas.

Russell parte de um descontentamento acerca dos avanços — ou da falta destes — da filosofia, especialmente quando contrastada com a ciência<sup>31</sup>, e segue investigando os dois principais grupos de noções que motivam uma investigação filosófica, a saber, o das noções éticas e metafísicas e o das noções científicas. Toda noção ética é essencialmente antropocêntrica, de forma que, uma metafísica que se baseia nessas noções será uma tentativa de dar uma força legislativa aos desejos do homem em relação ao universo e, portanto, tais noções não terão espaço em uma filosofia que visa o progresso científico<sup>32</sup>, pois, “em comparação com a ciência, ela falha em alcançar a liberação imaginativa de si mesma,

---

<sup>31</sup> Russell já toma uma visão de ciência que não é unânime, de que a investigação científica da natureza não pressupõe nenhuma das leis gerais que seus resultados comprovam, e que a ciência não precisa pressupor nada, exceto os princípios gerais da lógica (SMP, p. 85). Aqui Russell parece manter, como faz em POP e em OKEW, que a lei de indução – essencial para o desenvolvimento do pensamento científico – é uma das leis lógicas.

<sup>32</sup> Russell indica em POP uma possibilidade de se falar de noções éticas na filosofia sem que o filósofo se comprometa com um antropocentrismo. No Capítulo 7 ele aponta que deve haver uma maneira de se falar de utilidade em um sentido apriorístico: para algo ser chamado de útil ele deve assegurar um fim que seja valioso por si mesmo, que possua um valor intrínseco. Os juízos a priori da ética devem ser levantados a partir da experiência, pois para julgarmos o valor intrínseco de algo é preciso que antes tenhamos contato com esse algo. Porém, mesmo que sejam levantados pela experiência, eles nunca serão provados ou negados por ela, pois a existência de algo não é capaz de indicar se essa existência é em si boa ou mal. Russell confere essa investigação à ética, ela deve ser capaz de indicar a impossibilidade de derivar um *dever ser* (um valor) de um *é*. (Cf. POP, p. 67).

necessária para a compreensão do mundo que o homem pode esperar alcançar” (SMP, p. 88, tradução minha). É por essa razão que, de alguma maneira, é na ciência que a filosofia deve buscar inspiração.

Há duas maneiras em que uma filosofia pode se inspirar pela ciência. Ela poderá eleger os resultados gerais da ciência como pressupostos, buscando dar maior generalidade para esses resultados, ou poderá estudar os métodos que a ciência utiliza, visando aplicá-los a si própria após fazer as adaptações necessárias. Russell enfatiza que são os métodos, e não os resultados, que podem ser transferidos da ciência para a filosofia de modo proveitoso. A ciência frequentemente produz resultados incertos e é precisamente nessa área que reside o maior risco de falhas posteriores. Assim, uma filosofia que se baseia exclusivamente nesses resultados pode rapidamente ser desconsiderada no momento em que se mostrarem falhos. Isso significa que perderíamos o que Russell (SMP, p. 84) identifica como a característica mais valiosa do método científico: a capacidade de manter alguns resultados úteis para investigações futuras, mesmo que não sejam completamente precisos.

Russell, dizendo que o que é surpreendente na física não é a existência de leis gerais, e nem a uniformidade da natureza, já que, “com suficiente ingenuidade analítica, qualquer curso concebível da natureza pode ser mostrado como exibindo uma uniformidade”, e que o que deve nos surpreender é a extrema simplicidade das leis gerais, e “o fato de que a uniformidade [da natureza] é simples o suficiente para nos permitir a descobri-la” (SMP, p. 83, tradução minha), dá mais pistas da sua concepção de física. Diamond (2014, p. 151) expõe tal concepção apontando que Russell toma as leis da física como tais uniformidades simples que foram descobertas, e que podemos eventualmente descobrir que tais uniformidades não se adequam precisamente quando consideramos um novo *datum*. Russell, em *On the Notion of Cause*, de 1912, apresenta esse aspecto de sua concepção da física de modo claro:

In short, every advance in a science takes us farther away from the crude uniformities which are first observed, into greater differentiation of antecedent and consequent, and into a continually wider circle of antecedents recognised as relevant (ONC, p. 150).

Apresentado dessa forma, torna-se evidente que a capacidade de progresso passo a passo da ciência é uma consequência do processo de descoberta e abandono de uniformidades. O elemento central na concepção de Russell sobre a física, como ele mesmo enfatiza, é tal capacidade do método científico de avançar gradualmente. Portanto, a principal pretensão

russelliana com a transposição metodológica da física para a filosofia é de permitir que a filosofia obtenha essa capacidade. Cito:

In utilizing these results as the basis of a philosophy, we sacrifice the most valuable and remarkable characteristic of scientific method, namely, that, although almost everything in science is found sooner or later to require some correction, yet this correction is almost always such as to leave untouched or only slightly modified, the greater part of the results which have been deduced from the premiss subsequently discovered to be faulty. (SMP, p. 84).

Após apontar o que não deve ser tema da filosofia (i.e., nem noções éticas e antropocêntricas, nem resultados obtidos pela ciência), resta a Russell apresentar problemas específicos que cabem propriamente à investigação filosófica, e não à científica. É através dessa brecha que ele apresenta qual seria o método adequado para a filosofia, ressaltando dois aspectos que o método deve dar conta. Primeiro, que as proposições filosóficas devem ser de generalidade máxima e, segundo que elas devem ser apriorísticas, não podem ser provadas e nem refutadas por proposições empíricas. Quando Russell diz que as proposições filosóficas devem possuir generalidade máxima, ele não está dizendo que elas devem tratar do universo como um todo, mas que devem ser aplicáveis a cada uma das coisas individualmente, da mesma forma que as proposições da lógica (como Russell às concebe) atuam, e isso de forma alguma implica que exista um todo que forme uma coisa à qual os predicados possam ser aplicados. Essa é uma das razões que o leva a nomear sua filosofia de “atomismo lógico”, e a apresenta da seguinte maneira:

The philosophy which I wish to advocate may be called logical atomism or absolute pluralism, because, while maintaining that there are many things, it denies that there is a whole composed of those things. We shall see, therefore, that philosophical propositions, instead of being concerned with the whole of things collectively, are concerned with all things distributively; and not only must they be concerned with all things, but they must be concerned with such properties of all things as do not depend upon the accidental nature of the things that there happen to be, but are true of any possible world, independently of such facts as can only be discovered by our senses. (SMP, p. 90)

Vê-se que não basta às proposições filosóficas se ocuparem de todas as coisas individualmente (até mesmo com aquelas que não podemos empiricamente afirmar ou negar a existência), mas também é necessário que essas proposições se ocupem das propriedades dessas coisas que não dependem de acidentes. Há algo que subjaz aqui: dizer que a filosofia deve tratar

das propriedades não acidentais das coisas coincide em dizer, em um jargão tractariano<sup>33</sup>, que os principais objetos das proposições filosóficas vão ser as propriedades internas dessas coisas, estas são aquelas que indicam a possibilidade delas, e logo, são essenciais (Cf. TLP 2.01231; 4.122; 4.123) (esse será um detalhe importante mais adiante). E, por se ocuparem com as propriedades essenciais das coisas, as proposições da filosofia devem ser também necessárias. Dito isso, e enfatizando que as proposições filosóficas devem ser todas apriorísticas, tais características são o que levam a Russell a dizer que a filosofia é a *ciência do possível*, no sentido em que o possível coincide com o completamente geral, e dessa forma que ela não pode se distinguir da lógica. Por não se distinguir da lógica, a correta execução da filosofia será através de um processo de análise. Tal processo resulta em mostrar qual é a forma lógica da proposição<sup>34</sup>. O ponto de Russell (SMP, p. 91) é que, se concentrando em investigar as formas lógicas, a filosofia torna-se capaz de tratar de problemas de maneira isolada, passo a passo, trazendo resultados parciais que poderão ser aperfeiçoados, ao invés de descartados, em uma investigação futura. Destaco aqui que Russell se ancora ao fato de as proposições da filosofia serem de *generalidade máxima* e apriorísticas para afirmar que a filosofia se torna indistinguível da lógica, e suas proposições serão as mesmas. Há, portanto, um critério aqui para a identificação de uma proposição da lógica: ser apriorística e possuir máxima generalidade.

Em PLA, Russell ainda chamará a sua filosofia de filosofia do atomismo lógico, porém justifica esse nome por vias distintas:

The reason that I call my doctrine logical atomism is because the atoms that I wish to arrive at as the sort of last residue in analysis are logical atoms and not physical atoms. Some of them will be what I call “particulars” — such things as little patches of colour or sounds, momentary things — and some of them will be predicates or relations and so on. The point is that the atom I wish to arrive at is the atom of logical analysis, not the atom of physical analysis. (PLA, p. 3)

---

<sup>33</sup> Com “propriedade interna” Wittgenstein quer dizer propriedade necessária (TLP 4.123) (Cf. Kuusela, 2014, p. 599, n. 2).

<sup>34</sup> Por meio da forma lógica, podemos estabelecer as condições necessárias para que uma proposição seja considerada verdadeira, isto é, suas condições de verdade. No entanto, não é claro se Russell tem uma compreensão completa desse processo, uma vez que ele parece considerar que a função central da análise lógica é fornecer objetos simples com os quais temos familiaridade (Essa diferença será novamente abordada em 2.5)

Em comparação com a justificativa presente em SMP, Russel já adianta, ou omite, que trata distributivamente de todas as coisas, e das propriedades essenciais e apriorísticas dessas coisas, e se dedica mais em uma diferenciação entre sua filosofia e a física, que consiste no distinto resultado final que as duas irão obter — uma terminará sua análise no átomo lógico, enquanto a outra terminará no átomo físico<sup>35</sup>. Tal diferenciação aparece de modo ainda mais explícito quando Russell se dedica a discernir o processo de análise, que em PLA será destacado como próprio da filosofia, do processo de definição da física:

That, you might say, is a definition of “red” and a person could understand that definition even if he had seen nothing red, provided he understood the physical theory of colour. But that does not really constitute the meaning of the word “red” in the very slightest. If you take such a proposition as “This is red” and substitute for it “This has the colour with the greatest wave-length”, you have a different proposition altogether [...] Therefore it is clear that if you define “red” as “The colour with the greatest wave-length”, you are not giving the actual meaning of the word at all; you are simply giving a true description, which is quite a different thing, and the propositions which result are different propositions from those in which the word “red” occurs. In that sense the word “red” cannot be defined, though in the sense in which a correct description constitutes a definition it can be defined. In the sense of analysis you cannot define “red”. [...]

[...] Analysis is not the same thing as definition. You can define a term by means of a correct description, but that does not constitute an analysis (PLA, p. 21-23)

Além disso, em PLA Russell já não aparenta mais manter que o critério de identificação de uma proposição da lógica seja a máxima generalidade e a possibilidade de serem conhecidas aprioristicamente:

Those are propositions of logic. They have a certain peculiar quality which marks them out from other propositions and enables us to know them a priori. But what exactly that characteristic is, I am not able to tell you. Although it is a necessary characteristic of logical propositions that they should consist solely of variables, i.e. that they should assert the universal truth, or the sometimes-truth, of a propositional function consisting wholly of variables—although that is a necessary characteristic, it is not a sufficient one. (PLA, p. 76)

---

<sup>35</sup> Proops (2014, p. 215) também percebe tal diferença na explicação de Russell de porque sua filosofia é um atomismo lógico, e vincula essa mudança, possivelmente, à influência de Wittgenstein que é assumida no prefácio de PLA.

Isto indica uma possível reação<sup>36</sup> à ideia wittgensteiniana que aparecerá explicitamente em TLP 6.1231: “O indício da proposição lógica não é a validade geral”. Mas, além de uma reação, pretendo mostrar com isso que, mesmo Russell mantendo por um longo período a denominação de sua própria filosofia como *atomismo lógico*, o que ele pretende através de trás de tal denominação não é unânime nem para o próprio, e passa por reformulações significativas durante sua filosofia<sup>37</sup>.

Por exemplo, em AR, 1911, primeiro momento em que Russell apresenta sua filosofia como filosofia do atomismo lógico, tal nomenclatura é atribuída em razão do fato de toda entidade simples ser um átomo e de que “não é necessário supor que tais átomos precisam persistir temporalmente, ou que eles precisam ocupar espaço: tais átomos são puramente lógicos” (AR, p. 135, tradução minha). De acordo com Russell em AR, há na filosofia do atomismo lógico dois tipos de átomos: universais (os quais Russell admite a similaridade com ideias platônicas) e particulares. Russell é realista sobre ambos, nenhum deles está na mente que os conhece. Em SMP, destaque, é especialmente central para a filosofia do atomismo lógico que suas proposições se ocupem de todas as coisas distributivamente, e das propriedades necessárias dessas coisas.

O próximo passo da argumentação de Russell em SMP busca ser capaz de esclarecer o que ele quer dizer com “se tornar indistinguível da lógica”. Russell indicará que o estudo da lógica consiste em duas porções distintas: (1) que está ocupada com as afirmações gerais que podem ser feitas sobre tudo sem mencionar nenhuma coisa, predicado ou relação, e (2) a que está ocupada com “a análise e enumeração das formas lógicas, i.e. com os tipos de proposições que podem ocorrer, com os vários tipos de fatos, e com a classificação dos constituintes dos fatos. Desse modo, “a lógica oferece um inventário de possibilidades, um repertório de hipóteses abstratamente defensáveis” (SMP, p. 91, tradução minha). A filosofia deve se tornar

---

<sup>36</sup> Outra aparente reação a uma ideia wittgensteiniana se mostra quando a preocupação da lógica com a enumeração das formas lógicas, mencionada em SMP, encontra alguns impedimentos. Russell já não parece mais crer na possibilidade de se especificar aprioristicamente quantos membros participam de uma relação: “Não vejo nenhuma razão particular para supor que as mais simples relações que ocorrem no mundo são, digamos, de ordem  $n$ , mas não existe nenhuma razão *a priori* contra isso” (PLA, p.82). Compare isso com TLP 5.554 e 5.555

<sup>37</sup> Stern (2018, p. 119) em seu *Russell and Wittgenstein's Logical Atomisms* é muito certo ao justificar o plural em seu título, “*logical atomisms*”. Ele não apenas apela para as diferenças significativas entre os atomismos lógicos de Russell e Wittgenstein, mas também destaca como ambos os filósofos frequentemente mudam seus pontos de vista sobre questões filosóficas fundamentais para seus respectivos atomismos.

indistinguível à esta segunda seção da lógica. O modo como Russell coloca com o que a segunda seção da lógica está ocupada — e logo, com o que a filosofia deve se ocupar — parece conscientemente evitar fazer uma clara decisão se a filosofia, ao se ocupar com os vários tipos de proposições, fatos e com a classificação de seus constituintes, deve ter como base uma metafísica de proposições ou de fatos.

Porém essa decisão aparece mais clara quando Russell passa a apresentar os problemas que vão ser próprios da filosofia. Tal apresentação é feita no intuito de contra-argumentar a ideia de que a filosofia, se tornando indistinguível da lógica, se tornaria um estudo muito vago e geral para ser de importância. Russell retruca que se os problemas da filosofia se tornarem suficientemente definidos já não serão mais próprios da filosofia, e se confundirão com os problemas de alguma ciência específica. Ainda assim, a filosofia, enquanto ciência do possível, indistinguível da lógica, terá problemas que lhe são próprios. Russell aponta exemplos:

In some problems, for example, the analysis of space and time, the nature of perception, or the theory of judgment, the discovery of the logical form of the facts involved is the hardest part of the work and the part whose performance has been most lacking hitherto (SMP, p. 91).

Elencar a teoria do juízo, e a descoberta da forma lógica dos *fatos* envolvidos como problemas próprios da filosofia sugere aqui um comprometimento de Russell com uma metafísica de fatos. Tal compromisso de Russell com uma metafísica de fatos não é por acaso, e compreender suas razões também esclarecerá porque Russell assume que a teoria do juízo faz parte de um dos problemas mais difíceis e precariamente recebidos pela filosofia até então — precariedade esta que seria resolvida através da aplicação do método.

A partir de 1910 Russell parte em uma investida focada em fornecer uma compreensão de verdade que seja capaz de explicar a atribuição dos predicados ‘verdadeiro’ e ‘falso’ a um juízo a partir da correspondência ou não desse com um algum tipo de entidade (Ricketts, 1996, p. 65). Com isso Russell quer fazer jus ao fato de que, mesmo que a verdade e a falsidade sejam propriedades de juízos, elas são propriedades que dependem de relações de juízos com outra coisa, e não de alguma propriedade interna destes. É o que levará Russell a adotar que a verdade consiste em alguma forma de correspondência entre o juízo e o fato — de modo que, um juízo é verdadeiro quando há um fato que corresponda a ele, e é falso quando não há essa correspondência. Essa teoria do juízo necessitará de uma metafísica que dê conta de suas exigências — e apresentar uma será um trabalho árduo. Russell buscava fornecer tal mudança

de uma metafísica de proposições para uma metafísica de fatos em *Theory of Knowledge* (TOK), obra que Russell abandonou devido a críticas de Wittgenstein (Cf. Hylton, 2005, p. 46). Russell dá indícios de ainda sentir o impacto de tais críticas ao não exercer nenhuma tentativa de apresentar meticulosamente tal metafísica em SMP ou OKEW, mas ainda não se livrou dos problemas que a exigem: a teoria do juízo e a descoberta das formas lógicas dos fatos.

É valioso notar também que a introdução que Russell faz de uma divisão da lógica em duas seções distintas tem um papel em sua argumentação que pode passar despercebido. Essa distinção não aparece, por exemplo, em *What is Logic?* manuscrito de 1912, sobre o qual Russell admite, em carta para Lady Ottoline, ter dificuldade em abordar tal assunto, assumindo também uma inclinação de passar a execução de tal artigo para Wittgenstein (Cf. Russell, 1992a, p. 54). No manuscrito Russell (1992a, p. 55) define a lógica primeiramente como meramente “o estudo das formas dos complexos” e toma o *complexo* como uma ideia primitiva. A *forma* de um complexo será “o que um complexo tem em comum com outro complexo obtido através da substituição de cada constituinte do complexo por algo diferente”<sup>38</sup>.

Nessa primeira tentativa de definição a lógica será *a classe de complexos lógicos*, i.e., aqueles complexos que se mantêm complexos qualquer que seja a substituição efetuada neles. Russell aponta uma objeção a tal definição, admitindo a dificuldade de se entender o que é uma *substituição em um complexo* quando o resultado falha em ser um complexo, pois se tal substituição é uma relação que só ocorre entre dois complexos, não poderá ocorrer o caso em que, feita a substituição, o resultado não se mantenha um complexo. Para evitar isso, Russell passa a tomar a forma<sup>39</sup> como primitiva, e os valores de uma forma serão os complexos que possuem tal forma — porém, se a forma é, por definição, o que um complexo tem em comum com um complexo obtido através da substituição de cada constituinte do complexo por algo

---

<sup>38</sup> Griffin (1980, p. 145) indica que, como apresentado, isso não está certo “pois permite que os complexos  $/R-a-b-c/$  e  $/\Sigma-a'-R'-b'/$  sejam da mesma forma (já que eles podem ser transformados um no outro por substituição)”, mas que “presumivelmente Russell requer que a substituição seja executada sem troca de tipos”.

<sup>39</sup> O interesse de Russell em formas geralmente é rastreado como partindo de TOK (Cf. Hylton, 1990, p. 342; McGinn, 2006, p. 57). De fato, em TOK Russell está mais comprometido em enfatizar a necessidade da investigação das formas lógicas (em 2.2 dou maior atenção a isso). Todavia, é digno de nota essa menção sendo feita antes, em *What is Logic?*, de 1912. *What is Logic* foi descontinuado e sua execução ficou a cargo de Wittgenstein. Em NL (p. 93) Wittgenstein diz que “*Philosophy is the doctrine of the logical form of scientific propositions*”. Isso contribui com a indicação dada por Wahl de que Russell tem NL em mente quando fala de lógica pura em OKEW (Cf. nota 42).



diferente, não haverá forma se não houver complexo (para uma análise mais minuciosa das de tais dificuldades que Russell tenta lidar em *What is Logic?*, Cf. Griffin, 1980, p.144-50 e Klement, 2015, p. 214-21). Por fim, o único saldo de *What is Logic?* que parece ser mantido por Russell é uma ampla definição de lógica: a classe das formas possíveis e necessárias.

Em contrapartida, em SMP, não se fala mais de *complexo*, mas sim de  *fatos* e formas lógicas, que são os *tipos de proposições que podem ocorrer*. A lógica não será “o estudo da forma dos complexos”, mas será, em uma de suas seções, a análise e a enumeração das formas dos *fatos e das proposições*. A outra seção, que está ocupada com as afirmações gerais que podem ser feitas sobre tudo sem mencionar nenhuma coisa, predicado ou relação, coincide com a segunda definição de lógica que Russell apresenta em *What is Logic?*, i.e., a classe das formas possíveis e necessárias. Essa classe será também o que Russell irá atribuir como o objeto característico da lógica filosófica, e não matemática, em OKEW (Cf. OKEW, p. 34). Ele ainda parece ter dificuldade em conciliar ambas as definições de lógica, mas mascara tal dificuldade ao não falar mais de definições concorrentes, e sim de porções distintas.

Talvez por razão de seu caráter programático, Russell parece omitir muitas de suas dificuldades em SMP, o que destaca o principal ponto metodológico do artigo: concentrando atenção nas formas lógicas dos fatos a filosofia poderá tratar de seus problemas passo a passo, e é permitindo tal progresso passo a passo na resolução de problemas que a noção de análise introduz um novo método de se filosofar — o método científico de se filosofar. Russell (SMP, p. 92, tradução minha) repetirá: “a essência da filosofia assim concebida será a análise, e não a síntese”.

## **CAPÍTULO II: O ALVO DA CRÍTICA, *NOSSO CONHECIMENTO DO MUNDO EXTERIOR***

Neste segundo capítulo apresento fortes evidências textuais de que o texto que Wittgenstein tem em mente ao fazer sua crítica é OKEW, em especial, a terceira palestra, mas isso não implica que a crítica se limita a ela. Espero, ao final deste capítulo, somando suas conclusões com as do Capítulo I, ser feliz em mostrar que, ainda que as apresentações do método em SMP e OKEW sejam diferentes em forma, sendo a primeira majoritariamente programática, e a última sendo uma exemplificação da aplicação do método a um problema da filosofia — em ambas a introdução do método científico na filosofia fará com que as proposições destas serão, ou terão como ponto de partida, verdades gerais da lógica. Além disso, é enfatizado em ambas as apresentações que a teoria do juízo e a preocupação com as formas lógicas dos fatos figuram entre os principais problemas que são próprios e urgentes à filosofia. A introdução do método científico na filosofia a torna capaz de lidar com tais problemas, mas, o que permite a introdução de tal método é a análise lógica. O método científico de se filosofar é, para Russell, uma consequência do método lógico-analítico. Desse modo, não é caro supor que a disputa entre o valor diferente que cada um, Russell e Wittgenstein, atribuem ao valor de uma obra científica é também consequência da disputa sobre os alcances do método lógico-analítico na filosofia.

Adiante, apresento OKEW em quatro segmentos. No primeiro, em 2.1, dou atenção especial ao caráter programático que a obra compartilha com SMP. Adianto que ambas apresentam um mesmo método — mas por vias diferentes. É um método que visa transferir para a filosofia o que é valioso do método científico, e que irá igualar a filosofia à lógica. Evidentemente esses dois aspectos estão interligados. Por essa razão, em 2.2 busco tratar de como Russell está tomando a lógica em OKEW, e em 2.3 como ele está tomando ciência e o método científico.

Em 2.4 faço uso da obra para mostrar a aplicação que Russell faz do método aos problemas que ele julga imprescindíveis para a filosofia, em especial ao problema do mundo exterior. É relevante ver essa aplicação, primeiramente, porque ela, como já mencionado, faz parte do modo que Russell está apresentando o método em OKEW. Tomo tal aplicação como

o momento mais ilustrativo do construcionismo russelliano (ela também ocorre notavelmente em RSDP; com uma diferença em especial que abordarei durante a seção 2.4). Segundamente, ver como Russell aplica seu método a tais problemas nos oferecerá base para evidenciar um contraste entre as aplicações do método russelliano e as aplicações que Wittgenstein faz de seu método aos mesmos problemas (ou supostos problemas). Em 2.5, por fim, concluo apresentando quais seriam as principais características do construcionismo russelliano, levando em consideração tanto aquelas que são compartilhadas com outros métodos de Russell quanto as que são capazes de o destacar dentre esses métodos.

## 2.1 O caráter programático de OKEW

Como já mencionado, através de uma aproximação cuidadosa, o livro OKEW também mostra um caráter programático. Logo no prefácio Russell admite esse caráter revelando suas pretensões: mostrar, através de exemplificações, a natureza, o alcance e as limitações do método lógico-analítico na filosofia (OKEW, p. xv). Russell, em seguida, atribui a Frege a execução de uma primeira apresentação completa do método<sup>40</sup> e adianta que a análise lógica não será capaz de alcançar ambiciosos resultados como os que são usualmente desejados pelos filósofos, porém, ela é capaz de suprir o *desideratum* de fazer da filosofia uma verdadeira ciência. Há novamente a intenção russelliana de fazer com que a filosofia seja capaz de obter um progresso passo a passo. Russell segue distribuindo certos méritos, em especial para Whitehead<sup>41</sup>, por fazer com que os pontos de vista defendidos aqui se diferenciem com os que foram defendidos em POP, i.e., o levando a conceber aqui uma concepção do mundo físico através de uma construção ao invés de uma inferência, como antes era em POP; e para Wittgenstein, que teria beneficiado muito Russell, como o próprio admite, por suas descobertas ainda não publicadas

---

<sup>40</sup> Essa seria, como Landini (2007, p.27) corretamente destaca, a análise de Frege da noção de número cardinal.

<sup>41</sup> Se Miah (1987, p. 22-3) está correta, aparentemente o crédito dado a Whitehead é maior do que ele era merecedor. Ela sugere que tal crédito foi somente dado em vista de “confortar Whitehead”, que teria se sentido plagiado por Russell.

em lógica pura<sup>42</sup>. Russell conclui o prefácio voltando a mencionar que sua intenção é de ilustrar o método lógico-analítico.

O lema de Occam será um preceito metodológico de extremo valor para Russell em OKEW. Isso se torna evidente, primeiramente, no momento em que Russell, mantendo o caráter programático do texto, parte analisando o que chama de “as tendências atuais” e destacando três principais, denominadas pelo próprio como a tradição clássica, o evolucionismo, e o atomismo lógico — sendo essa a filosofia que pretende recomendar (destaco que aqui, diferentemente de em SMP, Russell não apresenta nenhuma justificativa para a atribuição de tal nome à sua filosofia, além de assumir que lhe falta um nome melhor). As outras escolas teriam encarado erroneamente o método e os problemas da filosofia. Muitos desses problemas seriam de fato insolúveis, mas outros serão capazes de ser solucionados pelo método do atomismo lógico, que propõe um avanço que é comparado por Russell à revolução feita por Galileu na física, caracterizada pela “substituição de amplas generalizações, não verificadas experimentalmente [...] por resultados meticulosamente observados, detalhados e verificados passo a passo” (OKEW, p. 2, tradução minha). Destaco a similaridade desta caracterização com a máxima que Russell diz em RSDP que uma filosofia científica deve seguir: “A suprema máxima no filosofar científico é essa: *Sempre que possível, entidades inferidas devem ser substituídas por construções lógicas*” (RSDP, p. 125, tradução minha, *destaque meu*). Esta é uma formulação da navalha de Occam. Volto nesse ponto em **2.3**.

Porém, mesmo indicando princípios que guiam seu método, Russell não deixa explícito de fato o que é, e nem o que compõe, o método lógico-analítico — ele opta por fazer isso por meio de exemplos da aplicação do método. Como mencionado em SMP, é a análise que fornece à filosofia um método científico, mas para ter precisão do que Russell quer dizer com isso precisamos seguir algumas pistas. Se o método sobre qual Russell está falando e pretende aplicar fosse somente a análise, é possível que algum crédito ou menção a Moore fosse devida no prefácio — mas ela é a *análise lógica*, o que justifica a menção a Frege como o primeiro a executar o método. Tomo isso como mais uma indicação de que não há somente *uma* análise

---

<sup>42</sup> Wahl (2019, p. 127) aponta que o que Russell tem em mente ao dizer isso são as *Notes on Logic* (NL) de Wittgenstein. Potter (2011, p. 133) argumenta que as influências de NL em OKEW são melhores detectadas através do que Russell deixa de fora; e que serão expostas com mais clareza em PLA. Russell só teria sido capaz de completar seu artigo sobre o problema da matéria (Cf. Seção 1.1) quando Wittgenstein foi para a Noruega, poupando Russell de suas críticas; e assim permitindo que RSDP fosse publicado (Potter, 2011, p. 260)

russelliana — e que não pode ser resolvida meramente através de apontar uma ambiguidade do uso de Russell da palavra, como faz Hager (2005).

Tal indicação colabora, por exemplo, para o que diz Levine (2018) ao contemplar a presença de distintas análises russelianas. Entretanto, ele o faz de maneira diferente, propondo que há uma *análise russelliana mooreana* e uma *análise russelliana pós-peano*. Cito-o:

I distinguish the “Moorean” philosophy — specifically, the Moorean view of analysis — that Russell accepts immediately following his break with Idealism from the “post-Peano” philosophy — specifically, the post-Peano view of analysis [...]. I argue that while Occam’s razor plays no role in the Moorean conception of analysis, Russell’s post-Peano conception of analysis together with his view of generality provides the basis for Russell’s mature view of Occam’s razor and its role in analysis (Levine, 2018, p. 308)

Nota-se que a diferença das duas análises não pode estar no papel central que a epistemologia fundada em *sense-datas* ocupa na análise mooreana, pois, tendo em vista que o papel de tal epistemologia continua central no período pós-Peano da filosofia de Russell, o segundo tipo de análise não seria um processo diferente do primeiro, no máximo um ajuste ou somente uma expansão teórica. Por essa razão, Landini assume posições passíveis de erro tanto em 2007 quanto em 2019. Ele está certo ao dizer que “*acquaintance* não é a fundação do atomismo lógico de Russell” (Landini, 2007, p. 31, tradução minha), mas está errado quando diz que o atomismo lógico independe de qualquer teoria epistemológica de fundo. Já em sua segunda posição (Landini, 2019) ele erra ao vincular a mudança de método russelliana somente ao abandono da noção de *acquaintance*. As ideias de *acquaintance* e de *sense-data* são elas mesmas inconstantes em Russell, e impõem diferentes restrições à análise em diferentes momentos — ou podem, em certas ocasiões, nem mesmo impor alguma restrição. É necessário investigar quais restrições elas estão impondo à análise e quando.

Como Levine corretamente sugere, é o papel central ocupado pela navalha de Occam (um princípio metodológico) na análise pós-peano que faz com que ela seja um rompimento em relação ao modo de análise anterior. Isso porque é a navalha de Occam que vai decidir o que será feito com as entidades com que temos *acquaintance*. Pretendo, em 2.3, deixar claro em minha exposição que é pelo fato da máxima de Occam ter um papel central na dita *análise pós-Peano*, que tal análise será, especificamente, aquela que permite a introdução do método científico de se filosofar.

Paralelamente, pela não atribuição de créditos ao uso de Moore da análise, Landini (2019) está justificado em colocar as pretensões de Russell em OKEW de modo relativamente distinto ao que o próprio autor coloca:

The book is devoted to illustrations of Russell's applications of the new logical forms of cp-logic to continuity, the Zeno paradoxes, infinity, the Cantorian and Fregean revolutions in mathematical logic, and notions of *cause*, *change* and even *free will*. (Landini, 2019, p. 245)

Landini substitui o que Russell chama de o método lógico-analítico pela aplicação das novas formas lógicas do cálculo de predicados. Porém, como antes mencionei (cf. nota 23), a exposição que Landini faz OKEW assumidamente busca defender que o livro é uma sequência de POP e uma alternativa a *Theory of Knowledge* (TOK) depois que esse fora abandonado por Russell (Cf. Landini, 2019, p. 243-5). Ele, porém, assume duas posições um tanto quanto ambíguas: a de que OKEW é uma boa sequência, melhor do que TOK seria, e a de que é uma sequência desnecessária, visto que a maior parte dos problemas que aparecem em POP reaparecem da mesma forma, e a “única diferença importante é que em OKEW Russell segue a sugestão de Whitehead [mencionada no prefácio] de oferecer uma construção da matéria” (ibid, p. 245, tradução minha) ao invés de uma inferência. Landini (ibid., p. 240) também argumenta que a tese defendida em OKEW de que a “lógica é a essência da filosofia” é o que marca o apogeu da filosofia do atomismo lógico.

Landini me parece estar correto quanto a OKEW marcar o apogeu do atomismo lógico, mas incorre ao erro se pensa que essa é a única função de OKEW dentro da filosofia russelliana. Pretendo mostrar, em especial<sup>43</sup>, que OKEW possui um grande valor ao evidenciar o modo em que Russell toma (erroneamente aos olhos de Wittgenstein) duas noções centrais para o seu método: a de lógica e a de uma teoria científica. Com o intuito de qualificar tal afirmação sobre o valor de OKEW, viso evidenciar nas seções 2.2 e 2.3 o modo como Russell toma tais noções. Depois, em 2.4, pretendo dar destaque a outro valor: OKEW é o texto definitivo do construcionismo russelliano.

---

<sup>43</sup> Além disso, outro papel de OKEW dentro da filosofia russelliana é de mostrar como Russell mantém e ajusta alguns de seus posicionamentos após as críticas que Wittgenstein faz a TOK.

## 2.2 O uso da palavra *Lógico*

Antes de focar em mostrar e tornar claras as mudanças e os avanços que seu novo método de filosofia traz, Russell dedica boa parte do primeiro capítulo para atacar a concorrência, apresentando um exame crítico das outras duas escolas, a tradição clássica e o evolucionismo. Pretendo tornar evidente que o papel de tais ataques é mais do que meramente retórico: o ataque de Russell à “tradição clássica” é valioso para deixar claro o que ele quer e não quer dizer com *lógica*. A característica distintiva da filosofia nomeada por Russell como “tradição clássica” é a atribuição de uma capacidade ao raciocínio a priori de revelar segredos sobre o universo que não poderiam ser descobertos de outro modo, e de provar que a realidade é distinta de como a observação direta a apresenta. A atribuição de tal capacidade ao raciocínio é o principal obstáculo a uma atitude científica na filosofia. A tradição clássica também tem uma relação de proximidade com a lógica, mas sem desempenhar o que Russell considera a sua verdadeira função. Na tradição clássica a lógica se torna construtiva através da negação:

Where a number of alternatives seem, at first sight, to be equally possible, logic is made to condemn all of them except one, and that one is then pronounced to be realized in the actual world. Thus the world is constructed by means of logic, with little or no appeal to concrete experience. (OKEW, p. 5-6).

Paralelamente, a função verdadeira da lógica, como Russell a concebe, será antes analítica que construtiva, de modo que, quando utilizada a priori, prefere apontar a possibilidade de novas alternativas do que assumir a impossibilidade de alternativas que pareciam possíveis no primeiro momento, “a lógica dá asas à imaginação, em relação ao que o mundo *pode ser*, enquanto recusa a legislar sobre o que o mundo *é*” (OKEW, p. 6, tradução minha)<sup>44</sup>. A lógica

---

<sup>44</sup> Atento-me que, Hager (2003), de modo bastante distinto à tais palavras de Russell, ao caracterizar método russelliano, o qual ele defende como o mesmo durante todos seus empreendimentos filosóficos, menciona um caráter bidirecional desse método e indica que Russell era muito claro a respeito desse caráter, citando-o: “A função da filosofia, como eu a concebo, é essencialmente a da análise lógica, seguida pela síntese lógica” (Russell, 1924, p. 162 apud Hager, 2003, p. 311, tradução minha). Sobre isso, parece-me conveniente colocar Landini contra Hager: A evidência textual que Hager usa para indicar que Russell é claro a respeito do caráter bidirecional de seu método é *Logical Atomism*, de 1924. Landini (2019, p. 241), porém, sugere que *Logical Atomism* como o texto central da era do monismo neutro de Russell, era que, na divisão proposta por ele, surge em sequência ao fim da era do *Principia*. Como antes mencionado, tal era será caracterizada pelo abandono da ideia de familiaridade e uma aproximação com ideias behavioristas, enquanto a era do *Principia* se baseava na assunção de que a fundação do conhecimento a priori da lógica reside na relação de familiaridade de um sujeito com um universal (Cf. Landini, 2019).

de Russell, mesmo não permitindo um discurso sobre o que o mundo é, ainda permitirá o discurso sobre o que mundo pode ser — ela não abre mão, portanto, de falar sobre o mundo mesmo que seja em termos gerais — e esse “falar sobre o que o mundo pode ser” será justamente através da investigação das *possíveis formas dos fatos*, ou, como em SMP, a análise e a enumeração das formas dos fatos e das proposições.

Desse modo, Russell segue um caminho semelhante ao que adotou em SMP (Cf. SMP, p. 90): tendo excluído o que *não* deve ser parte da filosofia, resta a ele apresentar o que será próprio da filosofia. Esse movimento é feito com a intenção de justificar uma importância e validade da prática filosófica: “O que ela pode fazer [a filosofia], quando depurada de qualquer aspecto prático, é nos ajudar a compreender aspectos gerais do mundo, e analisar logicamente coisas familiares, mas complexas” (OKEW, p. 14, tradução minha). Essa preocupação é consequência da concepção de Russell (compartilhada com Frege) que toma a lógica como a ciência mais geral de todas — com o adendo de que, para Russell, como a filosofia se torna equivalente a lógica, a filosofia ocupará essa posição de ciência mais geral.

É na segunda palestra, *Lógica como essência da Filosofia*, que Russell defende a tese que Landini (2019, p. 240) posiciona como o apogeu da filosofia do atomismo lógico. Russell apresenta essa tese do seguinte modo:

The topics we discussed in our first lecture, and the topics we shall discuss later, all reduce themselves, in so far as they are genuinely philosophical, to problems of logic. This is not due to any accident, but to the fact that every philosophical problem, when it is subjected to the necessary analysis and purification, is found either to be not really philosophical at all, or else to be, in the sense in which we are using the word, logical. (OKEW, p. 26)

A questão, portanto, e novamente, é entender como Russell está usando a palavra *lógico*. Russell aponta que a primeira expansão do escopo da lógica será posta pelo método indutivo utilizado por Bacon e Galileu. Ver o que Russell tem a dizer sobre o método indutivo é importante para ressaltar como ele concebe a prática de uma teoria científica. A indução é muito importante enquanto um método investigativo, mas ela ainda é insuficiente para que a ciência alcance maturidade — de modo que Russell chega a sugerir que ela pode sumir do método quando a ciência chega em sua “forma final aperfeiçoada, na qual tudo parece ser dedutivo” ou “se manter meramente como um dos princípios de acordo deduições são efetuadas” (OKEW, p. 27, tradução minha).



Ainda assim, a questão da validade da indução é de extrema importância para Russell — tal princípio é responsável pela expansão de nosso conhecimento empírico. Sem ele, deveríamos nos limitar ao conhecimento dos *sense data*. Isso leva Russell a se perguntar o que é esse princípio. Ele faz alusão à resposta de Mill, que aponta que o princípio de indução depende da *lei da causalidade*. Porém, como estamos autorizados a crer em tal lei? Ela será provada, de acordo com Mill, por um processo nomeado de *indução por enumeração simples*. Este “consiste em atribuir a natureza de verdades gerais a todas as proposições que são verdadeiras em toda instância que nós conhecemos” (Mill apud Russell, OKEW, p. 28). O processo de indução por enumeração simples, porém, é admitido falho, mas sua falha será inversamente proporcional a sua generalização, ele é “ilusório e insuficiente, exatamente na proporção em que o assunto observado é específico e limitado em extensão” (OKEW, p. 28) — mas isso não é suficiente. Do modo que Mill a expõe, a enumeração simples não pode ser tomada como um método de prova válido. Para resolver isso Russell adiciona a cláusula (apesar de todas as complicações que ela pode causar) de *probabilidade* e chega ao seguinte enunciado para a causalidade:

We shall have to say something like this: that every instance of a proposition being true increases the probability of its being true in a fresh instance, and that a sufficient number of favourable instances will, in the absence of instances to the contrary, make the probability of the truth of a fresh instance approach indefinitely near to certainty. (OKEW, p. 29)

Aqui, como faz em *Problems of Philosophy* (Cf. POP, VI, VII, pp. 56-70), Russell defende que posta desse modo a lei da indução terá um valor similar ao de um princípio a priori, qual devemos aceitar pois não somos capazes de o provar através da experiência por si só, já que sem ele é impossível a justificação de inferências feitas com base na experiência, e por não sermos capazes de o refutar pela experiência devido à cláusula da probabilidade. A indução, portanto, passa a ser um exemplo do que *pode ser* um princípio lógico.

A segunda expansão da lógica que estava sendo desenvolvida é a lógica matemática. Russell aponta que tal desenvolvimento parte de Boole, “mas o primeiro avanço sério parte de Peano e Frege” (OKEW, p. 32, tradução minha) e ambos chegam em seus resultados lógicos através de uma análise da matemática. Os desenvolvimentos da lógica matemática não são tão importantes para a filosofia quanto sua fundação, mas ainda assim nos fornece indiretamente muitas ferramentas para filosofar; tais desenvolvimentos “nos permitem lidar com facilidade com conceitos mais abstratos que o discurso verbal pode somente enumerar” (OKEW, p. 33,

tradução minha). Porém, o que Russell coloca como central — e pretende igualar seu uso da palavra ‘lógico’ — são as fundações filosóficas de tal lógica matemática. Tais fundações se encontram, em especial, na noção de *forma*, que leva Russell a uma apresentação sintática de elementos lógicos formais.

Russell inicia tal apresentação enfatizando que em todas proposições e inferências existe uma forma — a forma não será um constituinte da proposição, mas como os constituintes são agrupados, e ela será o objeto próprio da lógica filosófica (OKEW, p. 34). Isso, porém, entrará em conflito com o princípio epistemológico de Russell para a compreensão de uma proposição: ter *acquaintance* com seus constituintes. Se a forma não é um constituinte da proposição, se torna necessário um princípio epistemológico que a leve em consideração ao ditar o que é necessário para a compreensão de uma proposição. Em OKEW, Russell apresentará tal princípio epistemológico em uma versão que parece ter ciência de tais questões, adicionando a necessidade do conhecimento de uma instância particular da forma da sentença:

In order to understand a sentence, it is necessary to have knowledge both of the constituents and of the particular instance of the form. It is in this way that a sentence conveys information, since it tells us that certain known objects are related according to a certain known form. Thus some kind of knowledge of logical forms, though with most people it is not explicit, is involved in all understanding of discourse. It is the business of philosophical logic to extract this knowledge from its concrete integuments, and to render it explicit and pure. (OKEW, p. 35)

Ter conhecimento tanto dos constituintes quanto de uma instância particular de sua forma, mesmo sendo necessário para compreender a proposição, não é a mesma coisa que entender qual é o sentido de tal proposição. É preciso de mais uma cláusula ao critério que o torne capaz de distinguir o juízo que ‘Sócrates precede Platão’ do juízo que ‘Platão precede Sócrates’. Hylton (1990, p. 344) faz bem em notar que o próprio Russell tem ciência que o problema acerca da ordem dos constituintes da proposição não é solucionado através da noção de forma.

Tais dificuldades envolvidas na formulação de Russell de um critério de entendimento de uma proposição estão intrinsecamente relacionadas às dificuldades de uma teoria do juízo. É desse modo que, em toda apresentação de Russell de uma teoria do juízo, o que está em questão é o entendimento (Hylton, 1990, p. 335). Em POP, por exemplo, Russell apresenta duas maneiras em que se pode conhecer um fato complexo:

(1) by means of a judgement, in which its several parts are judged to be related as they are in fact related; (2) by means of acquaintance with the complex fact itself. [...] The first way [...] gives us the parts and the relation severally, and demands only the reality

of the parts and the relation: the relation may not relate those parts in that way, and yet the judgement may occur. (POP, p. 79)

Seguindo isso, ainda em POP, Russell apresenta uma teoria do juízo que toma um juízo como uma relação entre a mente e vários objetos relacionados que ocorrem separadamente. Ele afirma: “Um ato de uma crença ou de juízo é a ocorrência entre certos termos em um tempo determinado da relação de acreditar ou julgar” (POP, p. 73, tradução minha) e dá prosseguimento: “Quando ocorre um ato de acreditar, existe um complexo no qual ‘acreditar’ é a relação unitiva, e o sujeito e os objetos são colocados numa certa ordem por meio do ‘sentido’ da relação de acreditar” (POP, p. 74, tradução minha). Como mencionei, uma instância particular de uma forma, ao relacionar objetos de uma certa maneira, faz isso através de uma certa ordem, uma relação de direção entre os constituintes. Portanto, seria necessário acrescentar ao princípio a necessidade do conhecimento dessa ordem para a compreensão da proposição.

Russell, em TOK, pretendia apresentar uma teoria do juízo em que desse conta de tais problemas, mas a obra foi descontinuada devido às críticas feitas por Wittgenstein. As seguintes cartas de Wittgenstein a Russell compõem os principais indicativos de qual seria crítica wittgensteiniana:

I can now express my objection to your theory of judgment exactly: I believe it is obvious that, from the prop[osition] “A judges that (say) a is in the Rel[ation] R to b”, if correctly analysed, the prop[osition] “aRb .v. ~aRb” must follow directly without the use of any other premiss. This condition is not fulfilled by your theory. (LD 14, p. 40)

[...] I am very sorry to hear that my objection to your theory of judgment paralyses you. I think it can only be removed by a correct theory of propositions. (LD 17, p. 42)

Como Stern (2018, p. 122) aponta, intérpretes costumam também levar duas passagens de *Notes On Logic* como complementares à objeção presente nas cartas<sup>45</sup>:

The proper theory of judgment must make it impossible to judge nonsense. (NL, p. 95)

Every right theory of judgment must make it impossible for me to judge that this table penholders the book. Russell’s theory does not satisfy this requirement. (NL, p. 103)

---

<sup>45</sup> Para uma análise enfocada das críticas de Wittgenstein, Cf. Wahl, 2019 e Stern, 2018.

Ainda tendo noção de tais críticas, Russell não renuncia à ideia de que a teoria do juízo é um dos problemas cruciais que a filosofia deve lidar para que consiga obter progresso passo a passo. Em OKEW, Russell advoga por uma teoria do juízo múltiplo quando introduz relações ao “inventário das formas lógicas dos fatos”, — já que uma teoria do juízo múltiplo seria necessária para lidar com a complexidade das relações entre as coisas do mundo. As relações fazem parte do inventário da *nova lógica*, uma adição que só teria sido possível devido uma adequada investigação das formas lógicas.

Primeiramente, diante da necessidade de conhecer uma instância particular da forma da proposição, Russell irá atribuir uma tarefa à lógica filosófica: extrair o conhecimento de formas lógicas que não está explícito e torná-lo explícito e puro (OKEW, p. 35). Essa tarefa também deve ser feita de modo a lidar com “implicações completamente gerais e puramente formais” (OKEW, p. 36). Para ilustrar essa tarefa de Russell apresenta o que ele chama de forma geral da inferência: “Se uma coisa tem uma certa propriedade, e tudo o que tem essa propriedade tem uma certa outra propriedade, então a coisa em questão também tem essa outra propriedade” (OKEW, p. 35, tradução minha).

Porém, a lógica deve, antes de tratar da inferência, considerar formas de proposições mais simples, que são pressupostas pela inferência. É nisso que a nova lógica se mostrará superior à lógica tradicional, que mantinha que havia somente uma forma simples de proposição: a forma sujeito-predicado. A nova lógica, além da forma sujeito-predicado precisa assumir também relações, i.e., “se compromissar com a realidade de tais relações — de modo que elas não possam ser reduzidas a propriedades” (OKEW, p. 38). Tais relações podem ter qualquer número de termos, e podem variar entre dois grupos de classificações — primeiro, entre simétricas, não-simétricas e assimétricas; e segundo, entre transitivas, intransitivas e meramente não transitivas (Cf. OKEW, p. 38). Das relações são derivados numerosos problemas filosóficos que serão de maior importância para Russell por grande extensão de seus empreendimentos filosóficos. Nesse período, entre 1912 a 1914, o problema das relações, em especial, das relações assimétricas, está ainda mais latente para Russell (parte da razão disso pode ser vinculada às críticas de Wittgenstein - pretendo adentrar nessa discussão mais adiante, por hora Cf. Ricketts, 1996). As palavras de Russell dão evidência da iminência desse problema:

Asymmetrical relations are involved in all series—in space and time, greater and less, whole and part, and many others of the most important characteristics of the actual world. All these aspects, therefore, the logic which reduces everything to subjects and predicates is compelled to condemn as error and mere appearance. To those whose logic is not malicious, such a wholesale condemnation appears impossible. And in fact there is no reason except prejudice, so far as I can discover, for denying the reality of relations. When once their reality is admitted, all logical grounds for supposing the world of sense to be illusory disappear. If this is to be supposed, it must be frankly and simply on the ground of mystic insight unsupported by argument. It is impossible to argue against what professes to be insight, so long as it does not argue in its own favour. As logicians, therefore, we may admit the possibility of the mystic's world, while yet, so long as we do not have his insight, we must continue to study the everyday world with which we are familiar. But when he contends that our world is impossible, then our logic is ready to repel his attack. *And the first step in creating the logic which is to perform this service is the recognition of the reality of relations.* (OKEW, p. 41, grifo meu)

Ressalto que aqui, como em SMP, Russell, muito motivado pelo desejo de manter nossas intuições cotidianas, busca explicar a atribuição dos predicados ‘verdadeiro’ e ‘falso’ a um juízo a partir da relação de correspondência ou não desse com um algum fato. O mundo consiste em muitas coisas com qualidades e relações — dizer que determinada coisa tem determinada qualidade, ou que certas coisas têm certa relação, é dizer o que Russell chama de *fato*. Os constituintes dos fatos, portanto, serão coisas, qualidades e relações — “quando dizemos que há relações com mais de dois termos, queremos dizer que há fatos que consistem em uma só relação e mais de duas coisas” (OKEW, p. 41, tradução minha). Esse é um ponto que evidencia que os problemas filosóficos provenientes das relações são também proeminentes do já mencionado problema que Russell se depara ao mudar de uma metafísica de proposições para uma metafísica de fatos.

Russell dirá com mais clareza o que tem em mente quando diz em SMP que uma das tarefas do método científico na filosofia é a investigação a respeito da forma lógica dos fatos:

But in order to explain exactly how they differ from relations of two terms, we must embark upon a classification of the logical forms of facts, which is the first business of logic, and the business in which the traditional logic has been most deficient. (OKEW, p. 41).

Desse modo, Russell passa a um esforço de classificar tais formas lógicas dos fatos: Um fato nunca será uma das coisas simples no mundo; ele será uma certa coisa possuindo uma qualidade ou relação; e dado um fato, sempre haverá uma asserção que o expressa (OKEW, p. 42). Tal asserção poderá ser verdadeira ou falsa. Uma proposição será algo cujo significado pode ser negado ou afirmado (OKEW, p. 41). A proposição que expressa um fato será a proposição atômica. Portanto, os fatos atômicos serão os que determinam se uma proposição atômica deve

ser afirmada ou negada (ou, deve receber o predicado ‘verdadeiro’ ou o ‘falso’). Os fatos atômicos não podem ser inferidos de um grupo de premissas em que nenhuma é um fato atômico — isso faz necessário que, para que haja a possibilidade de conhecer fatos atômicos, alguns devem ser conhecidos sem inferência: esses serão os fatos da percepção sensorial. E nisso Russell está justificando seu comprometimento com uma epistemologia de *sense-datas*.

Diferentemente de POP, em OKEW Russell não menciona o que é necessário para a possibilidade do conhecimento de fatos complexos. Isto é, ele não busca desenvolver o problema de, e nem apresentar, uma teoria do juízo, se limitando a fazer uma breve contextualização do problema:

The case of judgment demands the admission of more complicated forms. If all judgments were true, we might suppose that a judgment consisted in apprehension of a fact, and that the apprehension was a relation of a mind to the fact. From poverty in the logical inventory, this view has often been held. But it leads to absolutely insoluble difficulties in the case of error. Suppose I believe that Charles I died in his bed. There is no objective fact “Charles I’s death in his bed” to which I can have a relation of apprehension. Charles I and death and his bed are objective, but they are not, except in my thought, put together as my false belief supposes. It is therefore necessary, in analysing a belief, to look for some other logical form than a two-term relation. Failure to realize this necessity has, in my opinion, vitiated almost everything that has hitherto been written on the theory of knowledge, making the problem of error insoluble and the difference between belief and perception inexplicable (OKEW, p. 47).

Assim, uma teoria do juízo múltiplo é ainda um problema atrelado à investigação das formas lógicas dos fatos (Russell parece seguir um caminho distinto ao que Wittgenstein, em LD 17, p. 42, propõe ao dizer que os problemas de sua teoria do juízo somente seriam resolvidos através de uma teoria correta de proposições). Wahl (2019, p. 144) se admite confuso a respeito dessa questão, já que Russell, mesmo não desenvolvendo mais sua teoria do juízo de relação múltipla, continua a insistir que o juízo demanda a admissão de formas mais complicadas que uma relação dual. De fato, a favor de Russell, em OKEW, em momento algum é mencionado que o juízo deve ser tomado como uma relação — somente que deve ser tomado como uma forma lógica mais complexa que a relação de dois termos. Faz-se necessário uma contínua investigação acerca das formas lógicas dos fatos.

Da investigação das formas lógicas dos fatos se extrai um “adequado inventário de formas lógicas”. Entretanto, em lógica pura, nenhum fato é mencionado: nós nos atemos à forma, e prosseguimos sem buscar preenchê-las. A consequência disso é que Russell se compromete com uma “experiência lógica”, com a necessidade de uma relação de *acquaintance*

com as formas lógicas. As próprias formas precisarão ser fatos com os quais temos *acquaintance*; e a verdade de tais fatos deve ser pressuposta para compreensão de outros fatos. Russell é direto quanto a isso em TOK:

I think it may be shown that acquaintance with logical form is involved before explicit thought about logic begins, in fact as soon as we can understand a sentence. Let us suppose that we are acquainted with Socrates and with Plato and with the relation “precedes”, but not with the complex “Socrates precedes Plato”. Suppose now that some one tells us that Socrates precedes Plato”. How do we know what he means? It is plain that his statement does not give us *acquaintance* with the complex “Socrates precedes Plato”. What we understand is that Socrates and Plato and “precedes” are united in a complex of the form “ $xRy$ ”, where Socrates has the  $x$ -place and Plato has the  $y$ -place. (TOK, p. 99)

Como antes mencionado, essa posição já estava presente em AR, primeira apresentação da filosofia de Russell como filosofia do atomismo lógico. Em AR os átomos lógicos são compostos por particulares e universais. Enquanto os particulares são análogos aos *sense-data*, os universais são conceitos. Russell assume uma posição realista em relação a ambos: nem *sense-data* e nem conceitos dependem da mente da que os conhece (AR, p. 133). Isso faz com que os ditos conceitos universais (que aqui aparentemente ainda não eram assumidos por Russell como composto pelo “inventário de formas lógicas”; mas não demorariam a ser: cf. POP, cap. 10, p. 58) possuam, assumidamente, um estatuto análogo ao de uma ideia platônica.

Engelmann (2021) indica como a ideia de uma experiência lógica afeta a soberania da lógica e introduz em Russell um misticismo:

However, [...] ultimately all our knowledge is grounded in the “intuitive knowledge” of acquaintance with “hard data”: sense-data, universals, and principles, according to various degrees of self-evidence (Russell, 1912: 149; 1914a: 77). A “logical experience” grounds Russell’s logic. Thus, there is a tension in Russell’s idea of ‘limits of knowledge,’ for his “hard data” reminds one of mystical “intuitive knowledge,” in spite of his proviso that only sensation “supplies new data” (1914a: 36). (Engelmann, 2021, p. 63, referências do autor)

Já em OKEW Russell se mostra mais avesso a tal forma de platonismo. *Acquaintance* busca ser uma relação limitada ao nosso conhecimento direto com o que é dado nos sentidos (Cf. OKEW, p. 51; p. 118). Entretanto, como Hylton (1990, p. 332) aponta, as doutrinas do livro ainda demandam o *acquaintance* com objetos que não podem ser confirmados empiricamente — formas lógicas, por exemplo. Hylton comenta sobre o caráter distinto que juízos sem conteúdo, i.e., juízos que expressam formas lógicas, terão em relação aos outros juízos:

Crucial to his view of our understanding of propositions without constituents (i.e. propositions suitable for expressing forms), therefore, is the claim that the duality of truth and falsehood does not apply to them; all such propositions are true. Moreover it is only because they are true that we can understand them, for here understanding is a dual relation between a judger and a fact; if there were no fact there would be no understanding, but since there is a fact the proposition is true [...]

Constituentless judgements can only be made under circumstances which guarantee their truth. For this special case, judging always demands acquaintance with the fact that makes the judgement true, for only such acquaintance makes the judgement possible. (Hylton, 1990, p. 347-8)

Em TOK, além de *acquaintance* com formas lógicas, Russell também advogará por um *acquaintance* com as constantes lógicas presentes em proposições moleculares:

Besides the forms of atomic complexes, there are many other logical objects which are involved in the formation of non-atomic complexes. Such words as *or*, *not*, *all*, *some*, plainly involve logical notions; and since we can use such words intelligently, we must be acquainted with the logical objects involved. But the difficulty of isolation is here very great, and I do not know what the logical objects involved really are. (TOK, p. 99)

Em OKEW, proposições moleculares — aquelas que possuem conjunções lógicas: *se*, *ou*, *e*, *etc.* — serão de interesse da lógica, pois são a partir delas que ocorrem as inferências. Porém, em OKEW, diferentemente de TOK, Russell não admite mais que constantes lógicas são entidades:

“Logical constants,” in short, are not entities; the words expressing them are not names, and cannot significantly be made into logical subjects except when it is the words themselves, as opposed to their meanings, that are being discussed. (OKEW, p. 168).

O fato de que, em OKEW, diferentemente de TOK, Russell busca manter que só há *acquaintance* com objetos do sentido, e que constantes lógicas não são entidades, ajuda a fundamentar a ideia de Landini de que OKEW estaria substituindo TOK como uma sequência de POP. Colabora também com o comentário de Wahl (2019, p. 127) de que Russell, ao falar que as breves discussões em lógica pura que aparecerão nas palestras de OKEW provêm de contribuições de descobertas ainda não publicadas de seu amigo Wittgenstein, tem em mente NL<sup>46</sup>.

As proposições gerais, por exemplo, "todo homem é mortal" ou "todos os triângulos equiláteros são equiângulos", apresentam a complexidade de que, quando verdadeiras, serão assim ou por autoevidência ou por serem derivadas de outras verdades gerais. Por essa razão,

---

<sup>46</sup> Em NL Wittgenstein dirá: *Molecular propositions contain nothing beyond what is contained in their atoms; they add no material information above that contained in their atoms* (NL, p. 100)



se há qualquer conhecimento de uma verdade geral, deve haver algum conhecimento de verdades gerais que seja independente da evidência empírica (OKEW, p. 45). Fazem-se necessárias proposições gerais de verdade autoevidentes. É na lógica pura que encontramos tais proposições gerais e autoevidentes e que, conseqüentemente, são puramente formais. Cito:

Such general knowledge is to be found in logic [...] The corresponding proposition in pure logic is: "If anything has a certain property, and whatever has this property has a certain other property, then the thing in question has the other property." This proposition is absolutely general: it applies to all things and all properties. (OKEW, p. 46)

Russell, similarmente como faz em SMP, porém de modo ainda mais sucinto, indica novamente que a lógica pode se dividir em duas partes: "uma que consiste em proposições completamente gerais, que asserem a verdade de todas as proposições de certas formas" (OKEW, p. 47, tradução minha) — essa parte se fundirá à matemática pura; e outra que "investiga o que são proposições e que formas elas podem ter; essa parte enumera os diferentes tipos de proposições atômicas, de proposições moleculares, de proposições gerais (Idem)". Essa parte, que meramente enumera formas, é a mais difícil e a mais importante filosoficamente e, dando ênfase às palavras de Russell, "é o progresso recente nessa parte, mais que qualquer coisa, que permitiu uma discussão verdadeiramente científica de muitos problemas filosóficos" (OKEW, p. 45, tradução minha). Hylton destaca o caráter geral da lógica como tomada por Russell:

In particular, logic consists of those true propositions which contain only logical constants and variables; the variables, as we shall see, must be unrestricted, i.e. range over everything [...]

On Russell's conception of logic, as I have already said, there is no question of our specifying what the variables are to range over; they range over everything. It is thus a part of his conception that there is no room for the specification of a universe of discourse. [...] Thus the propositions of logic are wholly general: they contain variables, and the variables range over everything. (Hylton, 1990, p. 200-1)

Essa concepção de Russell elimina a necessidade de especificar um "universo de discurso" ao lidar com proposições lógicas. Ele enfatiza que as variáveis devem ser irrestritas, podendo abranger tudo, sem limitações. Em outras palavras, as proposições lógicas são completamente gerais, pois suas variáveis não têm limites em termos do que podem abranger. Essa concepção acerca das proposições da lógica é fundamental para sua aplicação na fundamentação de diversas áreas do conhecimento, pois não restringe as possibilidades de interpretação. Dedico-me mais a esse aspecto em **2.5**.

Cito novamente a tese de Russell em OKEW que, segundo Landini (2019), marcaria o apogeu da filosofia do atomismo lógico:

The topics we discussed in our first lecture, and the topics we shall discuss later, all reduce themselves, in so far as they are genuinely philosophical, to problems of logic. This is not due to any accident, but to the fact that every philosophical problem, when it is subjected to the necessary analysis and purification, is found either to be not really philosophical at all, or else to be, in the sense in which we are using the word, logical. (OKEW, p. 26)

Delonguei-me em mostrar em que sentido Russell está usando a palavra “lógico” <logical> e quais problemas ele enfrenta com esse uso. Russell segmenta a *nova lógica* em duas partes i) uma que consiste em proposições completamente gerais, autoevidentes, e que asserem a verdade de tudo — essa será a lógica matemática; ii) uma que, através de uma investigação da forma dos fatos e das proposições, enumera e constrói um inventário adequado de formas lógicas. A ideia de inventário reaparece em PLA: “Eu acho que se poderia descrever a lógica filosófica [...] como um inventário, ou se você preferir uma palavra mais humilde, como um ‘zoológico’ contendo todas as diferentes formas que os fatos podem ter” (PLA, p. 47, tradução minha). Por fim, minha delonga nesse aspecto é justificada pelo fato de que tal inventário é o que permite a introdução do método científico de se filosofar:

And where a solution appears possible, the new logic provides a method which enables us to obtain results that do not merely embody personal idiosyncrasies, but must command the assent of all who are competent to form an opinion (OKEW, p. 48)

Os problemas da filosofia resultarão em problemas lógicos, pois a “análise necessária” (OKEW, p. 26) a qual eles serão sujeitados é uma análise lógica, que faz uso do inventário de formas lógicas resultando em mostrar que a fundação de tais problemas parte de problemas lógicos. Sigo para a investigação de como Russell toma uma teoria científica, de modo a tornar claro porque a análise lógica é o que permite à filosofia mimetizar a capacidade mais valiosa das teorias científicas: a capacidade de progresso passo a passo.

### 2.3 O valor de uma teoria científica

É, então, a análise lógica e o inventário de formas lógicas que permitem a introdução do método científico na filosofia. Russell é explícito quanto a isso:

At the same time, and as an essential aid to the direct perception of the truth, it is necessary to acquire fertility in imagining abstract hypotheses. This is, I think, what has most of all been lacking hitherto in philosophy [...] It is in this way that the study of logic becomes the central study in philosophy: *it gives the method of research in philosophy, just as mathematics gives the method in physics*. And as physics, which, from Plato to the Renaissance, was as unprogressive, dim, and superstitious as philosophy, became a science through Galileo's fresh observation of facts and subsequent mathematical manipulation, so philosophy, in our own day, is becoming scientific through the simultaneous acquisition of new facts and logical methods. (OKEW, p.193)

Disso, ressalto que o método científico na filosofia é um espelhamento do, e não o, método científico propriamente dito: a lógica dá o método de pesquisa em filosofia, enquanto a matemática dá o método na física. A razão pela qual o método científico de se filosofar recebe esse nome certamente não será por fazer com que a filosofia atue como uma ciência natural, mas por permitir que ela obtenha progresso através das mesmas capacidades que a ciência tem devido ao seu método. Assim, para compreender a atribuição de tal título ao método, é preciso compreender quais capacidades da ciência são valiosas para Russell e como a análise fornece à filosofia tais capacidades.

Russell ao se dedicar a um exame crítico da segunda tendência filosófica concorrente ao atomismo lógico — o evolucionismo — nos fornece caminhos para evidenciar qual o valor que atribui a um trabalho científico. O evolucionismo aparece como uma alternativa à tradição clássica, mas não a alternativa adequada. Russell (OKEW, p. 8) vê que o evolucionismo se considera firmemente baseado na ciência, “um libertador das esperanças, capaz de revigorar a fé no poder do homem”, mas aponta que tudo isso não passa de um ardor característico de uma juventude que ainda não teria alcançado a maturidade. Os problemas que constituem o evolucionismo são práticos e especializados demais para tratarem de questões genuinamente filosóficas (OKEW, p. 12). Além disso, sob a influência da teoria evolucionista darwiniana, ele cai sob uma visão de progresso demasiadamente antropocêntrica para ser mesmo uma filosofia científica. O evolucionista deve ser lembrado que a biologia não é a única ciência, e nem sequer é o modelo o qual as outras ciências devem-se adaptar (OKEW, p. 8). Uma filosofia

verdadeiramente científica deverá se inspirar em uma disciplina mais severa, mas ainda, “deve consistir em proposições que não ocorrem em outras ciências” (OKEW, p. 13, tradução minha).

Russell, ao narrar o processo de obtenção dos *data*, i.e, o corpo de conhecimento comum a partir do qual a investigação de todo problema filosófico deve começar, menciona uma definição da física junto a uma capacidade que ela possui:

There is first our acquaintance with particular objects of daily life—furniture, houses, towns, other people, and so on. Then there is the extension of such particular knowledge to particular things outside our personal experience through history and geography, newspapers, etc. And lastly, there is the systematization of all this knowledge of particulars by means of physical science, which derives immense persuasive force from its astonishing power of foretelling the future. (OKEW, p. 51-52)

Russell aqui toma a física como a sistematização de todo o conhecimento de particulares — e associa a isso uma capacidade de prever o futuro. Porém esse é uma capacidade que resulta em proposições e, como mencionado, a filosofia não deve consistir de proposições de outras ciências:

Knowledge concerning the future - which is the kind of knowledge that must be sought if we are to know about human destiny - is possible within certain narrow limits. It is impossible to say how much the limits may be enlarged with the progress of science. But what is evident is that any proposition about the future belongs by its subject-matter to some particular science, and is to be ascertained, if at all, by the methods of that science. Philosophy is not a shortcut to the same kind of results as those of the other sciences: if it is to be a genuine study, it must have a province of its own, and aim at results which the other sciences can neither prove nor disprove (OKEW, p. 13)

As proposições da ciência, por sua vez, devem se limitar ou a serem puramente descritivas, ou a expressar uma lei geral que dita como um fenômeno ocorre:

And if the question “why?” means anything more than the search for a general law according to which a phenomenon occurs, then it is certainly the case that this question cannot be answered in physics and ought not to be asked (OKEW, 180)

Para evidenciar o valor que Russell estaria atribuindo a uma teoria científica retomo a máxima científica, dada em RSDP, que a filosofia deve seguir: “Sempre que possível, as entidades inferidas devem ser substituídas por construções lógicas” (RSDP, p. 125, tradução minha)”. Essa máxima, exposta de tal forma, se assemelha ao modo em que Russell, em PLA (p. 112), tendo admitido que navalha de Occam perpassa por toda sua exposição até ali, narra como ela atua:

You find that a certain thing which has been set up as a metaphysical entity can either be assumed dogmatically to be real, and then you will have no possible argument either for its reality or against its reality; or, instead of doing that, you can construct a

logical fiction having the same formal properties, or rather having formally analogous formal properties to those of the supposed metaphysical entity and itself composed of empirically given things, and that logical fiction can be substituted for your supposed metaphysical entity and will fulfil all the scientific purposes that anybody can desire. (PLA, p. 113)

As entidades inferidas de RSDP serão equivalentes às entidades metafísicas de PLA:

By metaphysical entities I mean those things which are supposed to be part of the ultimate constituents of the world, but not to be the kind of thing that is ever empirically given—I do not say merely not being itself empirically given, but not being the *kind* of thing that is empirically given (PLA, p. 113)

E em OKEW, Russell irá ser claro do papel da navalha enquanto máxima que inspira o filosofar científico:

[...] an example of the maxim which inspires all scientific philosophizing, namely “Occam’s razor”: *Entities are not to be multiplied without necessity*. In other words, in dealing with any subject-matter, find out what entities are undeniably involved, and state everything in terms of these entities. (OKEW, p. 85).

É possível, portanto, estabelecer certa relação de transitividade entre o modo que Russell toma a navalha de Occam e o valor que ele atribui a uma obra científica. De modo que para entender o valor que Russell atribui a uma obra científica torna-se necessário entender o valor que ele atribui ao lema de Occam. Para isso, me é conveniente retomar a discussão com Levine (2018), na qual apresentei a divisão que este propõe entre análise mooreana e análise pós-peano, sendo a segunda caracterizada pelo valor central à máxima da navalha de Occam. Como, então, a análise lógica (pós-peano) cumprirá com a máxima de Occam? Russell apresenta a natureza da análise filosófica da seguinte forma:

The nature of philosophical analysis, as illustrated in our previous lectures, can now be stated in general terms. We start from a body of common knowledge, which constitutes our data. On examination, the data are found to be complex, rather vague, and largely interdependent logically. By analysis, we reduce them to propositions which are as nearly as possible simple and precise, and we arrange them in deductive chains, in which a certain number of initial propositions form a logical guarantee for all the rest. (OKEW, p. 169)

Reduzir, por meio da análise, os dados complexos e vagos a proposições o mais simples e precisas possível permitirá arranjá-las em cadeias dedutivas, de modo a encontrar as proposições que desempenham o papel de premissas lógicas. Dessas premissas, porém, encontraremos problemas de maior complexidade e abstração:

The big problems which provoke philosophical inquiry are found, on examination, to be complex, and to depend upon a number of component problems, usually more abstract than those of which they are the components. In spite, however, of the new possibility of progress in philosophy, *the first effect, as in the case of physics, is to*

*diminish very greatly the extent of what is thought to be known.* It will generally be found that all our initial data, all the facts that we seem to know to begin with, suffer from vagueness, confusion, and complexity. (OKEW, p. 195, *grifo meu*)

Desse modo, enquanto a “observação de Galileu de novos fatos seguida da manipulação matemática desses” (OKEW, p. 193) permitiu que a física pudesse ver “que tipos de problemas podem ser solucionados, e quais devem ser abandonados” (OKEW, p. 48), será “a aquisição de novos fatos e métodos lógicos” que permitirá à filosofia se tornar mais científica. O resultado disso será a impressão de saber menos coisas — mas estaremos apenas comprometidos com aquilo que é indubitável. Cito Levine:

[...] he [Russell] holds that analysis begins with sentences that we take to be obviously true but that are "vague" or "ambiguous", and that the task of analysis is to assign precise meanings to those sentences that will render them true. Since those sentences have no definite meaning prior to analysis, there is no claim that the precise meaning that is assigned is what we really meant when we originally uttered it. [...] It is in the context of his post-Peano conception of analysis that Occam's razor comes to play a central role for Russell. In particular, it provides guidance for choosing among different ways of making precise the original vague sentences that initiate analysis (while preserving the truth-values we take those sentences to have): of all the candidate analyses, choose one that involves a commitment only to indubitable entities - that is, to entities with which we are, or at least may be, acquainted. And of candidate analyses that countenance only indubitable entities, choose the simplest. (Levine, 2018, p. 313)

A navalha de Occam, portanto, irá nos indicar qual dos caminhos devemos tomar ao tornar preciso o significado das sentenças vagas: devemos escolher aquela que envolve o compromisso apenas com entidades indubitáveis. E, entre as análises que consideram apenas entidades indubitáveis, escolha a mais simples.

Ter que nos comprometer somente com as entidades indubitáveis — *os sense-data* e, possivelmente, as constantes lógicas ocuparão esse espaço — coloca à análise, em termos hyltonianos, uma restrição/condição de sucesso: terminar de modo a mostrar que temos *acquaintance* com todo constituinte final da proposição, visto que somente o conhecimento direto é indubitável (Cf. POP, p. 26). O fato de haver também mais de uma possível análise que nos entrega somente entidades indubitáveis, e destas escolhemos a mais simples, também revela que não há a pressuposição de um isomorfismo entre as sentenças não analisadas e as sentenças que se resultarão da análise. Como mencionado, a escolha da análise mais simples também será um modo de aplicação da navalha Occam. Desse modo, a navalha de Occam será o princípio que dita o que escolher dentre diferentes maneiras de deixar sentenças vagas mais precisas (Levine, 2018, p. 319).

A alusão à máxima de Occam ocorre novamente em OKEW. Adiante, ao propor a construção do espaço e do tempo em OKEW, sobre a qual tratarei em 2.4, Russell justifica seu uso da navalha da seguinte forma:

Hence, in accordance with Occam's razor, we shall do well abstain from either assuming or denying points and instants. This means, so far as *practical working out is concerned*, that we adopt the relational theory; for in practice the refusal to assume points and instants has the same effect as the denial of them (OKEW, p. 119, *grifo meu*)

Russell está tomando a navalha de modo que somente evita asserir, mas que não nega a existência de entidades além das quais foram utilizadas na construção lógica proposta (Levine, 2018, p. 313). Em PLA, onde Russell faz menção ao seu próprio uso da navalha em OKEW, isso é reforçado:

I want to make clear that I am not denying the existence of anything; I am only refusing to affirm it. I refuse to affirm the existence of anything for which there is no evidence, but I equally refuse to deny the existence of anything against which there is no evidence. Therefore I neither affirm nor deny it, but merely say, that is not in the realm of the knowable and is certainly not a part of physics; and physics, if it is to be interpreted, must be interpreted in terms of the sort of thing that can be empirical. [...] The same process which one applies to physics, one will also apply elsewhere. The application to physics I explained briefly in my book on the External World, Chapters III and IV (PLA, p. 115)

Esse uso da navalha, que não nega a existência de entidades para as quais não há evidência, é o que permite que Russell mantenha que existam, em relação à física, coisas que estão além do “reino do conhecimento” (Cf. OKEW, p. 180).

Como Levine (2018, p 308.) afirma, tal uso da máxima de Occam só é possível pela visão que Russell tem da generalidade. Essa visão aparece no modo em que Russell toma as proposições da lógica, como tratei em 2.2. Se, como mencionei parte da lógica “consiste em proposições completamente gerais, que asserem a verdade de todas as proposições de certas formas” (OKEW, p. 47), é preciso que Russell tome como posição uma generalidade universal irrestrita, em que, como Hylton (1990, p. 201) coloca, por ela não dar espaço para se especificar o universo de discurso, “podemos dizer que o único universo de discurso, na concepção de lógica de Russell, é o universo, o universo atual, composto por tudo que há”. Levine também enfatiza como a visão de quantificação adotada por Russell afeta a sua filosofia:

However, what enables Russell to raise the question as to whether there are any entities beyond those with which he is currently acquainted [...] is a view of quantification according to which the entities over which a given variable in my language ranges are not confined, in principle, to entities with which I currently am

acquainted and thus, for Russell, to entities that I am now in a position to name (Levine, 2018, p. 315)

É, portanto, essa visão da generalidade que permite que, primeiramente, Russell ainda trabalhe com a possibilidade da existência de coisas que não possuem evidências, e secundamente, diga que a “física, se interpretada, deve ser em termos empíricos”.

Wittgenstein, ainda nos NB, mostra ter ciência do uso particular de Russell do lema de Occam: “‘A navalha de Occam’ não é, naturalmente, uma regra arbitrária ou justificada por seus resultados práticos: O que ela afirma é que unidades notacionais desnecessárias não significam nada” (NB 23.4.15). Essa ênfase também aparecerá em TLP 3.328 e 5.47321. Evidentemente, esse problema terá fortes repercussões na filosofia científica de Russell, visto que esta toma a navalha de Occam como uma máxima a ser seguida. Lido com tal questão no Capítulo III.

## 2.4 A Aplicação do Método em OKEW

Meu tratamento de OKEW até então não tem sido síncrono ao de Russell — ao menos não como Russell anuncia no prefácio. Russell diz que pretende ilustrar a natureza, capacidades, e limitações do método lógico-analítico na filosofia através de exemplos (OKEW, p. 9). Eu busquei mostrar que, antes de aplicá-lo, Russell já está apresentando características centrais de seu método e sublimando algumas de suas falhas. Agora passo a tratar de como o método aparece, seguindo as pretensões russellianas, através de sua aplicação.

Desse modo, volto para a terceira palestra do livro, na qual Russell começa a executar a pretensão mencionada no prefácio de aplicar o método a um problema chave da filosofia, no caso, “como podemos ter certeza e conhecer o mundo exterior?”. Ele justifica a escolha desse problema dizendo que ele é um dentre os muitos caminhos que motivam a filosofia. Entretanto, além disso, esse problema carrega uma preocupação recorrente que Russell têm com a física: as razões para se acreditar na física dependem de se reconhecer a validade dos dados dos sentidos, pois é através deles que a física se torna verificável. Relembro que os fatos precisam em última análise serem inferidos de um fato atômico que não foi inferido e, a física, como uma



disciplina que busca falar do mundo — para ser justificada, precisa de algo que a legitime a falar do mundo além dos dados do sentido (porém, esse é muito mais um interesse do filósofo do que do físico — isso pouco importa para o físico realizar seu ofício). Nagel (1951, p. 329) indica que “o problema da relação entre os dados puros do sentido e o espaço, tempo, e a matéria da física matemática” domina quase que exclusivamente a preocupação de Russell com as ciências positivas. Weitz (1951, p. 102) também toma a pretensão de Russell de “superar o abismo” que há entre o mundo dos *sense-data* e o mundo da física como central em sua relação com a ciência. Essa também é a preocupação de Russell em RSDP, que nos servirá de apoio. Esse desejo é, como pretendo argumentar adiante, no fim, somente mais uma questão que não faz parte das questões com as quais os filósofos deveriam se importar. Falta a Russell, portanto, o que Wittgenstein coloca como uma capacidade que deveria ser central para o filósofo: não se ocupar com questões que não lhe dizem respeito (Cf. NB 1.5.15f).

O que me interessa centralmente aqui, porém, não é a razão da escolha desse problema, mas como ocorre a aplicação desse método. De acordo com Russell, o ponto de partida de toda investigação filosófica será um *datum*, isto é, um conhecimento comum, complexo, vago e inexato. Disso, poderia ser dito que o dever do filósofo é de questionar as crenças frágeis do conhecimento comum e as substituir por crenças mais sólidas. De certa forma isso será um efeito da análise, mas em outro sentido isso é impossível: Russell enfatiza que não há uma camada superfina de conhecimento que possa ser obtida pelo filósofo e que servirá como um ponto de partida para criticar o conhecimento do cotidiano. Dessa forma, o que pode ser feito é examinar e purificar nosso conhecimento comum através de uma *investigação interna* (OKEW, p. 52).

Porém, tal escrutínio interno, mesmo cético em certa medida, não pode se comprometer por completo ao ceticismo universal — e não por razão de uma “confiança dogmática, mas pelo seu oposto; não que o conhecimento comum *deve* ser verdadeiro, mas que nós não possuímos nenhum tipo radicalmente diferente de conhecimento que seja derivado de alguma outra fonte” (OKEW, p. 53, tradução minha). Algo possível de ser feito, porém, é distinguir determinados graus de certeza do conhecimento comum — os conhecimentos derivados das evidências do sentido são os com maior grau de certeza, enquanto os de testemunho, e os conhecimentos da ciência possuem um grau variante. Os vários graus de certezas ligados a distintos conhecimentos podem, eles próprios, ser encarados como *data*, eles “compõem junto a outros

*data*, o corpo de conhecimento vago, complexo, e inexato que o filósofo tem o dever de analisar” (OKEW, p. 53). Uma análise desses *data* nos mostrará que parte dele é primitivo, em que acreditamos sem a necessidade de nenhuma evidência exterior, e outra parte é derivativo, em que acreditamos por conta de ele ter sido inferido, não necessariamente no sentido lógico, de algum outro conhecimento. Russell verá nisso um entrelaçamento entre lógica e psicologia, já que encontraremos dois tipos distintos de conhecimento primitivos: os logicamente e os psicologicamente primitivos<sup>47</sup>. Esses vão ser independentes um do outro, de forma que muitos de nossos conhecimentos logicamente primitivos serão derivativos em um sentido psicológico, e vice-versa.

Através do pano de fundo que os *data* podem variar entre graus de certeza, Russell apresenta de forma explícita a distinção entre o que ele vai chamar de *hard data* e o *soft data*:

We are thus led to a somewhat vague distinction between what we may call “hard” data and “soft” data. I mean by “hard” data those which resist the solvent influence of critical reflection and by “soft” data those which, under the operation of this process, become to our mind more or less doubtful. (OKEW, p. 56) (Cf. NB 1.5.15e)

O *hard data* será aquele cuja certeza sobrevive a reflexão crítica, enquanto o *soft*, ao passar por esse processo, se torna duvidável. O *hard data* será composto, primeiramente por fatos particulares do sentido e por verdades gerais da lógica:

The hardest of hard data are of two sorts: the particular facts of sense and the general truths of logic [...] Real doubt, in these two cases, would, I think, be pathological. (OKEW, p. 56) (Cf. NB 1.5.15c)

Uma dúvida real acerca desses dois casos, dirá Russell, seria patológica, e se não assumirmos isso ficaremos sob perigo de cairmos em um ceticismo universal, que é infrutífero e irrefutável:

Universal scepticism, though logically irrefutable, is practically barren; it can only, therefore, give a certain flavour of hesitancy to our beliefs, and cannot be used to substitute other beliefs for them (OKEW, p. 53) (Cf. NB 1.5.15b).

Devemos, para continuar filosofando, evitar trabalhar com a hipótese cética, desse modo, portanto, devemos aceitar os fatos particulares do sentido e as verdades gerais da lógica como parte do *data* rígido:

If we are to continue philosophizing, we must make our bow to the sceptical hypothesis, and, while admitting the elegant terseness of its philosophy, proceed to the consideration of other hypotheses which, though perhaps not certain, have at least

---

<sup>47</sup> A diferença entre premissas “psicologicamente derivadas” e “logicamente derivadas”, distinção que antecede a distinção entre *hard* e *soft data* em OKEW, aparece já em DPM como uma diferença entre “*empirical premises*” e “*logical premises*” (DPM, p. 573).

as good a right to our respect as the hypothesis of the sceptic. (OKEW, p. 56) (Cf. NB. 1.5.15d)

Russell enfatiza que a distinção entre o *hard data* e o *soft data* é uma distinção que diz respeito aos graus de certeza — o que já pode indicar um problema que possivelmente resulta em uma regressão ao infinito: tendo em mente que os graus fazem parte do *data* que deve ser analisado (OKEW, p. 53), onde posicioná-los dentre a distinção entre *hard* e *soft data*? De outro modo, qual grau de certeza devemos atribuir a nossos graus de certeza? É claro que devemos de algum modo tratar como um *hard data* o próprio status de *hard data* que atribuímos aos dados sensoriais e as verdades gerais de lógica, afinal de outro modo cairemos sob o ceticismo — e, devemos também tratar como um *hard data* o status de *hard data* que acaba de ser atribuído à atribuição ao status de *hard data* aos dados sensoriais e as verdades da lógica — e assim por diante. Para evitar essa regressão poder-se-ia dar outro tratamento que não o de *data* aos graus de certeza que atribuímos aos *data*, mas a consequência última disso será tornar a distinção algo com o que não se pode trabalhar, já que os *data* são o objeto que o filósofo deve analisar. Russell, me parece, é impelido a deixar de tratar a certeza que depositamos na distinção entre *hard* e o *soft data* como um conhecimento — ao menos deixar de tratar como um conhecimento proposicional, que se pode pôr em dúvida.

Além disso, por mais que seja o oposto do que Russell deseja, tomar a lógica como um *data* faz com que ela seja passível de dúvida como qualquer outro. A lógica deixa de servir como o único caminho para a verdade sobre o mundo, ela se torna um *data* entre os demais, sendo sua única peculiaridade o fato de que teorias devem levá-la em conta para que as aceitemos (Hylton, 1990, p. 357).

Weitz (1951, p. 106, n. 169) corretamente aponta a distinção entre *hard* e *soft data* como uma instância da aplicação de Russell do método cartesiano, que irá resultar em uma hierarquia do que é duvidável. Isso é admitido pelo próprio Russell:

By the practice of methodological doubt, if it is genuine and prolonged, a certain humility as to our knowledge is induced: we become glad to know anything in philosophy, however seemingly trivial. (OKEW, p. 194)

Em certas passagens de POP e de PLA ele será ainda mais claro quanto ao uso do método cartesiano (Cf. POP, p. 8; PLA, p. 6). Mas, diferentemente de Descartes, Russell não pretende inferir a existência de Deus para não se limitar a viver no mundo do *hard data* e impedir a consequência cética:

Thus, the world from which our reconstruction is to begin is very fragmentary. The best we can say for it is that it is slightly more extensive than the world at which Descartes arrived by a similar process, since that world contained nothing except himself and his thoughts. (OKEW, p. 58)

Russell, na verdade, não quer inferir nenhuma entidade que não possa ter confirmação empírica. Deve haver uma maneira de sair do mundo fragmentário através um modo de construir, a partir do nosso próprio *hard data*, a existência de outra coisa. O que Russell pretende então, especialmente na terceira e quarta conferência de OKEW, é uma construção do mundo da física a partir somente dos *hard data* (tenha em mente essa pretensão ao ler NB 1.5.15f), e com isso responder à pergunta primeiramente posta como “Podemos saber a existência de qualquer realidade que é independente de nós mesmos?” (OKEW, p. 58, tradução minha).

Russell, porém, lida com dificuldades em encontrar o modo adequado de se colocar tal pergunta<sup>48</sup>. Primeiramente, ele critica a ambiguidade presente na questão posta como citei, “Podemos conhecer a existência de qualquer realidade que é independente de nós mesmos?”. Essa forma de colocar a pergunta sofre da ambiguidade de dois termos: ‘independente’ e o ‘eu’ <*self*><sup>49</sup>. Russell seleciona dois significados de ‘Eu’ como mais importantes: i) o sujeito vazio <*bare subject*> que pensa e está consciente sobre os objetos, ii) “todo o conjunto de coisas que necessariamente deixariam de existir se nossas vidas chegassem ao fim” (OKEW, p. 58, tradução minha). Russell toma o sujeito vazio que ‘eu’ poderia significar como uma inferência, que não será parte do *data*. O outro significado que ‘eu’ demanda um esforço de saber quais coisas são dependentes de nossas vidas para existir. Assim, introduz com a palavra ‘dependente’ as mesmas ambiguidades que são introduzidas com ‘independente’.

Dizendo que algo é ‘independente’ de outro, Russell aponta, podemos querer significar que é logicamente possível que um exista sem o outro, ou que não há relação causal entre os dois de modo que um somente ocorra como um efeito do outro. Se tomarmos o primeiro significado, a questão se resolverá com facilidade:

The only way, so far as I know, in which one thing can be logically dependent upon another is when the other is part of the one. [...] Thus in this sense the question, “Can we know of the existence of any reality which is independent of ourselves?” reduces

<sup>48</sup> Ironicamente tal dificuldade sinaliza uma possível consequência do que é dito por Wittgenstein em NB 1.5.15b. Naturalmente surgirão dificuldades ao tentar duvidar onde nenhuma pergunta possa ser feita.

<sup>49</sup> Russell utiliza “*self*” extraído da palavra “*ourselves*” presente na forma original de se colocar a pergunta.

to the question, “Can we know of the existence of any reality of which our Self is not part?” In this form, the question brings us back to the problem of defining the Self; but I think, however the Self may be defined, even when it is taken as the bare subject, it cannot be supposed to be part of the immediate object of sense; thus in this form of the question we must admit that we can know of the existence of realities independent of ourselves. (OKEW, p. 59)

Porém, a questão sobre a relação causal será mais problemática:

To know that one kind of thing is causally independent of another, we must know that it actually occurs without the other. Now it is fairly obvious that, whatever legitimate meaning we give to the Self, our thoughts and feelings are causally dependent upon ourselves, i.e. do not occur when there is no Self for them to belong to. But in the case of objects of sense this is not obvious; indeed, as we saw, the common-sense view is that such objects persist in the absence of any percipient. If this is the case, then they are causally independent of ourselves; if not, not. Thus in this form the question reduces to the question whether we can know that objects of sense, or any other objects not our own thoughts and feelings, exist at times when we are not perceiving them. This form, in which the difficult word “independent” no longer occurs, is the form in which we stated the problem a minute ago. (OKEW, p. 59-60)

Visivelmente Russell vai polindo a questão até que ela se torne sobre a possibilidade de sabermos se os *sense-data* persistem enquanto não são percebidos. Assim, é valioso para a compreensão dessa construção do mundo a partir dos *sense-data* e das verdades gerais da lógica possuir clareza sobre o que são de fato tais *sense-data*. Esse valor se reforça quando lembramos que são eles que ocuparão o papel de entidades indubitáveis que resultam da análise — e, desse modo, impõe condições de sucesso a ela. Cito RSDP, onde Russell é mais explícito sobre a motivação de resolver o problema da verificabilidade da física que subjaz esse esforço de construir os objetos a partir dos *sense-data*:

If such objects are to be verified, it must be solely through their relation to sense-data: they must have some kind of correlation with sense-data, and must be verifiable through their correlation alone.

But how is the correlation itself ascertained? A correlation can only be ascertained empirically by the correlated objects being constantly found together (RSDP, p. 117.).

Podemos definir os objetos da física em função dos *sense-data*, de modo que, apesar de que a posição padrão e mais intuitiva seria dizer que os *sense-data* são funções dos objetos físicos — somos impelidos a dar a posição contrária:

Physics cannot be regarded as validly based upon empirical data until the waves have been expressed as functions of the colours and other sense-data.

Thus, if physics is to be verifiable, we are faced with the following problem: Physics exhibits sense-data as functions of physical objects, but verification is only possible if physical objects can be exhibited as functions of sense-data. We have therefore to solve the equations giving sense-data in terms of physical objects, so as to make them instead give physical objects in terms of sense-data. (RSDP, p. 118)

Disso, Russell passa a dar uma descrição das características dos *sense-data*. Há uma dificuldade apontada por ele em decidir o que será considerado um *sense-datum*. Ele não é o todo que é dado aos sentidos de vez, mas sim uma parte de um todo que pode ser excluída pela atenção: manchas de cor, sons particulares, etc. Nós sabemos que os *sense-data* estão lá enquanto são *data*. Tanto em RSDP quanto em OKEW Russell assume a posição de que os *sense-data* são entidades físicas (RSDP, p. 112; OKEW, p. 69). De outro lado, o fato deles serem tudo que sabemos diretamente não dá nenhuma pressuposição de que eles sejam tudo que existe: “Se pudéssemos construir uma metafísica impessoal, independente dos acidentes de nosso conhecimento e de nossa ignorância, a posição privilegiada dos *data* desapareceria” (RSDP, p. 119, tradução minha). Desse modo, enfatiza Russell, a importância especial dos *sense-data* só existe em relação à epistemologia, e não à metafísica.

A física, porém, deve ser reconhecida enquanto metafísica: ela é impessoal, e não dedica nenhuma atenção especial ao *sense-data*. Isso fica mais claro quando levamos em consideração o Russell está tomando enquanto metafísica:

By metaphysical entities I mean those things which are supposed to be part of the ultimate constituents of the world, but not to be the kind of thing that is ever empirically given—I do not say merely not being itself empirically given, but not being the kind of thing that is empirically given. (POP, p. 113-114)

Russell dá início a sua construção do mundo físico assumindo que não conhece uma solução detalhada para o problema; o que ele tem a esperança de conseguir fazer é indicar quais tipos de método através dos quais uma solução deve ser procurada e tornar o problema sensível (OKEW, p. 81). Ele parte de uma breve descrição dos dois mundos contrastados: apesar de ser inferido, o mundo da física nos é mais familiar — ele parte da crença do senso comum em corpos minimamente permanentes e rígidos. A permanência não é necessária para a possibilidade da ciência, mas sua pressuposição nos permite encarar o fenômeno de um medo que concorda com nosso preconceito, dirá Russell (OKEW, p 82; RSDP, 117). Por outro lado, o mundo dos *sense-data* nada é permanente — cadeiras só são *data* quando estamos percebendo-as, e não são dadas imediatamente como existentes em outros momentos. O esforço será de alcançar, partindo do mundo dos *sense-data* as características do mundo da física: permanência e rigidez.

O primeiro passo de Russell será de levantar a hipótese da possibilidade de se montar um sistema de perspectivas, isto é, um sistema que consiste em todas as visões do universo

percebido e não percebido. Esse sistema será composto por nosso mundo, por nossos *sense-data*, pelas perspectivas de outros observadores — ou potenciais observadores, já que não temos a certeza de suas existências, e pelos *sensibilia*. Russell, em RSDP (p. 120), dá definição de *sensibilia*: aqueles objetos que possuem o mesmo status metafísico e físico que os *sense-data*, porém sem necessariamente serem *datas* para alguma mente. Já em OKEW essa definição é tomada como uma entidade desnecessária, como elementos ideais que são definidos a partir de elementos atuais, os *sense-data*<sup>50</sup>. Desse sistema de perspectivas — traçando correlação entre uma série de perspectivas imaginadas — podemos chegar a uma construção lógica do é comumente chamado de coisa:

We can now define the momentary common-sense "thing," as opposed to its momentary appearances. By the similarity of neighbouring perspectives, many objects in the one can be correlated with objects in the other, namely with the similar objects. Given an object in one perspective, from the system of all the objects correlated with it in all the perspectives; that system may be identified with the momentary common-sense "thing." Thus, an aspect of a "thing" is a member of the system of aspects which is the "thing" at that moment. (The correlation of the times of different perspectives raises certain complications, of the kind considered in the theory of relativity; but we may ignore these at present.) (OKEW, p. 71)

Há inúmeros espaços possíveis para cada pessoa — e podemos obter um só espaço através da correlação de nossos espaços com os que nós acreditamos existir no mundo sensível de outras pessoas (OKEW, p. 83). Para os meus propósitos, é suficiente a apresentação do modo como Russell constrói o espaço. Isso porque a construção do tempo será um tanto quanto mais trabalhosa para Russell. A construção do tempo do mundo privado de uma só pessoa não oferece tanta dificuldade, mas a correlação de um tempo privado com outro envolve grandes dificuldades:

The correlation of different private times is regulated by the desire to secure the simplest possible statement of the laws of physics, and thus raises rather complicated technical problems; these problems are dealt with by the theory of relativity, and show that it is impossible validly to construct one embracing time having any physical significance. (OKEW, p. 98)

O que nos serve de consolo, dirá Russell (OKEW, p. 83), é saber que a ideia de coisas permanentes, tempo, e espaço, deixaram de ser parte da estrutura real do mundo, e são admitidos pela física da relatividade como construções. Cito:

---

<sup>50</sup> Weitz (1951, p. 105) aponta OKEW como o melhor exemplo do construcionismo justamente porque em OKEW Russell não trabalha com entidades inferidas, e parte somente de entidades com as quais temos *acquaintance*. OKEW de fato é o melhor exemplo, mas Russell não consegue se livrar por completo das entidades inferidas.

In attempting to construct them from *sense-data* and particulars structurally analogous to *sense-data*, we are, therefore, *pushing the procedure of relativity theory one stage further back*. (OKEW, p. 83, *grifo meu*) (Cf. NB 1.5.1915g)

Destaco que a presença de entidades como *sensibílicas*, que são necessárias para a construção do mundo feita por Russell em RSDP, só será possível por conta de como ele toma a generalidade, como menciono em 2.3 (Cf. Levine, p. 315). Russell não parece satisfeito com o uso de *sensibílicas* em sua construção, já que essas são entidades inferidas, e busca reduzir o papel delas em OKEW. Porém, mesmo em OKEW, ele não consegue se livrar de entidades inferidas, fazendo um apelo, por exemplo, para a possível existência de outros observadores.

Além disso, todo o propósito da aplicação do método, seja feita em OKEW ou RSDP, só é validado pelo uso que Russell faz da máxima de Occam. A função do construcionismo em relação a entidades inferidas não é de negá-las, nem as afirmar. O que ele busca é substituir os símbolos que as representam, que seriam símbolos incompletos, i.e., símbolos cuja denotação não é dada na experiência, e sim inferida, por símbolos cuja denotação nos é dada pela experiência (Weitz, 1951, p. 104). Em seguida me proponho a esclarecer o que, por fim, tomo como construcionismo de Russell, i.e., o método científico na filosofia.

## 2.5 O que é, portanto, o método científico de se filosofar?

Mesmo tendo indicado fortes evidências que o texto que Wittgenstein tem em mente ao fazer sua crítica (NB 1.5.15g) é OKEW, com isso não pretendo sustentar que a crítica se limita a tal texto de Russell. Para evitar esse erro é importante ter clara noção do papel que essa obra ocupa dentro da filosofia de Russell. Retomo os dizeres de Landini (2018) de que OKEW é o ápice da filosofia do atomismo lógico. Mas seu valor não pode se reduzir a isso. OKEW têm um papel especialmente relevante ao revelar a posição de Russell em relação ao valor de uma obra científica durante esse período; posição que Wittgenstein menciona como imensamente diferente em LD 50. A minha maior pretensão, porém, era de mostrar OKEW é a maior ilustração do método construcionista de Russell.

É bem evidente que certos aspectos do método construcionista são recorrentes e constantes na maior parte dos métodos russellianos. E certamente o que leva intérpretes a



defender que há um só método em todos os empreendimentos filosóficos de Russell é a existência de constantes que perpassam grande parte desses empreendimentos. A meu ver, Hager (2003) se sairia melhor defendendo algo próximo a isso, ao invés de que a análise lógica é invariavelmente o método russelliano; e pela mesma razão a defesa de Weitz (1951) me pareceu mais bem-sucedida. Porém, detalhes importantes dessas constantes metodológicas se alteram em diversos apelos de Russell a elas - e perceber tais alterações é central para ter claro por qual motivo Russell está apelando a elas.

Por exemplo, como mencionado (cf. nota 47), a distinção entre premissas psicologicamente e premissas logicamente derivadas não é exclusiva do construcionismo. Em DPM Russell diz que “em toda ciência começamos dum corpo de proposições do qual temos uma razoável certeza. Essas são nossas premissas empíricas” (DPM, p. 573, tradução minha). Quando passamos a investigar o que se segue dessas proposições, ou do que elas se seguem, vemos que as “leis da ciência são proposições logicamente mais simples do que as premissas empíricas, de modo que as premissas empíricas, ou parte delas, podem ser derivadas de tais leis” (Ibid.). Essas são as premissas lógicas. Russell diz que a vantagem que as premissas lógicas possuem em relação às premissas empíricas é que as primeiras nos dão “uma maior chance de isolar um possível elemento penetrante de falsidade, em parte, que organiza nosso conhecimento, e em parte, que as premissas lógicas têm, como regra, muitos mais consequências do que as premissas empíricas e, assim, levam à descoberta de muitas coisas que de outra forma não poderiam ser conhecidas” (DPM, 577, tradução minha).

A divisão entre o *hard* e o *soft*, mesmo sendo apresentada desse modo somente em OKEW, também é recorrente em outros momentos da filosofia russelliana. Em POP, por exemplo, Russell dirá:

All knowledge, we find, must be built up upon our instinctive beliefs, and if these are rejected, nothing is left. But among our instinctive beliefs some are much stronger than others, while many have, by habit and association, become entangled with other beliefs, not really instinctive, but falsely supposed to be part of what is believed instinctively.

Philosophy should show us the hierarchy of our instinctive beliefs, beginning with those we hold most strongly, and presenting each as much isolated and as free from irrelevant additions as possible. It should take care to show that, in the form in which they are finally set forth, our instinctive beliefs do not clash, but form a harmonious system. There can never be any reason for rejecting one instinctive belief except that it clashes with others; thus, if they are found to harmonize, the whole system becomes worthy of acceptance (POP, 11-2).

Perceba também que os dois tipos de átomos que, de acordo com AR, são os átomos que compõem a filosofia do atomismo lógico, são em OKEW, o *hard data*. As verdades gerais da lógica assumem enquanto átomos universais, e os *sense-data* enquanto átomos particulares.

A divisão *hard/soft data* passa a vir à tona no pensamento russelliano quando ele começa a cada vez mais se interessar com os problemas filosóficos que surgem sobre nosso conhecimento do mundo exterior. Hylton (1990) lida com dois distintos desenvolvimentos no pensamento de Russell no período de 1906-13. O primeiro é uma mudança de metafísica de base, a qual já mencionei (junto de sua relação com a teoria do juízo múltiplo). O segundo é uma mudança de interesse, em que Russell passa a ficar cada vez mais preocupado com a questão do conhecimento, i.e., como, e em que medida, nós podemos saber as coisas que nós nos tomamos como sabedores (Hylton, 1990, p. 328). Hylton conecta esses dois desenvolvimentos distintos através de algo que aparece com destaque especial no segundo: o construcionismo como um método filosófico geral (Ibid., p. 328). O meu ponto aqui é que o método científico de se filosofar coincide com o construcionismo — isso se torna mais claro ao levarmos em consideração a máxima do filosofar científico dita em RSDP:

Implementing the maxim is thus set out as a task for the scientifically minded philosopher, the task of actually coming up with the logical constructions which would ‘exhibit matter wholly in terms of sense-data, and even, we may say, the sense-data of a single person, since the sense-data of others cannot be known without some element of inference’; the ideal is thus ‘to establish physics upon a solipsistic basis’ (RSDP, p. 116).

A navalha de Occam, ao mesmo tempo em que ocupa o papel de máxima científica para Russell, é o que protegeria sua filosofia da dúvida cética e de suas “consequências avassaladoras e inférteis” (Cf. OKEW, p. 53). Em SMP, Russell começa com a preocupação do progresso na filosofia. Em OKEW ele tenta formular uma resposta ao ceticismo sobre o mundo exterior. A meu ver, há uma relação a ser traçada entre o fato das outras doutrinas filosóficas (tradição clássica e evolucionismo) não terem um modo de barrar o ceticismo acerca de suas teses com que a intenção de Russell de que elas sejam descartadas enquanto opções para o filósofo científico. É o uso que Russell faz da navalha de Occam que permite que ele apresente seu construcionismo como um modo de advogar um programa filosófico capaz de obter progresso passo a passo e satisfazer as demandas científicas. O comprometimento com a navalha de Occam se dá justamente através da análise lógica. É a análise que me dá entidades indubitáveis,

e a construção do mundo estando somente comprometida com essas entidades não permite espaço para o ceticismo.

O cético que Russell quer tanto evitar, por vezes é ele mesmo (Cf. Miah, 1987), entretanto, ele aceita somente começar com o ceticismo, buscando no caminho encontrar algum modo de evitar as conclusões cétricas. Não em vão, o método construcionista começa através da dúvida cartesiana (Weitz, 1957, p. 104-5). Como não encontramos meios de confirmar os objetos físicos, não temos razões para acreditar na existência deles ou que eles possuam algum papel na produção de nossos *sense-data* (Miah, 1987, p. 21). Através da navalha de Occam, como Russell a toma, não afirmamos e nem negamos a existência de tais objetos; nós partimos somente da existência dos objetos que foram mostrados, através da análise lógica, indubitáveis. Em OM Russell é explícito sobre construcionismo ser uma opção para aqueles que buscam evitar as conclusões cétricas:

It may be that there are conclusive arguments against this hypothesis, and it is scarcely possible that there should be conclusive arguments in its favour; but to those who rebel against the sceptical conclusions to which we seem otherwise driven, I commend this hypothesis as at least not obviously untrue, and as more in consonance with our instinctive beliefs than any other hypothesis which the facts permit. (OM, p. 95)

Entretanto, começar com a dúvida cartesiana e ser uma estratégia contra o ceticismo universal não é suficiente para distinguir o construcionismo de outros métodos de Russell. Em POP, onde é possível argumentar que o método de Russell era *inferencialista* (i.e., concebia nosso acesso ao mundo externo através de uma inferência), ele também usa da dúvida cartesiana e busca fornecer respostas ao ceticismo acerca do nosso acesso ao mundo exterior.

Como mencionado, não é tão simples rastrear quando começa o construcionismo (Cf. Introdução). Nota-se indícios de que a aplicação do método construcionista já começa antes de ser empregado o termo ‘construção lógica’<sup>51</sup> (Cf. Linsky, 2013, p. 408; Hylton, 1990, p. 385; Miah, 1987). Indiquei que em POP, junto do interesse de Russell de justificar nosso acesso ao mundo externo, começa também a aplicação do método de dúvida cartesiana para que possamos chegar em entidades completamente empíricas (Weitz, 1957, p. 105). Linsky (2013, p. 408)

---

<sup>51</sup> Dito isso, é possível que Weitz (1951, p. 92) tenha razão em utilizar “método de resolução dos símbolos incompletos” ao invés de construcionismo para evitar a associação direta do método com o termo construções lógicas.

indica que as construções lógicas de Russell aparecem primeiramente em *On Denoting* (1905)<sup>52</sup>. Dentre os exemplos de construções lógicas estariam a teoria das descrições definidas, a teoria “*no-classes*” das classes, a definição de números como classes de equivalência, a teoria do juízo múltiplo (Linsky, 2013, p. 408). Enquanto Wrinch (1917, p. 451) e Hylton (1990, p. 385) apontam o paralelo que há entre a tentativa de fornecer construções lógicas para os objetos da física e o projeto logicista.

Defendo que, apesar da presença de diversas constantes metodológicas, o que define o método construcionista e o distingue dos outros é o fato de ser um processo que leva em conta os três fatores já mencionados: (i) a aplicação da dúvida cartesiana em função de ‘purificar’ nosso conhecimento pré-análise. Tendo aplicado a dúvida, (ii) aplica-se a navalha de Occam de modo a se comprometer com as entidades indubitáveis, visando assim se proteger de que a dúvida continue e impedir que o ceticismo universal atrapalhe o progresso filosófico, mas sem também negar a existência das entidades inferidas. Então, se comprometendo somente com entidades indubitáveis, (iii) busca-se fornecer *construções lógicas* que partem de tais entidades, por fim, a função de tais construções seria de justificar e prover fundamentos para nosso conhecimento. Essa definição de construcionismo apresentada é bem ilustrada nas seguintes palavras de Russell:

It is necessary to practise methodological doubt, like Descartes, in order to loosen the hold of mental habits; and it is necessary to cultivate logical imagination, in order to have a number of hypotheses at command, and not to be the slave of the one which common sense has rendered easy to imagine. These two processes, of doubting the familiar and imagining the unfamiliar, are correlative, and form the chief part of the mental training required for a philosopher. (OKEW, p. 193)

A intenção é que o processo de (i) a (iii) seja repetido para cada problema da filosofia, e não se limite a resolver um problema fundamental, de modo que a resolução dos outros problemas seria inferida desse.

Vê-se que é possível interpretar o construcionismo russelliano como a busca por dar fundamento e justificação para o conhecimento científico e suas diversas áreas. É justamente por essa razão que ele demandará do filósofo uma parcela conhecimento extracurricular:

---

<sup>52</sup> Não se pode, porém, confundir o fato de Wittgenstein aceitar a teoria de descrições com ele aceitar o construcionismo - me dedico nisso em 3.4.

Philosophers, it is hoped, will come to recognize that they cannot achieve any solid success in such problems without some slight knowledge of logic, mathematics, and physics. Meanwhile, for lack of students with the necessary equipment, this vital problem remains unattempted and unknown (OKEW, pp. 100-101)

Deve-se, por exemplo, saber quais propriedades determinada entidade (inferida) física possui para que se possa fornecer uma construção lógica que também possua tais propriedades, e desse modo se abster em relação à existência de tal entidade.

Com tais fatores em mente, não me parece absurdo dizer que o construcionismo pode ser lido como uma ramificação ou uma sequência prática do atomismo lógico - já que se baseia no átomo lógico como constituinte último da análise; e partirá dele para a execução das construções lógicas. Se, como Landini coloca, OKEW marca o apogeu da filosofia do atomismo lógico, e, como pretendi demonstrar, OKEW é a ilustração do construcionismo russelliano, então parece cabível inferir que o construcionismo coincide com apogeu da filosofia do atomismo lógico.

Portanto, resumindo, tomo o método de Russell em seu “método científico em filosofia” (NB 1.5.15g) como o construcionismo russelliano. O construcionismo russelliano pode ser definido, grosseiramente, como a justificação do conhecimento científico. Essa justificação por sua vez se dá através da substituição dos símbolos incompletos da ciência por construções lógicas. Destaco que é a substituição de símbolos incompletos *da ciência*, de modo a delimitar mais claramente o que é e quando ocorre o construcionismo.

### CAPÍTULO III: O MÉTODO DE WITTGENSTEIN A PARTIR DE SUAS REAÇÕES ANTAGÔNICAS

Dou início a este capítulo apresentando mais uma vez NB 1.5.1915, mas desta vez com mais um recurso adicionado em vista de seu esclarecimento. Atribuo uma citação de Russell em OKEW a cada índice que fora atribuído antes a NB 1.5.1915:

Quadro 1 – NB/OKEW

<p><i>a.</i> The fact that <math>p \sim p</math> is a contradiction shews that <math>\sim p</math> contradicts <math>p</math>. [<i>Cf.</i> 6.1201]</p>	<p><i>a.</i> Such general knowledge is to be found in logic [...] The corresponding proposition in pure logic is: "If anything has a certain property, and whatever has this property has a certain other property, then the thing in question has the other property." This proposition is absolutely general: it applies to all things and all properties. (OKEW, p. 46)</p>
<p><i>b.</i> Skepticism is <i>not</i> irrefutable, but <i>obvious nonsense</i> if it tries to doubt what where no question can be asked. [<i>See</i> 6.51]</p>	<p><i>b.</i> Universal skepticism, though logically irrefutable, is practically barren; it can only, therefore, give a certain flavour of hesitancy to our beliefs, and cannot be used to substitute other beliefs for them (OKEW, p. 53)</p>
<p><i>c.</i> For doubt can only exist where a question exists; a question can only exist where an answer exists, and this can only exist where something <i>can</i> be <i>said</i>. [<i>See</i> 6.51]</p>	<p><i>c.</i> The hardest of hard data are of two sorts: the particular facts of sense and the general truths of logic [...] Real doubt, in these two cases, would, I think, be pathological. (OKEW, p. 56)</p>
<p><i>d.</i> All theories that say: "This is how it must be, otherwise we could not philosophize" or "otherwise we surely could not live", etc. etc., must of course disappear.</p>	<p><i>d.</i> If we are to continue philosophizing, we must make our bow to the skeptical hypothesis, and, while admitting the elegant terseness of its philosophy, proceed to the consideration of other hypotheses which, though perhaps not certain, have at least as good a right to our respect as the hypothesis of the sceptic. (OKEW, p. 56)</p>
<p><i>e.</i> My method is not to sunder the hard from the soft, but to see the hardness of the soft.</p>	<p><i>e.</i> We are thus led to a somewhat vague distinction between what we may call "hard" data and "soft" data. I mean by "hard" data those which resist the solvent influence of critical reflection and by "soft" data those which, under the operation of this process, become to our mind more or less doubtful. (OKEW, p. 56)</p>

<p><i>f.</i> It is one of the chief skills of the philosopher not to occupy himself with questions which do not concern him.</p>	<p><i>f.</i> Philosopher, it is to be hoped, will come to recognize that they cannot achieve any solid success in such problems without some slight knowledge of logic, mathematics, and physics (OKEW, p. 101)</p>
<p><i>g.</i> Russell's method in his "Scientific method in philosophy" is simply a retrogression from the method of physics.</p>	<p><i>g.</i> In attempting to construct them from <i>sense-data</i> and particulars structurally analogous to <i>sense-data</i>, we are, therefore, only pushing the procedure of relativity theory one stage further back. (OKEW, p. 83)</p>

Fonte: Aatoria própria, 2023

Cada índice passa a representar, portanto, uma dupla. Por facilidade, ao fazer referência a citação de Russell atribuída a determinado índice  $x$ , utilizarei OKEW $x$ . Em relação aos NB, mantenho como tenho feito. Meu intuito através da formação de duplas a partir dos índices é de solidificar as intenções do Capítulo II, concluindo o primeiro passo em direção aos esclarecimentos de NB 1.5.15 que penso ter dado ao indicar a semelhança de citações de OKEW com o que é dito nos NB. Estabilizando esse primeiro passo, posso continuar o caminho sem cambalear. As duplas exemplificam sobre quais problemas presentes na filosofia de Russell Wittgenstein está falando. Desse modo, cada dupla representa um problema que, diretamente ou indiretamente, se relaciona à distinta concepção que cada um, Russell e Wittgenstein, possuem do método adequado de se filosofar. Tenho ciência de que apresentação de tais duplas pode, em certo sentido, aparentar uma estruturação desmedida das anotações presentes nos NB – lidar com os NB, porém, me exige algum esforço de estruturação, visto por vezes o desenvolvimento das ideias de Wittgenstein contidas ali passam longe de ser linear. Admitindo a ocorrência de certa estruturação, peço ao leitor que avalie os méritos explicativos dela em comparação com outras (por exemplo, com a de Diamond, que será apresentada).

Além disso, a formação das duplas NB/OKEW é uma maneira perspicua de enfatizar o que diz Engelmann (2021, p. 20):

We will see how this method arises out of Wittgenstein's struggle with Russell's philosophy and method, and how it is connected with the general strategy of the Tractatus

Assim, é importante também mostrar que a disputa de Wittgenstein com a filosofia e o método de Russell não termina nos NB – faça isso enfatizando que muitas anotações de Wittgenstein nos NBs, diversas que tomo como direcionadas a OKEW, reaparecem no TLP. Por essa razão,

a formação das duplas também oferece uma justificativa do uso dos NBs enquanto fonte interpretativa para o TLP.

Entretanto, somente emparelhar as anotações um tanto quanto enigmáticas de NB 1.5.15 com citações de Russell não ajuda muito a torná-las menos enigmáticas. O passo seguinte, portanto, será de mostrar como as anotações nos NB se tornarão mais claras com a filosofia russelliana de pano de fundo. No processo de clarificá-las, se eu for feliz em minhas pretensões, importantes aspectos da filosofia tractariana irão vir à tona. E, através de tais aspectos, pretendo determinar o método do TLP buscando validar minha hipótese antes mencionada: A mudança drástica que o método de Wittgenstein teria sofrido, mencionada em LD 50, seria a mudança de um método *que separa* para um método *que vê*, como descrita nos NB 1.5.15. Isto é, respectivamente, um método que busca estabelecer fundamentos para a realidade e a linguagem partindo do que devemos tomar como indubitável e um método que indica que aquilo que está implícito na linguagem já nos fornece a garantia de seus fundamentos.

Segmento esse capítulo nas seguintes seções: Em **3.1** lido com a dupla *a* que representa um contraste da visão wittgensteiniana sobre o estatuto das leis lógicas (e sobre o que mostra uma proposição da lógica) com a de Russell. Esse contraste está intrinsecamente relacionado à disputa entre Wittgenstein e Russell acerca do caráter da generalidade. Tal disputa também perpassa os outros comentários de Wittgenstein. Em **3.2** tratarei sobre a dupla *b*, i.e., a resposta de Wittgenstein à posição russelliana acerca do ceticismo, e sobre a dupla *c*, i.e., sobre o que se pode duvidar, e logo, sobre o que pode ser dito. Em **3.3**, sobre a dupla *d*, que, grosso modo, diz respeito à exclusão de argumentos transcendentais da filosofia. Em **3.4**, sobre a dupla *e*, apresento qual seria o método wittgensteiniano e como este difere do método russelliano justamente por não ser um *método que separa* e sim um *método que vê*. Em **3.5**, dupla *f*, discorro sobre as questões que, de acordo com Wittgenstein, não dizem respeito ao filósofo, e como Russell está envolto por elas. E em **3.6**, dupla *g*, me dedico a esmiuçar a crítica de Wittgenstein ao método russelliano, visando dar destaque ao distinto valor que cada um concebe de um trabalho científico (Cf. LD 36, p. 68). Minha pretensão é a de que cada seção se beneficie mutuamente uma da outra. Entretanto, em certa medida, minha leitura dá prioridade ao primeiro comentário dentre as anotações de Wittgenstein, NB 1.5.15*a*, justifico isso a seguir.

Com isso, adianto que a leitura com a qual mais vou disputar é a que Diamond (2014) apresenta em seu *The Hardness of the Soft: Wittgenstein's Early Thought About Skepticism*.



Primeiramente, por ser a principal leitura detalhada de NB 1.5.15. Em segundo lugar, porque Diamond, como já mencionado, toma também tais notas do dia primeiro de maio de 1915 como tendo em mente ou OKEW ou SMP (como espero ter mostrado nos capítulos anteriores, é relevante que seja algum desses textos, mas não é relevante *qual* desses textos). O meu movimento argumentativo, porém, é distinto do dela: ela pretendeu mostrar que “o tratamento de Wittgenstein do ceticismo revela que ele está preocupado com a má compreensão do método da filosofia baseado no modelo do método da ciência, já que este último método pode ser mal interpretado”. (Diamond, 2014, p. 145, tradução minha). Paralelamente, a minha estratégia será a de argumentar que o tratamento de Wittgenstein do ceticismo, da má compreensão do método da filosofia, que se modela a um método mal compreendido da ciência — ou seja, todas essas más compreensões — partem de uma má compreensão de como atuam as proposições da lógica; as tautologias. É desse modo que, em certa medida, dou prioridade à NB 1.5.15a.

Desse modo, parto de uma discussão acerca do caráter da generalidade para me dirigir aos comentários sobre o ceticismo. Vejo-me justificado nisso, pois, conforme mencionei em 2.3 e 2.4, seguindo Levine (2014), tomo que é a concepção de Russell da generalidade que permite seu uso dissonante da navalha de Occam. A navalha de Occam é a máxima do filosofar científico para Russell, que por sua vez é uma estratégia de responder aos ataques céticos à filosofia. Logo, antes de focar no que Wittgenstein discordaria da visão russelliana de ciência, é preciso ver como Wittgenstein discorda do modo em que Russell toma a generalidade. Colocando de outro modo, se NB 1.5.15 é uma crítica ao modo como Russell toma a ciência, é primeiramente uma crítica ao modo como Russell concebe a generalidade.

### **3.1 a: O estatuto das leis lógicas e a disputa sobre o caráter da generalidade**

Diamond (2014, p. 146) põe como exigência de uma boa leitura do TLP que ela consiga dar uma resposta às perguntas sobre o ceticismo que vêm à tona pelas anotações em 1.5.15 (apresento tais perguntas adiante, em 3.2). Diamond, porém, mesmo também atribuindo NB 1.5.15 à OKEW deixa especificamente 1.5.15a de fora de sua interpretação em seu *The Hardness of the Soft*, 2014, no qual ela pretende clarificar os dizeres de Wittgenstein em NB

1.5.15. Creio que uma leitura que propõe NB 1.5.15 como uma resposta à OKEW precisa também incluir um modo de relacionar 1.5.15a a OKEW.

É natural, porém, que das duplas formadas esta seja a mais digna de contestação, já que nela é a que se percebe menor similaridade entre o uso das palavras de Wittgenstein e de Russell (enquanto em NB 1.5.15b-g Wittgenstein aparenta parafrasear OKEWb-g). Porém, a proposição do TLP que Wright e Anscombe associam a NB 1.5.15a contribui para que a compatibilidade da dupla fique mais evidente<sup>53</sup>:

TLP 6.1201 Que, por exemplo, as proposições “ $p$ ” e “ $\sim p$ ”, na ligação “ $\sim(p \cdot \sim p)$ ” resultem numa tautologia mostra que elas se contradizem. Que as proposições “ $p \supset q$ ”, “ $p$ ” e “ $q$ ”, ligadas entre si na forma “ $(p \supset q) \cdot (p) \supset (q)$ ”, resultem em uma tautologia mostra que  $q$  se segue de  $p$  e  $p \supset q$ . Que “ $(x) \cdot fx \supset fa$ ” seja uma tautologia mostra que  $fa$  se segue de  $(x) \cdot fx$ . Etc. etc.

O que está primeiramente em questão é, como coloca McGinn (2006, p. 54), um embate entre a visão universalista da lógica, de Frege e Russell, com a visão estrutural <framework> da lógica. Na concepção universalista da lógica, como a de Russell, não há diferentes universos de discurso para os quantificadores; e nenhum uso é feito de interpretações variantes da linguagem, como mencionei em 2.2. Cito Ricketts:

The quantifiers and variables in logical laws generalize without restriction over logical types. [...] On the universalist view, then, logic is thus a science in its own right, one that is direct at reality in the same way that physics is, but at reality’s more general features

[...] On the universalist conception, the maximal generality of logical laws secures their universal applicability [...]

The science of logic, by dint of the generality of its fundamental laws, thus provides a framework that encompasses all the sciences. (Ricketts, 1996, p. 60).

Essa visão da generalidade permite que os quantificadores variem sobre objetos além dos que temos *acquaintance* — objetos cuja existência não é afirmada e nem negada pelo uso da navalha de Occam que Russell faz. Junto a isso, Russell, assim como Frege, trata a quantificação de nomes próprios assim como a de predicados, e desse modo lhe é coerente tratar os conectivos lógicos como relações entre sentenças (Ricketts, 2013, p. 126). Isso impede Russell de ver que há dois tipos distintos de generalidade - a generalidade propriamente dita e a generalidade formal (Idem.).

---

<sup>53</sup> Se compararmos NB 1.5.15a com trechos de POP (Cf. POP, Cap. VII) a similaridade será ainda mais evidente. Mantenho na tabela um trecho de OKEW em função do argumento.

O lógico universalista, como Russell, quer ao mesmo tempo manter que a lógica fornece uma estrutura para todo o pensamento e que as proposições da lógica são verdades universais. Essas duas posições geram uma tensão que não é percebida por ele: na concepção universalista as inferências devem ser baseadas em leis objetivas da verdade, e desse modo a ciência da lógica seria um “sistema de verdades completamente gerais e objetivas que estabelecem nossa prática de inferências” (McGinn, 2006, p. 55); essa concepção, porém, ao tomar as proposições da lógica como verdades objetivas, obscurece o fato de que elas não dizem nada sobre o mundo, a principal consequência de seu caráter a priori.

Wittgenstein está atento a essa tensão e a soluciona ao manter somente a visão estrutural da lógica (Cf. Ricketts, 1996; McGinn, 2006, p. 54-60). Tal solução é bem ilustrada no contraste entre as duas citações que compõem a dupla *a*. Perceba que  $\text{OKEW}_a$  é também a proposição que Russell apresenta como a forma da inferência (OKEW, p. 35, tradução minha): “Se algo tem certa propriedade, e o que quer que tenha essa propriedade tenha outra certa propriedade, então o algo em questão tem essa outra propriedade”, que poderia ser formalizada como  $((x) . \varphi x \supset \psi x) . \varphi a \supset \psi a$ . Essa proposição é, para Russell, uma proposição absolutamente geral, que se aplica a todas as coisas e todas as propriedades; e configura uma proposição da lógica. Já para Wittgenstein, esse é somente um exemplo de uma tautologia. Sua generalidade só *mostra* que  $\psi a$  se segue de  $(x) . \varphi x \supset \psi x$  e  $\varphi a$ . Isto é: mostra uma propriedade formal entre proposições. Uma proposição geral como as que encontramos na lógica (i) não é uma verdade que diz algo de todas as proposições, e, (ii) apenas mostra como as proposições se relacionam em uma inferência.

Posso expressar (i) de modo ainda mais radical, e ainda correto, dizendo que “Uma proposição geral como as que encontramos na lógica não diz nada sobre coisa ou proposição nenhuma” (TLP 5.43). Ou seja, posso dizer que uma proposição da lógica não é uma proposição no sentido usual do termo. A razão disso é que todas as ditas “proposições completamente generalizadas” podem ser formadas a partir do momento em que obtemos uma linguagem — pois são formadas somente a partir de propriedades lógicas (NB 14.10.14). Não há nessas proposições uma correlação de seus elementos com os objetos do mundo. A consequência disso é que não pode haver uma ciência de proposições completamente generalizadas, i.e., uma ciência da lógica. A ideia de Russell de que as proposições da lógica falam de todo objeto, e desse modo distinguem-se das proposições das ciências específicas, não pode ser mantida.

As proposições da lógica (e logo, da filosofia) para Russell, como mostrei, devem ser de generalidade máxima e apriorísticas. Um primeiro modo de mostrar porque isso resultará em um problema parte de admitirmos que há sim um critério de sentido no TLP, ao contrário de Conant e Diamond (2004) que admitem que não há um critério geral para o sentido no TLP. Cito Diamond:

Any such sign can be used with a sense (see Tr. 4.5), used so that it stands in logical relations to other constructions of signs to which sense has been given. If one or more of its constituents has been given no meaning in the particular context, the sentence will be nonsense. This account explains what is meant by “setting limits to the expression of thoughts”. Wittgenstein does not try to demarcate such a limit by specifying kinds of sentence which are meaningless because of the kind of sentence they are. There is in the Tractatus no “demarcation” of sense in that sense. A sentence that is meaningless is not any special kind of sentence; it is a symbol which has the general form of a proposition, and which fails to have a sense simply because we have not given it any. (Diamond, 2000, p. 151)

Diamond diz que uma sentença sem sentido é meramente um símbolo que tem a forma geral da proposição e que só não tem sentido porque não lhe atribuímos nenhum. Se toda proposição com sentido deriva da forma geral (TLP 4.5; 5.3), como é possível que uma proposição poderia em um momento não derivar (quando não fomos capazes de atribuir sentido a ela) e em outro momento passar a derivar (quando lhe atribuímos sentido)? Por mais que manter a ideia de que Wittgenstein apresenta um critério de sentido envolve um risco de amarelar <*chickening out*>, isso não pode estar correto.

Um primeiro possível critério de sentido é a bipolaridade, de modo que uma proposição que possua um sentido, que deve poder ser afirmado ou negado, será uma função de verdade que permite dois polos, o verdadeiro e o falso. Porém, ela não deve ser tomada como um princípio *sui generis* (Cf. Engelmann, 2021, p. 52-55; McGinn, 2006, p. 245). Proposições são bipolares pois são funções de verdade construídas a partir da proposição elementar (TLP 4.4). Ser uma proposição com sentido é ser uma função de verdade. Ser uma proposição com sentido é também ser uma figuração. Uma figuração é um modelo da realidade. Um modelo da realidade é o que comparamos com a realidade, e logo, tais modelos são intrinsecamente verdadeiros ou falsos (TLP 2.201-2.225). Dessa forma, a bipolaridade enquanto critério de sentido será um critério formal, i.e., não há no TLP uma teoria que apresente uma definição do critério de sentido como sendo a bipolaridade; há uma pressuposição do que são proposições, e a bipolaridade será o critério de sentido por uma consequência direta do que são proposições.

A pressuposição do que são proposições, i.e, figurações da realidade, também não virá através de uma teoria sobre a linguagem, mas sim enquanto consequência de um aspecto formal e notacional. Deve-se ter em mente que, como aponta Kuusela (2008, p. 60), a teoria da figuração nada mais é que a delimitação de uma conceitografia. Essa delimitação é consequência da exigência presente no TLP de que a análise lógica deve tomar proposições como funções de verdades da proposição elementar (TLP 5). A construção de uma função de verdade se inicia a partir da proposição elementar. Na proposição elementar um nome simboliza, substitui *<go proxy>*, um objeto. É importante ter em mente que “ser um objeto” é um conceito formal (TLP 4.1271; 4.1272)<sup>54</sup>, me dedico a tratar disso em 3.2. Nomes simbolizam objetos através de uma regra de projeção, e através das formas um nome se relaciona com um outro, formando o que Russell chama de proposição molecular.

Os conectivos lógicos que aparecem nas tabelas de verdade não poderão ser entidades, nomes de entidades ou relações, como Russell chegou a considerar<sup>55</sup> (Cf. seção 2.2). A tabela de verdade da implicação  $\supset$ , por exemplo, nos mostra como a projeção de “p” e de “q” na realidade se relaciona com a projeção de “ $p \supset q$ ”. “Nós estipulamos como ‘ $p \supset q$ ’ deve ser comparado com a realidade em termos das comparações de ‘p’ e de ‘q’ na realidade”, como diz Ricketts (2002, p. 237, tradução minha). É próprio de tais conectivos que eles sejam iteráveis. A iteração dos conectivos é capaz de gerar qualquer função de verdade - no TLP, a demonstração disso é feita através da aplicação sucessiva da operação N (TLP 5.5; 5.501; 5.502). A introdução das tabelas de verdade em TLP 5.101 nos mostra um esquema perspicuo das possíveis funções de verdades, e nelas vemos dois casos limítrofes, as tautologias e as contradições. Explico isso a seguir.

Tautologias não determinam a realidade de maneira alguma, pois não causam restrição nenhuma nos fatos; elas deixam “à realidade todo o - infinito - espaço lógico” (TLP 4.463). Cito McGinn:

It is not that Wittgenstein is forced into calling the propositions of logic because they fail his criterion for being a proposition (true-false poles). Is rather that in making the

---

<sup>54</sup> Ramsey (Apud Levine, 2018, p 322) diz que Wittgenstein inclusive toma “ser dado na experiência” como um conceito formal.

<sup>55</sup> Russell trata a quantificação de predicados como a de nomes próprios, por isso faz sentido para ele tratar conectivos lógicos como sentenças relacionais (Cf. Ricketts, 2013, p. 126)

senselessness of tautologies perspicuous, Wittgenstein has succeeded in clarifying the unique status of the propositions of logic. (McGinn, 2006, p. 246)

Wittgenstein afirma em TLP 6.1: “as proposições da lógica são tautologias”, que permite a afirmação que “todas as proposições da lógica, porém, dizem o mesmo. A saber, nada” (TLP 5.43). As proposições da lógica, tautologias, não derivam de nenhuma estrutura no mundo, elas resultam inteiramente das propriedades lógicas dos símbolos (Ishiguro, 1990, p. 32). Desse modo, a generalidade da lógica não tem relação com a verdade geral; mas sim com a forma geral da proposição (que será dada em TLP 6). Vê-se que as proposições que para Russell devem ser o resultado da filosofia por possuírem generalidade máxima e por serem apriorísticas, de modo a coincidir com as proposições da lógica, não possuem conteúdo algum, e logo, para Wittgenstein, não dizem nada.

Em TLP 6 Wittgenstein apresenta a forma geral da proposição:  $[p, \xi, N(\xi)]$ . A forma geral da proposição será equivalente a uma regra para a construção de todas as proposições (McGinn, 2006, p. 59). Desse modo, a generalidade é essencialmente conectada com a forma elementar (NB 20.1.15). Ela é a forma mais geral para a construção de funções de verdade a partir de sentenças elementares (Ricketts, 2013, p. 140). Ela é alcançada ao se expurgar o arbitrário da lógica transformando todos os sinais cujo significado foi arbitrariamente determinado em variáveis. Desse modo, resta a forma lógica, um protótipo lógico de figuração (TLP 3.315). A generalidade formal será a generalidade do protótipo lógico, e é ela que fornece a forma da figuração (TLP 3.315; 4.014; 4.12).

Em outros termos, a forma geral nos dará uma forma que permite que comparemos proposições com a realidade. Tal comparação de proposições com a realidade faz com elas sejam figurações, e faz com que elas possam ser verdadeiras ou falsas (Engelmann, 2021, p. 56). As regras do protótipo lógico ao mesmo tempo que estruturam a projeção das sentenças, também restringem projeções (Engelmann, 2021, p. 44). Desse modo, o que não está de acordo com tais restrições não configuram projeção alguma (Idem.), e não poderão passar a ser através de um ato de significação, como crê Diamond.

Em (ii) eu disse que as proposições da lógica apenas mostram como as proposições se relacionam em uma inferência. Dito isso, não há sentido em dizer que as leis lógicas são leis que prescrevem como deve ser o pensamento lógico, visto que não há a possibilidade do pensamento ilógico (TLP 3.03) A lógica toma conta de si. Tudo que devemos fazer é olhar e

ver (NB 13.10.14; TLP 5.473). É justamente por levar a sério a visão estrutural da lógica que Wittgenstein diz que tudo está em perfeita ordem na linguagem ordinária (TLP 5.5563). Na visão estrutural a lógica passa a se preocupar com o que é essencial para a proposição expressar seu sentido, com o fato de a proposição ser um símbolo que pode ser comparado com a realidade em vista de se determinar a sua verdade ou falsidade (McGinn, 2006, p. 59).

Entretanto, deve-se frisar que apesar da concepção universalista, Russell também toma a lógica enquanto estrutural. Porém, junto a isso, ele crê na possibilidade de uma “ciência da lógica”, que se distinguiria das outras ciências por sua máxima generalidade. Por ser de máxima generalidade, essa ciência da lógica seria capaz de fornecer fundamento lógico para o nosso conhecimento - com isso ela teria um aspecto normativo. Ao tentar explicar a aplicação da lógica apelando para sua verdade objetiva, a concepção universalista falha em tornar perspicuo o status a priori das proposições da lógica (McGinn, 2009, 68-9). Wittgenstein, por outro lado, vê que todo fundamento lógico necessário já está implícito na linguagem ordinária. Ao investigar os fatos no mundo, já possuímos uma linguagem que tem sua lógica interna; nenhum fato descoberto no mundo de modo algum seria capaz de alterar a estrutura lógica de nossa linguagem (Ishiguro, 1990, p. 22).

Com isso em mente, Kuusela (2014, p. 600) diz que, para Wittgenstein, a tarefa da lógica é a descrição. Porém, isso não pode ser assim. A lógica não é descritiva nem prescritiva na medida em que tais características são propriedades de proposições. Poder-se-ia dizer que a lógica é descritiva, pois ela mostra, do mesmo modo em que se pode dizer que um quadro é descritivo. Contudo, isso me parece um uso frouxo de descritivo; melhor seria dizer que ela é representativa. Ela nunca será descritiva como uma ciência específica. Suas proposições, aliás, suas tautologias, mostram, não descrevem.

Busquei especificar como Wittgenstein e Russell tomam a generalidade lógica de modo totalmente distintos. Retomo: a generalidade lógica é a generalidade estrutural. É a generalidade do protótipo lógico, e será ela que dá a forma da figuração (TLP 3.315; 4.014). Essa forma, porém, não pode ser representada pela proposição (TLP 4.12; 4.121). Wittgenstein admite a possibilidade de proposições completamente generalizadas (TLP 5.526). Essa é a generalidade que não é própria das proposições da lógica (TLP 6.1231). Essa é a generalidade propriamente dita. Tais proposições gerais serão assim por acidente. Elas falarão do mundo (NB 17.10.14), mas não da estrutura do mundo (NB 18.10.14). Rememoro que, por serem acidentais, elas não

irão satisfazer os critérios de Russell para serem proposições da lógica e da filosofia (Cf. Seção 1.3). Assim, as verdades de máxima generalidade de fato não dizem nada sobre algo particular, mas não possuirão o status de proposições da lógica. Não são a priori e a generalidade delas é uma generalidade accidental (McGinn, 2006, p. 63), elas são, portanto, uma proposição material (NB 22.10.14).

No seguinte aforismo, temos uma coincidência do TLP com um dos aspectos que ressaltai do método de Russell: a necessidade do conhecimento se fundar nas propriedades internas:

Para conhecer um objeto, na verdade não preciso conhecer suas propriedades externas — mas preciso conhecer todas as suas propriedades internas (TLP 2.01231)

Porém o conflito surge quando, partindo do fato de que precisamos conhecer as propriedades internas, nós assumimos, junto de Russell, que é necessário que proposições filosóficas tratem dessas propriedades internas. As seguintes proposições do TLP mostram que isso não pode ser dessa forma:

4.122 Podemos, em certo sentido, falar de propriedades formais dos objetos e estados de coisas, ou seja, de propriedades da estrutura dos fatos e, no mesmo sentido, de relações formais e relações entre estruturas.

(Em vez de propriedades de estrutura, digo também “propriedade interna”; em vez de relação entre estruturas, “relação interna”. Introduzo essas expressões para mostrar o que funda a confusão muito difundida no meio dos filósofos entre as relações internas e as relações propriamente ditas (externas)).

A presença de tais propriedades e relações internas não pode, todavia, ser asserida por proposições; mostra-se, sim, nas proposições que representam aqueles estados de coisas e tratam daqueles objetos.

Mesmo sendo a fonte central de nosso conhecimento acerca dos objetos, as propriedades internas não podem ser assunto das proposições. O conhecimento acerca de propriedades internas equivale ao conhecimento acerca de necessidades (TLP 4.123), tais necessidades são, como consequência de seu caráter necessário, generalidade formais. Não se pode dizer as propriedades internas de um objeto pois o próprio objeto é impensável sem tais propriedades, de forma que as dizer não seria nada mais do que um mero truísmo, uma tautologia que não diz nada de fato. O que de fato podemos fazer é mostrar as propriedades internas. A crença de que é possível falar sobre esses objetos permite a ilusão de que a dúvida cética é uma posição legítima, enquanto ela não passa de um contrassenso.



### 3.2 *b e c*: O nonsense da dúvida cética e o que pode ser dito

Como mencionei na seção anterior, Diamond (2014) elenca as perguntas que NB 1.5.15*b* levanta, e põe como um requisito para uma boa leitura do TLP que ela seja capaz de responder tais perguntas:

[1] *Why* are the questions the skeptic tries to raise supposed to be non-questions? [2] Why is the skeptic described as trying to raise doubts where no questions can be asked? Wittgenstein's answer to that is that there can be question only where an answer exists, and an answer only where something can be said. [3] But *why* can't it be said that the answer to the question, for example, whether physical objects [...] exists independently of experience is "No, they do not?" [4] Why would that not be something that can be said? [...] [5] Why would that not be an answer? [...] [6] If skepticism is supposed to be obviously nonsensical in trying to raise doubts where no questions can be asked, where is the obviousness? [7] Why does Wittgenstein think that the questions and answers here attempts to say something where there is no saying anything? (Diamond, 2014, p. 145-6)

Diamond (2014) fornece uma leitura que busca responder tais perguntas tendo como ponto de partida a distinção no modo em que Russell e Wittgenstein veem a ciência, e como Wittgenstein leva em consideração o uso de uma proposição. Ela afirma que o método filosófico de Wittgenstein permite descrever a maneira como uma proposição é usada. Cito:

Wittgenstein's philosophical method allows, as a response, a description of the way one is using an expression or a proposition or proposition-like construction. If there is a justification for thinking that the skeptic or the realist owe us a story about the use of his statements, the justification lies in the suspicion that he wants his statements to resemble in their capacity to speak about the world those of physics, but does not want that *fully*, in that he does not want his statements to speak about the world *through* their application to propositions about things we can observe. (Diamond, 2014, 168)

De acordo com Diamond, o ceticismo tenta fazer uma pergunta onde não pode haver uma, porque as afirmações científicas não possuem o mesmo estatuto das afirmações ordinárias — diferentemente das proposições ordinárias, as proposições da ciência só falam do mundo a partir de suas aplicações. Ela diz que o cético pretende que suas afirmações falem, de alguma maneira, do mundo da física, mas sem com que seja através de suas aplicações. Esse não pode ser o modo com que Wittgenstein toma as afirmações céticas. Se o cético pretende falar do mundo da física, então o ceticismo estaria colocando uma dúvida onde pode haver algo que possa ser dito (TLP 6.53), que contradiz o que Wittgenstein está dizendo em NB 1.5.15*b*. Logo,

sua leitura falharia em responder à pergunta [2], “Por que o cético é descrito como tentando levantar uma dúvida onde nenhuma questão pode ser feita?”<sup>56</sup>

Diamond, corretamente, vê que Wittgenstein está respondendo ao modo como Russell toma o ceticismo (Diamond, 2014, p. 147). Ela define o modo como Russell toma o ceticismo do seguinte modo:

When Russell says that skepticism is irrefutable, he is thinking of it on the model of a hypothesis considered within the sciences and as an alternative to other philosophical hypotheses about experience and what lies beyond it. (Diamond, p. 152)

No entanto, Russell não parece tomar o ceticismo como uma hipótese dentro das ciências. Em *OKEWc*, quando é dito que duvidar do *hard data* seria patológico, essa patologia é o ceticismo universal (Cf. *OKEW*, p. 56). O ceticismo que seria irrefutável, de acordo com Russell, é aquele que duvida do *hard data*; i.e., dos *sense-data* e das verdades gerais da lógica. Essa dúvida, claro, impediria nosso acesso também aos objetos da física; mas deve-se ter em mente que os objetos do mundo da física são distintos dos objetos do mundo do *hard data* (Cf. *RSDP*, p. 135-8).

Como mencionei ao final de **3.1**, o contrassenso da dúvida cética está relacionado com a tentativa de se falar de propriedades estruturais das coisas. O ceticismo tenta pôr a realidade em dúvida. Duvidar da realidade é duvidar da lógica (me delongo sobre isso mais adiante), mas como mencionado em **3.1**, as proposições da lógica não dizem nada, não há o que se duvidar sobre elas. O ceticismo universal busca duvidar de nosso acesso aos objetos (antes mesmo de serem construídos ou inferidos enquanto objetos da física), mas ser um objeto é um conceito formal (TLP 4.1272). O mundo que o ceticismo tenta pôr em dúvida é um mundo logicamente anterior ao mundo da física. Não há, porém, como afirmar ou negar a existência de tal mundo através de alguma proposição com sentido (Engelmann, 2021, p. 65).

Diamond (2014, p. 162) apela para o que ela sugere que seja a “filosofia das coisas” de Wittgenstein. Ela relaciona tal filosofia com os dizeres de Wittgenstein de que nos é contado algo sobre o mundo através da maneira que podemos descrever o mundo usando um sistema particular de leis físicas (TLP 6.342). Mas Wittgenstein não está dizendo que o único modo em que algo sobre o mundo nos é contado deve ser dessa forma. Toda proposição com sentido nos conta sobre o mundo (NB 16.5.15).

---

<sup>56</sup> Também me parece difícil dizer que a leitura de Diamond responde à pergunta [6]. Saber que as proposições da ciência falam do mundo somente através de suas aplicações não é algo imediatamente óbvio. O óbvio deve estar, em alguma medida, ligado ao ordinário.

Para esclarecer isso, me dedico mais em algo que mencionei *en passant* em 3.1: Uma figuração é um modelo da realidade. Enquanto para Russell o modo de responder tal ceticismo será, primeiramente, aplicando o método de dúvida cartesiano, para em seguida assumir (por razões mais práticas do que lógicas) os *sense-data* e as verdades da lógica como parte dos *hard data*, e parte dele para uma construção lógica do mundo, tomando tal construção como uma instanciação da máxima de Occam. Contra Russell, porém, a proposição com sentido, a figuração da realidade, já constrói o mundo com a ajuda de uma armação lógica (TLP 4.023). Em outras palavras, a tarefa que Russell toma para si, de fazer uma construção lógica do mundo, ocorre trivialmente através da posse e do uso da linguagem. Para Wittgenstein já temos um modelo do mundo quando fazemos uma figuração, através de uma proposição. A proposição com sentido, a figuração, já dá conta de uma construção do mundo.

A questão é que a forma exterior (a da linguagem ordinária) foi constituída segundo fins inteiramente diferentes de tornar reconhecível a forma do corpo (TLP 4.002). O cético falha em perceber isso. O ceticismo provém da má compreensão da lógica da nossa linguagem; não podemos de modo algum responder às questões dessa espécie (4.003). Ele é uma questão que não pode ser respondida assim como qualquer espécie de questão contrassensual não pode ser respondida (TLP 4.003). Uma questão que não pode ser respondida, isto é, que pergunta onde não pode haver resposta, não é de fato uma questão (NB 1.5.15c). O cético tenta duvidar da existência das coisas. A proposição verdadeira mostra como estão as coisas e diz que estão assim (TLP 4.022), desse modo, pode-se somente duvidar que elas estejam de determinado modo. A tentativa de duvidar da existência do mundo e das coisas, é uma tentativa de sair da lógica, de sair de dentro da armação do mundo representada pelas proposições lógicas. Não há, porém, como sair; em outros termos, não há o que duvidar sobre o *hard* (TLP 3.03).

A proposição é uma figuração da realidade (TLP 4.01). A figuração da realidade nos dá o mundo. Isso é desse modo porque as proposições lógicas representam a armação do mundo (TLP 6.124; NB 12.9.16). Por ser representada pela lógica, não há como pô-la em dúvida. Dúvida pressupõe que algo seja dito. A essência da realidade, porém, é uma forma vazia. Nosso mundo não influencia nada na lógica. Não é a essência das coisas no mundo que configura a lógica, é a forma lógica da proposição que dá a essência do mundo (Ishiguro, 1990, p. 22). Não há objetos lógicos dos quais tratam as proposições da lógica (TLP 6.124).

Como, diferentemente de Russell, Wittgenstein não crê em um domínio universal em que as variáveis possam ser instanciadas, um objeto precisa que lhe seja especificado um

domínio para ser instanciado. Isto é, não há como individuar um objeto fora de um domínio (Ishiguro, 1990, p. 28). O único modo de falar sobre a existência dos objetos é através do simbolismo. Cito Engelmann:

Thus, what one must realize about the so-called ‘ontology’ of the *Tractatus* is that the minimal symbolism itself shows it by means of its variables, which allow any form known *a priori* for *whatever* facts. [...] The minimal ontology could be expressed by “something exists,” (Engelmann, 2021, p. 36-37)

Quando Russell coloca o seu *soft data* a ser analisado pela dúvida cética cartesiana, ele toma para si o papel do cético. E a resposta que ele encontra para sua própria indagação será uma busca por reconstruir, a partir do que restou, o conteúdo vago que foi dissolvido pela dúvida. Essa reconstrução é o que irá atribuir sentido à proposição vaga; e a navalha de Occam irá ditar qual caminho devemos optar ao atribuir sentido à proposição: o que nos compromete somente com entidades indubitáveis - tais entidades serão os objetos últimos.

A resposta de Wittgenstein para uma indagação cética será bastante distinta. É claro para Wittgenstein, de antemão, o que ele quer dizer através de uma proposição vaga (NB 22.6.15). Se o cético busca fazer com que ele negue isso, sua resposta será bem menos complacente em comparação com a de Russell:

If someone were to drive me into a corner in this way in order to shew that I did not know what I meant, I should say: “I *know* what i mean; I mean just *THIS*”, pointing to the appropriate complex with my finger. And this complex I do actually have the two objects in a relation. — But all that this *really* means is: The fact can *SOMEHOW* be portrayed by means of this form too. (NB 22.6.15)

O “*THIS*” de Wittgenstein não irá apontar para um objeto, i.e., não será um nome logicamente próprio. Ele aponta para um complexo, para objetos em uma relação. Para algo que tem a forma proposicional geral: as coisas estão assim (TLP 4.5).

Wittgenstein, porém, não está defendendo o senso comum como Moore (1925) fará. Ele está dizendo que “o que vacila são nossas determinações, não o mundo” (NB 17.6.15). Wittgenstein também não está negando que uma proposição ordinária seja de fato vaga, mas crê que essa vagueza pode ser justificada e que lhe é claro o que ele quer dizer com uma proposição vaga (NB 22.6.15) — isto é, que tal proposição é, independente da análise, uma figuração completa (NB 16.6.15). O modo de justificá-la será através de seu método. Dou maior atenção a tal resposta em **3.4**.

Com isso, deve-se ter claro que em 6.53 e em 7 Wittgenstein não está advogando uma posição que desdenha da capacidade comunicativa da linguagem ordinária e que crê que a

ciência é a provedora última de qualquer resposta. Proposições da ciência natural surgem como alternativas quando se quer dizer algo de metafísico (TLP 6.53). A filosofia, como Russell pretende, quer falar do mundo através de proposições completamente gerais; mas a alternativa que há para ela são as proposições da ciência.

Os princípios da ciência, que não dizem nada se não são aplicados, apenas manifestam a possibilidade de ocorrer proposições com a forma de uma lei específica. As proposições da ciência dizem sobre o mundo quando são fornecidas suas aplicações (NB 20.6.15). Desse modo, a “construção” do mundo pela mecânica newtoniana é um processo distinto da construção que o protótipo lógico fornece. Ela provê as pedras para a construção; dita com quais pedras o “edifício” deve ser construído, e restringe a construção a somente tais pedras (TLP 6.341). Sendo assim, as proposições da ciência não são uma alternativa às proposições da linguagem ordinária. Elas não são mais valiosas do que as proposições da linguagem ordinária (TLP 6.4). Contrassensos não partem da linguagem ordinária, mas sim da má compreensão de sua lógica. Contrassensos estão intimamente relacionados à filosofia: há um desencaixe entre as proposições da filosofia e a lógica da linguagem. As perguntas filosóficas partem da má compreensão da lógica da linguagem.

### 3.3 d: Filosofia que deve desaparecer

Em OKEWd Russell está dizendo que devemos assumir o *hard data* caso tenhamos a pretensão de filosofar. Dizendo isso ele está dizendo “é assim que deve ser, caso contrário não poderíamos filosofar” sobre uma série de coisas: devemos assumir objetos platônicos, devemos crer em uma espécie de experiência lógica, devemos tomar os *sense-data* como nomes logicamente próprios, etc., caso contrário não poderíamos filosofar. Por que isso é um problema?

Como mencionado em 3.1, as proposições da lógica são completamente formais, e somente mostram como proposições se relacionam em uma inferência. Se essas são também as proposições da filosofia, a filosofia propriamente dita será similar a uma conceitografia. A

análise lógica será o *device*<sup>57</sup> próprio da filosofia, porém, para que seja feita corretamente, ela deve seguir as restrições corretas.

O fato da lógica ditar a estrutura de toda proposição possível causa consequências no critério de adequação de uma conceitografia e, logo, no que dita a análise correta. Uma conceitografia deve ter como componente lógico de sua gramática o que toda linguagem tem (Diamond, 1991b, p. 126). Uma conceitografia errada tem características estruturais que divergem de sua própria estrutura interna (Ibid., p. 127). A ideia de Russell de que uma análise melhor é aquela que melhor exprime a forma lógica dos fatos dá um critério externo para a adequação lógica. Uma visão da lógica que faz com que ela tenha que se adequar a algum critério externo não pode estar correta, já que a lógica é interna e estruturante de qualquer proposição que expresse um fato, e logo, anterior a qualquer critério externo que se possa supor. Um *deve ser assim* busca justamente eleger algum critério externo.

Desse modo, 1.5.15d também contribui para mostrar que, contra a interpretação tradicional, Wittgenstein não pode ter uma teoria de nomes como a de Russell – em que o significado de um nome pode ser garantido independentemente do seu uso em proposições através de um método que conecta um nome a um objeto (Ishiguro, 2006, p. 20). Isso será essencial para a leitura que proponho de 1.5.15e, na seguinte seção.

É interessante também notar que o próprio Wittgenstein não escapa de fornecer uma filosofia que dita um “deve ser”. A ideia de que as proposições elementares devem ser logicamente independentes inseriu na conceitografia do TLP um critério de adequação distinto da lógica interna da linguagem. Tal interpretação é corroborada pela reforma de Wittgenstein à filosofia do TLP em 1929: A correção de Wittgenstein que seria feita à notação do TLP em SRLF buscava justamente se livrar desse *deve ser* que levou o TLP ao erro.

---

<sup>57</sup> Uso *device* para não gerar maiores confusões com a palavra método. Por exemplo, que a análise é o *device* da filosofia é algo que Wittgenstein concordaria com Russell, mas isso não pode implicar que Wittgenstein esteja de acordo com o método de Russell.

### 3.4 e: A diferença entre os métodos

Diamond resume da seguinte maneira sua interpretação de 1.5.15e:

The ‘soft’ is made to appear subject to doubt because the use of law-language, its kind of relation to the world, is misunderstood. To see the hardness of the soft is to see the use of supposedly ‘soft’ statements or beliefs, to see how propositions with the type of use of the laws of mechanics (including derivative laws) speak about the world through their application. (Diamond, 2014, 165)

Se fosse desse modo, me parece que Wittgenstein poderia ter dito algo como “*My method is to see that the soft ain’t soft at all*”. Porém, o maior problema de tal leitura é que ela restringe o comentário de Wittgenstein, que é sobre o próprio método, a um comentário sobre o método que ele lida com a maneira que as proposições da mecânica se relacionam com o mundo.

Diamond não parece encontrar um meio de fornecer uma leitura para NB 1.5.15e que ao mesmo tempo diga sobre o método filosófico de Wittgenstein em sentido estrito e que seja consistente com ideia de *frame*; e por tal razão ela limita NB 1.5.15e para a relação entre Wittgenstein e as proposições da ciência. Retomo o que é tomado como Connant e Diamond como as observações metodológicas presentes no TLP:

6.53 O método correto de filosofia seria propriamente este: nada dizer senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural — ou seja, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais a suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório — não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas *esse* seria o único rigorosamente correto.

6.54 Minhas proposições elucidam desta maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas — por elas — para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela).

Uma leitura atenta deve ser capaz de perceber que Wittgenstein não está falando sobre seu próprio método em 6.53 ou em e 6.54. Em 6.54 Wittgenstein está somente dizendo de que maneira suas proposições elucidam. E em 6.53 ele se limita a dizer que o método correto da filosofia *seria* dizer somente proposições da ciência natural e mostrar ao metafísico que ele não conferiu significado a certos sinais de suas proposições. Ao dizer “*Seria*” <*wäre*> Wittgenstein nos mostra que esse não é de fato o método estritamente correto. Uma razão de que esse *seria* — porém não *é* — o método correto da filosofia é que, dizendo proposições da ciência, a filosofia faria o papel de uma teoria e não uma atividade, contrariando a afirmação em 4.112 de

que ela é uma atividade e de que seu fim é o esclarecimento lógico dos pensamentos. Por outro lado, o método de *ver a hardness do soft* estaria de acordo com TLP 4.112<sup>58</sup>.

Por essas razões, a melhor indicação que Wittgenstein faz de seu método está, junto da única ocorrência de “meu método” (Engelmann, 2018b, p. 606), em TLP 4.1121<sup>59</sup>:

4.1121 A psicologia não é mais aparentada com a filosofia que qualquer outra ciência natural.

A teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia.

Meu estudo da linguagem por sinais não corresponderia ao estudo dos processos do pensar, estudo que os filósofos sustentaram ser tão essencial para a filosofia da lógica? No mais das vezes eles só se emaranharam em investigações psicológicas irrelevantes, e um perigo análogo existe também no caso do *meu método*. (*grifo meu*)

Então, como o método indicado em TLP (o estudo da linguagem por sinais), coincide com o método indicado nos NB? Essa coincidência está ligada primeiramente ao fato de que, ao dizer algo sobre um objeto, já mostro a sua forma lógica. E, secundamente, ao fato de que todas as proposições da nossa linguagem ordinária estão em perfeita ordem:

5.5563 De fato, todas as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem. O que há de mais simples, que nos cumpre aqui especificar, não é um símile da verdade, mas a própria verdade plena.

(Nossos problemas não são abstratos, mas talvez os mais concretos que existam).

De forma que, se o método do *Tractatus* é o estudo da linguagem por sinais, isto é, do simbolismo lógico, e a linguagem ordinária está logicamente em perfeita ordem, esse estudo da linguagem de sinais resulta em ver o que está garantindo a ordem da linguagem ordinária. No prefácio Wittgenstein fala que filósofos não compreendem "a lógica da nossa linguagem". A nossa linguagem é composta de “proposições” que operam de maneira muito distintas umas das outras. Uso “proposições” entre aspas porque por vezes algumas nem sequer são proposições - podem muito bem ser formas de proposições, como as leis da ciência (TLP 6.32), ou cálculos e equações, como na matemática (TLP 6.2). As proposições da lógica, por sua vez, comportam-se de uma maneira ainda mais específica, como procurei esclarecer em **3.1**.

Assim, a linguagem ordinária, o *soft*, possui ela mesma uma firmeza <*hardness*> que garante a sua estrutura e seu entendimento. Essa firmeza é a lógica, que já estrutura toda a nossa

<sup>58</sup> Wittgenstein chega até mesmo a se indagar se *ver* é uma atividade (NB 29.7.16).

<sup>59</sup> Como antes mencionado (cf. nota 10), Diamond, seguindo a ideia de *frame*, não pode apelar para as observações metodológicas em 4n (Hacker, 2000, p. 369-70).



linguagem e o seu potencial de projetar os fatos do mundo. O método do *Tractatus* é então, por transitividade, ver e apontar a lógica que está por trás da linguagem ordinária, e isso é o que faz dele uma atividade de elucidação. Russell, em contraposição, ao buscar “purificar” a linguagem, dar fundamento, e oferecer construções para os símbolos incompletos através de um método que se esforça em dizer algo, revela uma pretensão de separar a firmeza que já está presente naquilo é mole. Cito Engelmann:

Wittgenstein’s symbolism “in which everything is all right” (TLP: 4.1213) presents the essence of language, the “hard,” in its formal unity, as “the logic of our language” (TLP: preface) (Engelmann, 2021, p. 42):

Porém, parece-me que o melhor modo de colocar isso seria dizer que a lógica não pode nunca ser tomada como um *hard*, pois é justamente isso que a separa de seu caráter estrutural. Isso permite que seja crível que alguém possa duvidar da lógica. Ela deve ser tomada como *hardness* (um atributo, qualidade, propriedade), que não pode ser encontrado independentemente de um portador de tal qualidade, independentemente do *soft*. O *hard* só pode ser visto ao olharmos para o *soft*. O suposto *hard data* são propriedades internas que não podem ser asseridas por proposições (TLP 4.122).

Engelmann (2021, p. 22) diz que as descrições definidas russellianas garantem que a lei do terceiro excluído se mantenha em vigor na linguagem enquanto estamos comprometidos com a análise. Isso é uma instância de separação do *hard* do *soft*. Wittgenstein, em distinção a Russell, toma a análise de descrições definidas como uma garantia de que a lógica de nossa linguagem ordinária não seja perturbada por uma análise enganosa (Engelmann, 2021, p. 28). Ela nos ajuda a ver o que é dito em TLP 5.5563. Isso é um exemplo também de como um mesmo *device* de análise ganha diferentes funções de acordo com as restrições que estabelecemos sobre ele. Se, como mencionei no primeiro capítulo, são as restrições postas sob a análise que definem que método ela será (Cf. Hylton, 2005), pode-se dizer que as restrições russellianas separam enquanto as wittgensteinianas vêm.

Podemos ver com mais clareza a distinção entre o método de Wittgenstein e o de Russell, quando Wittgenstein se envolve em uma extensa discussão (que também mencionei em 3.2) acerca de objetos simples e complexos, em que vai de NB 13.5.15 até NB 24.5.15. É preciso cautela pois em tais passagens Wittgenstein parece lidar com uma tensão<sup>60</sup> entre duas

---

<sup>60</sup> McGinn (2007) fornece mais detalhes da tensão em que Wittgenstein se encontra nesse grupo de anotações.

distintas concepções acerca da relação dos objetos simples com os nomes que os significam; uma essencialmente russelliana, em que o significado de um nome pode ser garantido independentemente do seu uso em proposições (Ishiguro, 2006, p. 20), e outra, menos realista, em que a identidade do objeto referido é estabelecida somente através do uso de um nome em proposições (Idem). Apesar dessa tensão, acredito que já parece haver maiores indícios que Wittgenstein está mais inclinado para a segunda concepção, concepção que será plenamente assumida no TLP (TLP 3.3; 4.23). Essa inclinação é justamente uma consequência de utilizar um método que vê que a linguagem ordinária já está em perfeita ordem lógica, e que busca justificar a vagueza das sentenças ordinárias (NB 22.6.15).

Mostrei que para Russell as proposições da física são construções lógicas; símbolos incompletos. O construcionismo de Russell busca a resolução dos símbolos incompletos. Wittgenstein dirá contra Russell:

Every proposition that has a sense has a COMPLETE sense, and it is a picture of reality in such a way that what is not yet said in it simply cannot belong to its sense.[...]

[...] If a proposition tells us something, then it must be a picture of reality just as it is, and a complete picture at that. - There will, of course, also be something that it does not say - but what it does say it says completely and it must be susceptible of sharp definition. (NB 16.6.15)

Além disso, o construcionismo buscará executar tal resolução a partir daqueles que seriam os símbolos completos, os objetos simples. Os objetos simples são, para Russell, um *sense data*. Isso fornece um critério epistêmico para a lógica, que deve cuidar de si mesma. Isso significa que a demanda pelo objeto simples não pode ser uma demanda que surge quando buscamos justificar nosso acesso ao mundo exterior visando responder o cético, como Russell crê. A demanda pelo objeto simples é uma demanda formal, ela diz respeito sobre o que é essencial em um simbolismo (McGinn, 2007, p. 209). Objetos simples devem ser *possíveis* para que tenhamos sentido definido (NB 18.6.15; TLP 3.23). Porém, dizer que devem ser possíveis objetos simples e dizer que devemos chegar nos nomes deles ao final da análise são duas afirmações distintas, nomes também devem somente ser possíveis (Ishiguro, 2006, p. 43). Não é em vão que o critério para uma proposição elementar será plenamente lógico no TLP: a independência lógica (TLP 4.211; 5.134).

Nomes estão implícitos na linguagem, eles são *a priori*; a exigência de se chegar em um nome logicamente simples para que se possa determinar o sentido de uma proposição, portanto,

não é coerente com o caráter a priori dos nomes. Um nome simples será meramente um nome que aparece em uma proposição elementar, e isso nos dá um critério contextual para nomes simples (Engelmann, 2021, p. 30). E objetos simples, por sua vez, “serão os significados que correspondem aos signos simples e indefiníveis que são os constituintes das proposições elementares” (McGinn, 2007, p. 217). Desse modo, é um erro tomar a questão “Há coisas simples?” como uma questão a respeito da realidade. Uma conceitografia adequada não permitirá a formulação dessa pergunta (Kuusela, 2006, p. 56-7). Ela será um contrassenso (NB 5.5.15). A referência de um nome simples pode ser qualquer tipo de objeto (Ishiguro, 2006, p. 30). Por tal razão a lógica se mantém aplicável até mesmo aos objetos da linguagem ordinária (NB 21.6.15).

Como mencionado em 3.2, Russell precisa dividir o *hard* do *soft* para construir o mundo e Wittgenstein, por sua vez, vendo o *hardness* do *soft*, vê também que tal construção do mundo já está lá. A construção do mundo ocorre através da proposição. A proposição é uma figuração da realidade (3.01). Por isso Wittgenstein diz estar consciente durante muito tempo que poderia escrever um livro chamado “*The World I Found*” (NB 23.5.15). O modo como Wittgenstein toma a filosofia “equivale à uma convicção de que esses insights são alcançados permitindo que a própria linguagem deixe claro como ela significa” (McGinn, 2006, p. 76, tradução minha). O construcionismo de Russell faz exatamente o contrário disso. Como também mencionado em 3.2, a construção é já comum a todos através do protótipo lógico. Cito o TLP:

4.014 O disco gramofônico, a ideia musical, a escrita musical, as ondas sonoras, todos mantêm entre si a mesma relação interna afiguradora que existe entre a linguagem e o mundo.

A construção lógica é comum a todos.

(Como, no conto, os dois jovens, seus dois cavalos e seus lírios. Todos são, em certo sentido, um só).

4.0141 Que haja uma regra geral por meio da qual o músico pode extrair a sinfonia dos sulcos do disco e, segundo a primeira regra, derivar novamente a partitura, é precisamente nisso que consiste a semelhança interna dessas configurações, que parecem tão completamente diferentes. E essa regra é a lei da projeção, lei que projeta a sinfonia na linguagem das notas. É a regra de tradução das notas na linguagem do disco gramofônico.

Malcom (1986, p. 108) diz que os exemplos de 4.014 e 4.0141 não ajudam a dar suporte à teoria da figuração. Porém, ele força os limites da analogia, e está, por assim dizer, sendo tiranizado pela metáfora (PR, 49a). O ponto dos exemplos de 4.014 e 4.0141 é somente a existência de uma regra geral. Wittgenstein, ao dizer que a construção lógica é comum a todas

as representações, indica que a construção lógica é uma conexão interna entre os elementos de uma figuração, feita através de regras de projeção que nos permitem construir um do outro. O que há de comum, portanto, entre os elementos de uma figuração é a possibilidade de serem derivados uns dos outros através de uma regra de projeção (McGinn, 2006, p. 80). O que é comum a todos, portanto, é o protótipo lógico. A única construção lógica necessária é a construção do protótipo lógico.

Milkov (2012) também aponta como significativo o modo distinto em que Wittgenstein e Russell tomam a ideia de construção lógica. Ele diz, porém, que as construções de Wittgenstein, assim como as de Frege sugerem outro modo de alcançar resultados sólidos na filosofia: traçando os limites normativos do mundo lógico (Milkov, 2012, p. 153). Isso não pode ser assim. Como mostrei em 3.1, Wittgenstein não quer resultados sólidos (se tomamos os resultados como verdades firmemente erigidas), e secundamente, Wittgenstein não pode tomar “normatividade” no mesmo sentido de Frege. A sua pretensão é somente de tornar clara a presença de tais “construções”, e ele não quer fazer isso através da apresentação de uma doutrina infável. Ele quer que sejamos capazes de ver por nós mesmos. Ele não faz isso através de contrassensos que iluminam; mas sim através de uma obra que é clara como um cristal (LD 56, p. 89), isto é, uma obra através da qual é possível ver. Tal obra consiste na apresentação de uma (ou das demandas de uma) conceitografia que possa tornar visível a lógica interna da linguagem. Esse é o seu *estudo da linguagem de sinais* (TLP 4.1121).

### **3.5 f: Questões que não dizem respeito ao filósofo**

Em OKEWf Russell dá uma listagem das habilidades que o filósofo científico precisa para obter sucesso (Cf. OKEW, pp 100-1) e nos momentos finais de OKEW (Cf. pp. 191-6) Russell levanta uma série de deveres que o filósofo científico precisa seguir. A obtenção de sucesso na filosofia estaria ligada à posse de conhecimentos extracurriculares porque a filosofia, como concebida por Russell, teria a função de fornecer fundamento para o nosso conhecimento científico. É preciso, por exemplo, saber quais são as propriedades físicas da matéria para que se possa apresentar uma construção lógica que possua tais propriedades.

Não incidentalmente, das duplas, essa é a de mais fácil concepção. Russell está envolvido com muitas coisas que não dizem respeito ao filósofo. Ao contrário do que Russell (OKEW, p. xv; cf. seção 1.3.1) diz, o método lógico-analítico não será capaz de suprir o *desideratum* dos que pretendem fazer com que a filosofia se torne uma verdadeira ciência, pois não há a possibilidade uma ciência da lógica, como mencionei em **3.1**. Como não há uma ciência da lógica, o projeto russelliano que visava encontrar a forma dos fatos, e trabalhar com um inventário de formas lógicas para a resolução de problemas filosóficos deve ser abandonado (NB 3.9.14; TLP 4.0312) (Cf.Engelmann, 2021, p. 27). Ao tratar a lógica como um *data*, seja ele *hard* ou *soft*, permite-se que ele seja duvidável, e com isso introduz-se psicologismo na lógica; algo que deveria ser irrelevante para ela (Essa, especificamente, será a resposta que Diamond (2014, p. 149) aponta como interpretação de NB 1.5.15f).

Mas todas as questões mencionadas são questões que não dizem respeito ao filósofo. Por tal razão, me parece coerentemente defensável que o que está especialmente em questão em NB 1.5.15f é novamente o método construcionista de Russell. Como mencionei em **2.5**, aspectos desse método foram antes exemplificados em diversos momentos da filosofia russelliana. A teoria do juízo russelliana, por exemplo, que é mais um possível exemplo de algo que o filósofo não deve se preocupar, pode ser lida como mais uma aplicação do construcionismo russelliano (Cf. Hylton, 1990, p. 336). As máximas que Russell toma como guias para o seu método, que são por vezes indicativas do modo em que ele toma a navalha de Occam, resultam em uma filosofia construcionista. É, porém, a má interpretação da navalha de Occam – colocada como centro do construcionismo russelliano – que faz com que Russell acredite que seu método seja capaz de evitar o ceticismo. O ceticismo, porém, não chega a ser algo que deve ser evitado, como mencionei em **3.2**.

### **3.6 g: O método de Russell e o método da física**

Diamond (2014) oferece uma interpretação que disputa com a de Baker e Hacker. Ela diz que, enquanto na interpretação de Hacker o problema do método filosófico de Russell é que ele é modelado no da ciência, na dela o problema é que ele é modelado em uma má concepção

do método da ciência (Diamond, 2014, p. 152, n. 16). Diamond lê de modo que o *passo atrás* que o método de Russell seria em relação ao método da física seria um estágio anterior ao desenvolvimento da física como uma ciência genuína. Cito:

In the Notebook remarks quoted above [NB 1.5.15], Wittgenstein rejects Russell's conception of scientific method in philosophy as a retrogression from the method of physics. He sees it as a step backwards from what the method truly is, presumably in the sense that, before the development of physics as a genuine science, there was a stage of thought involving a method similar to what Russell takes to be 'scientific method'. Wittgenstein's criticism of Russell goes beyond merely modeling philosophical method on that of the sciences. He critiques Russell for modeling philosophical method on the method of physics as he misunderstands it. (Diamond, 2014, p. 151)

Porém, o modo em que ela toma a concepção russelliana do método da física, em momento nenhum coincide com um estágio anterior ao que Wittgenstein toma o método da física. Para Russell, como apresentado por Diamond (2014, p. 163), o método da física seria de apresentar afirmações muito gerais sobre o mundo. Enquanto para Wittgenstein as leis da física só dizem algo sobre o mundo através de sua aplicação. Isto não é um estágio adiante a como Russell toma o método da física.

De fato, a concepção que Russell tem do método da física não é aceita por Wittgenstein. Porém, o modo como Wittgenstein escreve mostra claramente que sua crítica está endereçada ao método de Russell, e não ao método da física como Russell toma em seu '*Scientific Method in Philosophy*'.

Tanto a interpretação Baker/Hacker quanto a de Diamond, mesmo buscando associar NB 1.5.15 a OKEW<sup>61</sup>, falham por não oferecer uma explicação que leva em consideração a similaridade no uso das palavras entre Wittgenstein e Russell, i.e, não levam em conta que Wittgenstein está parafraseando Russell. Creio que uma interpretação que busca associar NB 1.5.15 a OKEW deve dar conta do fato de Wittgenstein escolher utilizar palavras que remetem às que Russell utiliza no próprio OKEW.

Como mencionei em 1.1, temos evidências conclusivas de que Wittgenstein leu *On Matter*. Em OM Russell diz que:

---

<sup>61</sup> Mesmo não propondo de fato o paralelo com NB 1.5.15g, Engelman (2021, p. 55) diz que o resultado do TLP será o final amargo do que Russell sugere em OKEW sobre o que acontece com a questão “por quê?” na física (Cf. OKEW, p. 180). Essa comparação acaba incidentalmente sugerindo outra possível leitura para o comentário de Wittgenstein que o vincule a OKEW.

[1] In interpreting and applying physics, we have to travel backward from matter as science conceives it to sense-data as we know them in immediate experience. [2] In philosophizing on sense-data, we travel forward, from the immediately given towards some inferrible set of entities possessing, if possible, the properties which physics assigns to matter. (OM, p. 85, intervenções minhas)

Esse comentário é muito similar ao que é feito em OKEWg, porém, em OKEWg, Russell não incluiu a segunda parte, onde dizia que “ao filosofar sobre *sense-data*, nós andamos adiante, do dado imediato até algum conjunto de entidades inferíveis possuindo as propriedades que a física atribui para a matéria”. Parece possível, portanto, que em NB 1.5.15g Wittgenstein esteja enfatizando que o método de Russell consegue realizar *simplesmente* a parte que retrocede da matéria como concebida pela ciência até os *sense-data* como nós o conhecemos da experiência imediata. (Pode-se até supor que Russell teria tido contato com essa crítica de Wittgenstein, quando esse leu *On Matter*, e por essa razão manteria em OKEW somente a parte que diz que estamos um passo atrás do método da física). Essa interpretação, porém, tem um problema quando levamos em consideração que as anotações de NB 1.5.15 são feitas com OKEW em mente: Como em OKEW Russell não reitera a ideia de que "ao filosofar sobre *sense-data*, avançamos do dado imediato para um conjunto de entidades inferíveis que possuem propriedades semelhantes às atribuídas pela física à matéria", não haveria razões para Wittgenstein fazer um comentário destinado a criticar tal afirmação.

Assim, para fornecer uma leitura a tal comentário, que seja consistente com a hipótese de que Wittgenstein teria lido OKEW e direcionado a crítica a tal obra, começo retomando o que Russell quis dizer quando disse que seu método é um passo atrás do método da física. Cito novamente OKEWg:

While engaged in the necessary logical constructions, we can console ourselves with the knowledge that permanent things, space, and time have ceased to be, for relativity physics, part of the bare bones of the world, and are now admitted to be constructions. In attempting to construct them from sense-data and particulars structurally analogous to sense-data, we are, therefore, only *pushing the procedure of relativity theory one stage further back*. (OKEW, p. 83)

Quando Russell diz que está um passo atrás do método da física, ele está falando sobre seu construcionismo. Como mostrei no Capítulo II, o construcionismo de Russell é fortemente inspirado por um uso da navalha de Occam, e como argumentado em 3.4, há uma dissonância nos modos em que Russell e Wittgenstein tomam a navalha de Occam. O uso da navalha de Occam difere entre o método de Russell e o método de Wittgenstein.

NB 1.5.15g, portanto, poderia estar chamando atenção para a diferença entre o uso da navalha de Occam que é feito por Russell e o uso que é feito pela física. Como colocado por Levine, a visão de Russell sobre generalidade (junto de sua concepção de análise) é o que baseia o modo que ele toma a navalha de Occam e a sua função na análise. Tal interpretação conectaria com certa facilidade NB 1.5.15a a NB 1.5.15g. Porém, Wittgenstein já teria escrito críticas diretas ao modo que Russell toma a navalha de Occam em NB 23.4.15, e desse modo, a crítica de NB 1.5.15g não pode parar aí. Com isso, me parece que o melhor modo de ler tal passagem é sugerido, mas pouco desenvolvido por Hacker:

For, as Hertz had shown, the method of physics is the construction of pictures of reality. These are indeed optional and tentative, enabling greater or lesser approximations in their hypothetico-deductive consequences to the facts. But logic, in so far as it is a condition of sense, can allow no hypotheses. If philosophy is a description of logical form, there can be nothing piecemeal or merely probably correct about it. For what would be a mere approximation in science would be nonsense in philosophy. It is inconceivable that philosophy should share in the methods of the natural sciences. (Hacker, 1986, p. 13-4)

O central é que os objetos que Russell quer encontrar através de sua aplicação prática da navalha de Occam já nos são dados formalmente através da lógica (TLP 4.1272). Já os objetos que poderão ser chamados de “matéria”, i.e, aqueles que satisfazem as propriedades da mecânica, os objetos que Russell quer construir, serão dados de acordo com o modo em que determinada mecânica dita e seleciona quais serão as descrições que serão utilizadas para a construção do mundo (TLP 6.432; 6.433). A física pode trabalhar com hipóteses dentro de tais descrições: nela podemos imaginar um tipo de objeto sem com que saibamos se há mesmo tais objetos (NB 7.7.16). Perceba que esse é um dos modos que Russell tenta usar a navalha de Occam em sua filosofia — e seu uso também busca ser justificado por sucesso prático (Cf. OKEW, p. 119).

### **3.7 A determinação do método de Wittgenstein a partir do método de Russell**

Apesar de já ter me delongado acerca do método de Wittgenstein no TLP seção 3.4, aqui retraço e busco evidenciar o caminho que segui neste capítulo, concluindo o esclarecimento que me propus a executar de NB 1.5.15. Comecei a partir de uma diferença no



modo em que Wittgenstein e Russell tomam as proposições da lógica. Enquanto para Russell as proposições da lógica são verdades universais e necessárias, para Wittgenstein, devido caráter formal que possuem, são tautológicas, vazias de conteúdo, que não dizem verdade alguma, somente mostram como proposições se relacionam em uma inferência (NB 1.5.15a).

Desse modo, a posição de Russell fornece legitimidade (não só fornece legitimidade, como se esforça para respondê-lo) a um ceticismo universal, que seria irrefutável ao colocar em dúvida até mesmo as verdades mais sólidas em que podemos nos agarrar, o *hard data*; visto que é natural que se possa pôr uma verdade em dúvida. Enquanto para Wittgenstein, a lógica, possuindo caráter estruturante, dá a essência de toda proposição, e logo, a essência da realidade. Essa é, porém, uma forma vazia. Uma forma vazia não diz nada, logo, não há o que se perguntar (1.5.15b e 1.5.15c). A lógica já está pressuposta em nossa linguagem. É ao fazer filosofia que caímos em contrassenso. Desse modo, uma filosofia que diz que “deve ser desse modo” deve desaparecer por ser geradora de contrassensos ao buscar critérios externos de adequação para uma conceitografia (1.5.15d).

Russell, buscando responder o ceticismo, exige que tomemos o *hard data* como indubitável. O método de Russell busca, em suas palavras, “montar um zoológico de formas lógicas”<sup>62</sup> (PLA, p. 47). Paralelamente, Wittgenstein quer fazer jus ao ordinário, para isso, a tarefa da filosofia será meramente de apontar aquilo que garante a ordem lógica da linguagem ordinária (1.5.15e), isto é, a tarefa da filosofia será o estudo da linguagem de sinais (TLP 4.1121).

Não pode ser função da análise fornecer sentido a uma proposição — toda figuração é uma figuração completa. Como consequência disso, o filósofo não deve se preocupar em obter conhecimento para fornecer a fundamentação de alguma ciência específica, ou para que possa fazer uma hierarquia (essencialmente psicológica) daquilo que é ou não duvidável (1.5.15f). Suas proposições visam somente o esclarecimento lógico das proposições. A filosofia, portanto, não deve buscar ser “científica”; uma suposta filosofia científica nunca será capaz de falar do mundo e criar hipóteses, como faz uma ciência, e assim deve se contentar em ser somente um passo atrás das ciências específicas (1.5.15g).

---

<sup>62</sup> É curioso a analogia do zoológico partir do próprio Russell. Em um zoológico, os animais estão separados de seu habitat natural. Permitindo que a interpretação de que o método de Wittgenstein, mais em termos com o ambiente, busca ver tais “animais lógicos” bem onde estão, na linguagem ordinária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não negar que foi permitido que um certo caráter aporético se mantivesse acerca da disputa se Russell teria somente um método constante em sua filosofia ou estaria sujeito a uma mudança ou alternância de métodos, vejo que essa aporia não se fez presente quando busquei indicar de qual método especificamente Wittgenstein está falando em NB 1.5.15g. Como busquei indicar, ele está tratando do construcionismo russelliano. Ainda assim, me parece possível, com poucos ajustes, ampliar tais comentários de Wittgenstein para uma tendência de Russell que também está presente, por exemplo, em seu momento inferencialista (POP) ou mesmo centralmente logicista (*Principia*). Por tal razão, pode-se apontar que a delimitação do construcionismo como alvo das críticas de Wittgenstein foi guiada por razões majoritariamente práticas, mas isso não diminui sua coerência.

Delimitar bem o que Wittgenstein está tomando como método de Russell por volta de 1915, quando as ideias do TLP passam a tomar forma, ajuda a esclarecer duas ocorrências em que Wittgenstein fala do próprio método que não me parecem terem recebido suficiente relevância na discussão acerca do método do TLP, a saber, LD 50 e NB 1.5.15. Busquei a delimitação do método do Russell me apoiando no que Hylton (2005) chama de *restrições à análise*. Assim, delimitei que a crítica de Wittgenstein é direcionada ao construcionismo russelliano, que põe sobre a análise a restrição de terminar com entidades indubitáveis com as quais podemos realizar construções lógicas que possuem as mesmas propriedades dos símbolos incompletos da ciência. Tais entidades são os átomos do atomismo lógico russelliano, ou o *hard data*, composto pelas verdades da lógica (universais) e os *sense-data* (particulares). Como Russell demanda que tais entidades sejam indubitáveis — caso contrário cairíamos em um ceticismo universal, que seria irrefutável e infrutífero — é necessário que ele assuma um *acquaintance* com formas lógicas.

Não faz sentido, para Wittgenstein, dizer que devemos ter *acquaintance* com formas lógicas; ou que devemos assumir que os nomes logicamente próprios correspondem a um *sense-datum*. Isso faz com que a lógica dependa de uma epistemologia, quando deveria ser ao contrário. A lógica fornece a estrutura de qualquer acesso ao mundo através de uma forma vazia. Desse modo, temos a garantia de que todo *soft-data*, i.e., toda proposição vaga e ainda

não analisada, já possui um sentido determinado, já é uma figuração completa. Não pode ser função da análise dar sentido para uma proposição — sua função deve ser de nos mostrar com mais clareza o que é que garante o sentido da proposição. Desse modo, o método de Wittgenstein, o *estudo da linguagem de sinais*, consiste em ver a *firmeza do soft*.

Tendo em mente a pretensão de fornecer mais relevância às menções do método em LD 50 e NB 1.5.15, ao mesmo tempo em que me parece claro que o objetivo secundário realizado nos capítulos **II** e **III** de tratar com mais detalhes a relação entre certas anotações presentes NBs e passagens de OKEW poderia partir de outras notas de NBs (e.g. da crítica ao uso de Russell da navalha Occam feita em NB 23.4.15; dos comentários acerca da causalidade em NB 29.3.15; ou mesmo da passagem em NB 23.5.15, onde Wittgenstein, de forma que parece escarnecer de OKEW diz que: “tenho estado consciente por muito que me seria possível escrever um livro: ‘*The World I Found*’”), a decisão de trabalhar com as notas do dia 1.5.15 ainda me parecem justificadas. São elas as que mais destacam a diferença metodológica entre Wittgenstein e Russell. E, dada a proximidade temporal, elas são capazes de esclarecer qual foi a mudança metodológica mencionada em LD 50.

Como mencionado (cf. nota **19**) trabalhar com a ideia de que a mudança de método que Wittgenstein menciona em LD 50 é uma mudança de um *método que separa*, como o de Russell, para um *método que vê*, me deixaria com a tarefa de mostrar que o método de Wittgenstein, em algum momento, já foi um método que separa. Essa é uma tarefa um tanto quanto extensa, que não foi realizada neste trabalho. Porém, aqui, dedico-me a sugerir um possível caminho para sua resolução:

O texto de Wittgenstein que pode nos mostrar que seu método foi em algum momento um método que vê é *Notes on Logic*, de 1913. Em NL Wittgenstein parte de uma premissa, que, como espero ter mostrado nos Capítulos **I** e **II**, possui um caráter bastante separatista (i.e., bastante relacionada ao *método que separa*): “Desconfiar da gramática é o primeiro requisito para filosofar” (NL, p. 93, tradução minha). Tendo em mente que LD 50 foi escrita próxima ao final de maio de 1915. Deveríamos ser capazes, portanto, de rastrear o ponto de virada da mudança metodológica em algum momento entre 1913 e maio de 1915. A mudança mencionada em LD 50, porém, não parece ter sido tão radical como as outras mudanças na filosofia de Wittgenstein, e por tal razão, não é tão simples rastrear as diferenças que surgem como consequência da opção de passar a confiar na gramática. Por exemplo, Wittgenstein do TLP

ainda manteria que desconfiar da gramática é um requisito para filosofar, mas requisito da prática filosófica tradicional, aquela que está sendo alvo de suas críticas. Que constantes lógicas não denotam, sendo esse o *Grungedanke* do TLP (4.0312), também já ocorria a Wittgenstein em NL (cf. NL, p. 99).

Destaco que, diferentemente de Conant e Diamond, que tendem a descartá-lo junto da escada, minha determinação do método faz juz ao *Grungedanke* do TLP (4.0312), visto que, como mencionei em 3.1, Wittgenstein, ao tomar a generalidade lógica como a generalidade do protótipo lógico, que não passa de uma regra através da qual pode-se gerar qualquer proposição, vê que é necessário que as constantes lógicas não representem para que sejam iteráveis. Seu método, como mencionei, parte de reconhecer que as proposições da lógica, devido ao caráter formal de sua generalidade, somente mostram como proposições se relacionam em uma inferência, e desse modo não dizem nada.

Os resolutos estão corretos ao afirmar que há, em Wittgenstein, uma conexão firme entre a ideia do que é uma conceitografia e quais são os métodos apropriados na filosofia. Falta a eles perceber, porém, que esse é o método utilizado no TLP e é também o método que é advogado pelo TLP. Diamond em algum momento pareceu ter noção disso, dizendo que: “O desenvolvimento de uma conceitografia está conectado com o desaparecimento da filosofia como tem sido praticada” (Diamond, 1991b, p. 116, tradução minha). Hoje é de se perguntar como ela concilia a sua posição de que Wittgenstein quer de nós um ato imaginativo ou um *framing* de nossas sentenças e com a ideia de método correto está associada ao desenvolvimento de uma conceitografia. É nesse desenvolvimento que o método de Wittgenstein se distingue dos métodos da filosofia tradicional – nada há de distinto em seu conteúdo, no que está sendo dito, em suas doutrinas ou teorias. Suas elucidaciones nada mais são do que o delineamento de uma conceitografia adequada. É desse modo que a escada pode ser descartada (e junto dela a prática filosófica): Se um dia possuímos uma conceitografia que nos mostra claramente a lógica de nossa linguagem, não haverá mais espaço para a filosofia - não de modo normativo e impositivo, mas sim porque não haverá mais o desentendimento da nossa linguagem que motiva as perguntas filosóficas.

## REFERÊNCIAS

### Obras de Bertrand Russell:

RUSSELL, B. **On Scientific Method in Philosophy [SMP]**. In: \_\_\_\_\_. *Mysticism and Logic*. Auckland: The Floating Press, 2010a, pp. 80-100.

\_\_\_\_\_. **The Relation of *Sense-data* to Physics [RSDP]**. In: \_\_\_\_\_. *Mysticism and Logic*. Auckland: The Floating Press, 2010b, pp. 117-143.

\_\_\_\_\_. **On the Notion of Cause [ONC]**. In: \_\_\_\_\_. *Mysticism and Logic*. Auckland: The Floating Press, 2010c, pp. 144 -166.

\_\_\_\_\_. **The Problems of Philosophy [POP]**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. **On Denoting**. In: *Mind, New Series*. Oxford: N°.56, V.14. pp.479-93. Oct, 1905.

\_\_\_\_\_. **Our Knowledge of The External World: As a Field for Scientific Method in Philosophy [OKEW]**. New York: Taylor & Francis Routledge, 2009. ISBN 0-203-87536-2. E-book.

\_\_\_\_\_. **The Philosophy of Logical Atomism [PLA]**. New York: Taylor & Francis Routledge, 2009b. ISBN 0-203-86477-8. E-book.

\_\_\_\_\_. **My Philosophical Development**. London: Unwin Books, 1975.

\_\_\_\_\_. **The Regressive Method of Discovering the Premises of Mathematics [DPM] [1907]**. In: \_\_\_\_\_. *Toward "Principia Mathematica" 1905-08: The Collected Papers of Bertrand Russell*, v. 5. Edited by G. H. Moore. London; New York: Routledge, 2014

\_\_\_\_\_. **What is Logic?** [1912]. In: \_\_\_\_\_. *Logical and Philosophical Papers 1909-13: The Collected Papers of Bertrand Russell*, v.6. Edited by John G. Slater with the assistance of Bernd Frohmann. London; New York: Routledge, 1992a.

\_\_\_\_\_. **On Matter [OM]** [1912]. In: \_\_\_\_\_. *Logical and Philosophical Papers 1909-13: The Collected Papers of Bertrand Russell*, v.6. Edited by John G. Slater with the assistance of Bernd Frohmann. London; New York: Routledge, 1992b.

\_\_\_\_\_. **Analytic Realism [AR]** [1911]. In: \_\_\_\_\_. *Logical and Philosophical Papers 1909-13: The Collected Papers of Bertrand Russell*, v.6. Edited by John G. Slater with the assistance of Bernd Frohmann. London; New York: Routledge, 1992c.

\_\_\_\_\_. **Theory of Knowledge: The 1913 Manuscript [TOK]**. In: \_\_\_\_\_. *The Collected Papers of Bertrand Russell*, v.7. Edited by John G. Slater. London; Boston; Sydney: George Allen & Unwin, 1984.

\_\_\_\_\_. **The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays 1914-19: The Collected Papers of Bertrand Russell**, v.8. Edited by John G. Slater. London; Boston; Sydney: George Allen & Unwin, 1986.

### Obras de Ludwig Wittgenstein:

WITTGENSTEIN, L. **Notebooks 1914-1916 [NB]**. 2nd edition. Tradução: G. E. M. Anscombe. New York: Harper Torchbook, 1969.

\_\_\_\_\_. **Notes on Logic [NL]**. In: Notebooks, 1914-1916. Tradução: G. E. M. Anscombe. New York: Harper Torchbook, 1969.

\_\_\_\_\_. **Some Remarks on Logical Form [SRLF]**. Proceedings of the Aristotelian Society: Supplementary Volumes, vol.9, 1929, p.162–171.

\_\_\_\_\_. **Tractatus Logico-Philosophicus [TLP]**. Tradução: Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3a. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

\_\_\_\_\_. **TS 209 [Philosophical Remarks]**. Tradução: Anderson Nakano e Bento Prado Neto. [S.l.: s.n.], [Inédito]

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein in Cambridge: Letters and Documents [LD]**. MCGUINNESS, B. (org.). 4. ed. Oxford: Blackwell, 2012.

### Outros:

BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Wittgenstein: Understanding and Meaning**. 2a. ed.. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

CAREY, R.; ONGLEY, J. **Historical Dictionary of Bertrand Russell's Philosophy**. Lanham, Ma; Toronto; Plymouth, Uk: The Scarecrow Press, Inc., 2009.

CONANT, J. **Kierkegaard, Wittgenstein and Nonsense**. In: COHEN, T; GUYER, P; PUTNAM, H. (eds.). Pursuits or Reason: Essays in Honor of Stanley Cavell. Lubock, TX: Texas University Press, 1993, pp. 195-224

\_\_\_\_\_. **The Method of the Tractatus**. In: REACK, E. (ed.). From Frege to Wittgenstein: Perspectives on Early Analytic Philosophy, Oxford: Oxford University Press, 2002, pp. 374-462.

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein's Methods**. In: KUUSELA, O; MCGINN, M. (eds.). The Oxford Handbook of Wittgenstein. United Kingdom: Oxford University Press, 2014, pp. 620-646

CONANT, J.; DIAMOND, C. **On Reading the Tractatus Resolutely**: Reply to Meredith Williams and Peter Sullivan. IN: KÖLBEL, M; WEISS, B. (eds.). Wittgenstein's Lasting Significance. London; New York: Routledge, 2004, pp. 42-97

DESCARTES, R. **A Discourse on the Method of Correctly Conducting One's Reason and Seeking Truth in the Sciences**. Tradução: Ian Maclean. Oxford: Oxford University Press, 2006

\_\_\_\_\_. **Meditações Metafísicas**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015

DIAMOND, C. **Ethics, imagination and method** In: CRARY, A; READ, R. (eds.), *The New Wittgenstein*, London: Routledge, 2000

\_\_\_\_\_. **The Hardness of the Soft: Wittgenstein's Early Thought About Skepticism.** In: CONANT, J.; KERN, A. (eds). *Varieties of Skepticism*. Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2014. p. 145-183.

\_\_\_\_\_. **Throwing Away the Ladder: How to Read the Tractatus**, In: \_\_\_\_\_. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind*. London: MIT Press, 1991a, p. 179 - 204.

\_\_\_\_\_. **What Does a Concept-Script Do?.** In: \_\_\_\_\_. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind*. London: MIT Press, 1991b, p. 115-144.

ENGELMANN, M. L. **A Crítica a Russell: Os capítulos II, III, e IV das PB.** In: CARVALHO, M. *et al.* *Fenomenologia Análise e Gramática: comentário às observações filosóficas de Wittgenstein parte 1*. São Paulo: Mundaréu, Nonada, 2017. p. 61-79

\_\_\_\_\_. **Instructions for Climbing the Ladder (The Minimalism of Wittgenstein's Tractatus).** *Philosophical Investigations*, Oxford, v. 41, n. 4, p. 446—470, 2018a.

\_\_\_\_\_. **What Does It Take To Climb the Ladder? (a Sideways Approach).** *Kriterion: Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 59, n. 140, p. 591—611, 2018b.

\_\_\_\_\_. **Reading Wittgenstein's Tractatus.** Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

ENGELMANN, P. **Letters from Ludwig Wittgenstein With a Memoir.** Oxford: Basil Black Well, 1967

FERRARI, J. **Language and Science in the Tractatus.** Preprint, 2023.

GEACH, P.T. **Saying and Showing in Frege and Wittgenstein.** IN: HINTIKKA, J. (ed.), *Essays on Wittgenstein in Honour of G.H. von Wright*, Amsterdam: North-Holland, 1976, p. 54-70.

GRAYLING, A.C. **Russell, Experience and the Roots of Science.** IN: GRIFFIN, N. (ed). *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. New York: Cambridge University Press, 2003. pp 449-474

HACKER, P.M.S. **Insight and Illusion**, 2<sup>a</sup> ed. New York: Oxford University Press, 1986

HACKER, P.M.S. **“Was He Trying to Whistle It?”.** In: CRARY, A; READ, R. (eds.), *The New Wittgenstein*, London: Routledge, 2000, 353-388.

HAGER, Paul. **Russell's Method of Analysis.** IN: GRIFFIN, N. (ed). *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. New York: Cambridge University Press, 2003. p. 310-332.

HYLTON, P. **Russell, Idealism, and the Emergence of Analytic Philosophy.** Oxford: University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **Beginning with Analysis.** In: \_\_\_\_\_. Propositions, Functions, and Analysis: Selected Essays on Russell's Philosophy. Oxford: Clarendon Press, 2005.

ISHIGURO, H. **Can the World Impose Logical Structure on Language?**, IN: R. Haller and J. Brandl (eds.), *Wittgenstein - Eine Neubewertung. Akten des 14. Internationalen Wittgenstein-Symposiums*, Wien: Hölder-Pichler-Tempsky, 1990, 21-34

\_\_\_\_\_. **Use and Reference of Names.** In: WINCH, P. (ed). *Studies in the Philosophy of Wittgenstein*. London: Routledge, 2006, 20-50.

JANIK, A; TOULMIN, S. **Wittgenstein's Vienna**. New York: Touchstone, 1973.

KUUSELA, O. **The Dialectic of Interpretations: reading Wittgenstein's Tractatus.** In: READ, R.; LAVERY, M. (eds.). *Beyond the Tractatus Wars: The New Wittgenstein Debate*. Routledge, 2011, pp. 119-148.

\_\_\_\_\_. **The Struggle Against Dogmatism.** London: Harvard University Press. 2008

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein on Logic and Philosophical Method.** Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

\_\_\_\_\_. **The Development of Wittgenstein's Philosophy.** In: KUUSELA, O; MCGINN, M. (eds.). *The Oxford Handbook of Wittgenstein*. United Kingdom: Oxford University Press, 2014, pp. 595-619

LANDINI, G. **Russell's Logic as the *Essence* of Philosophy.** IN: WAHL, R. (ed). *The Bloomsbury Companion to Bertrand Russell*. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2019. p. 236-271.

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein's apprenticeship with Russell.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein Reads Russell** In: KUUSELA, O; MCGINN, M. (Eds). *The Oxford Handbook of Wittgenstein*. United Kingdom: Oxford University Press, 2014, p. 27-60

LEVINE, J. **Wittgenstein and Russell Occam razor.** IN: ELKIND, L. D. C.; LANDINI, G. (ed.). *The Philosophy of Logical Atomism: a centenary reappraisal*. London: Palgrave Macmillan, 2018.

LINSKY, B. **Russell's Theory of Descriptions and the idea of logical construction.** IN: BEANEY, M. (ed.). *The Oxford Handbook of the History of Analytic Philosophy*. United Kingdom: Oxford University Press, 2013, p. 407-429

\_\_\_\_\_. **The Metaphysics of Logical Atomism.** IN: GRIFFIN, N. (ed). *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. New York: Cambridge University Press, 2003. pp. 371-91

MALCOLM N. **Nothing is Hidden**, Oxford: Blackwell, 1986

MIAH, S. **Construcionism: Russell's Resolution of Realism-Empiricism Dilemma.** IN: *Indian Philosophical Quarterly*, vol. XXIV No. 4, 1997, pp. 481-496



\_\_\_\_\_. **The emergence of Russell's logical construction of physical objects.** IN: Russell: the Journal of Bertrand Russell Studies, v. 7, n. 1: 11–24. 1987

MCGINN, M. **Elucidating the Tractatus: Wittgenstein's Early Philosophy of Logic and Language.** New York: Oxford University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. **Simples and the Idea of Analysis in the *Tractatus*.** IN: KAHENE, G.; KANTERIAN, E.; KUUSELA, O. (eds.). Wittgenstein and his interpreters. UK: Blackwell Publishing, 2007, pp. 200-220

MCGUINNESS, B. **Philosophy of Science in the Tractatus.** In: Revue Internationale de Philosophie, 23, 1969, pp. 155-64.

MILKOV, N. **The Method of the Tractatus.** In: Papers of the 26th International Wittgenstein Symposium 3-9 August 2003. Wissen und Glauben - Knowledge and Belief. LÖFFLER, W.; WEINGARTNER, P. (ed.). Kirchberg am Wechsel: ALWS. 2003, p. 239-241.

\_\_\_\_\_. **The Construction of the Logical World: Frege and Wittgenstein on Fixing Boundaries of Human Thought.** IN: NEMETH, E. (ed.) Crossing Borders: Thinking (Across) Boundaries. University of Vienna, 2012, pp. 151-61

\_\_\_\_\_. **The Method of Wittgenstein's Tractatus: Toward a New Interpretation.** IN: Southwest Philosophy Review, 33, 2017, pp. 197-212

MOORE, G. E. **A Defense of Common Sense.** IN: MUIERHEAD, J. Contemporary British Philosophy. 1925

NAGEL, E. **Russell's Philosophy of Science.** In: SCHILPP, P. A. (ed). The Philosophy of Bertrand Russell. New York: Tudor Publishing Company, 1951, 319-349.

PEARS, D. **The False Prison: A Study of the Development of Wittgenstein's Philosophy - Volume One.** Oxford: Clarendon Press, 1987.

\_\_\_\_\_. **The Relation Between Wittgenstein's Picture Theory of Propositions and Russell's Theory of Judgment.** In: Philosophical Review 86, 1977, pp. 177-96.

POTTER, M. **Wittgenstein's Notes on Logic.** Oxford University Press, 2011

PRITCHARD, D. **Wittgenstein on Scepticism** In: KUUSELA, O; MCGINN, M. (Eds). The Oxford Handbook of Wittgenstein. United Kingdom: Oxford University Press, 2014, p. 523-550

PROOPS, I. **Logical Atomism in Russell and Wittgenstein** In: KUUSELA, O; MCGINN, M. (Eds). The Oxford Handbook of Wittgenstein. United Kingdom: Oxford University Press, 2014, p. 214-240

RAMSEY, F. P. **Philosophical Papers.** United Kingdom: Cambridge University Press. 1990

RICKETTS, T. **Logical segmentation and generality in Wittgenstein's Tractatus**. In: SULLIVAN, P.; POTTER, M. (orgs.). *Wittgenstein's Tractatus: History & Interpretation*. Oxford, 2013, pp. 123-142.

\_\_\_\_\_. **Pictures, logic, and the limits of sense in Wittgenstein's Tractatus**. In Hans D. Sluga & David G. Stern (eds.), *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge University Press, 1996, pp. 59-99.

\_\_\_\_\_. **Analysis, independence, simplicity, and the general sentence-form**. In: *Philosophical Topics*, 42(2), 2014, pp. 263-288

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein against Frege and Russell**. In: RECK, E. (ed.), *From Frege to Wittgenstein: Perspectives on Early Analytic Philosophy*, Oxford: Oxford University Press, 2002, pp. 227-251.

STERN, D. G. **Russell's and Wittgenstein's Logical Atomism**. IN: ELKIND, L. D. C.; LANDINI, Gregory (ed.). *The Philosophy of Logical Atomism: a centenary reappraisal*. London: Palgrave Macmillan, 2018.

WAHL, R. **Russell's Initial Encounter with Wittgenstein 1911-14**. In: WAHL, R. (ed.). *The Bloomsbury Companion to Bertrand Russell*. Bloomsbury Academic, 2019. p. 125-148

WEITZ, M. **Analysis and The Unity of Russell's Philosophy**. In: SCHILPP, P. A. (ed). *The Philosophy of Bertrand Russell*. New York: Tudor Publishing Company, 1951, pp. 57-121.

WHITE, R. M. **Throwing the Baby Out with the Ladder: On "Therapeutic" Readings of Wittgenstein's Tractatus**. In: READ, R.; LAVERY, M. (eds.). *Beyond the Tractatus Wars: The New Wittgenstein Debate*. Routledge, 2011, pp. 22-66.

WIERNER, P. P. **Method in Russell's Work on Leibniz**. In: SCHILPP, Paul Arthur (ed). *The Philosophy of Bertrand Russell*. New York: Tudor Publishing Company, 1951, pp. 259-276

WILLIS, K. **"This Place is Hell": Bertrand Russell at Harvard, 1914**. *The New England Quarterly*, Vol. 62, No. 1, 1989, pp. 3-26

WISDOM, J. **Logical Constructions**. *Mind*, I: 40 (1931): 188-216; II: 40 (1931): 460-75; III: 41 (1932): 441-64; IV: 42 (1933): 43-66; V: 42 (1933): 186-202.

WRINCH, D. M. **Mr. Russell's Lowell Lectures**. *Mind*, Volume XXVI, No. 1, 1917, pp. 448-452